Diário de Lisboa

Julho 1977
Segunda-feira
18

N.º 19 406
ANO 57.º
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

RESOLUÇÃO DO PLENÁRIO DA CGTP-IN

Oposição declarada à "Lei Barreto"

. «Reforçar a acção e as formas de luta de massas em defesa da Reforma Agrária, estando prontos a **adoptar as medidas que a evolução da situação vier a exigir**», é a mais significativa conclusão do Plenário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, relativamente ao «projecto Barreto», que esta tarde começou a ser discutido no plenário da Assembleia da República.

O Plenário da CGTP-IN considera na resolução aprovada sobre a Reforma Agrária, que tal projecto a ser aplicado «provocará inevitavelmente o desemprego e a miséria nos campos» e que é «um verdadeiro e acabado projecto de regresso ao passado de dominação monopolista e latifundiária» e adverte «solenemente que os projectos de recuperação capitalista e latifundiária nada podem se os trabalhadores e as massas populares estiverem dispostas, como estão, a lutar contra eles, e não os deixar passar».

Entretanto, o ministro António Barreto, recebido na sábado, em Belém, pelo Presidente da República, diria no final da audiência que Eanes «não exprimiu as suas próprias opiniões sobre este projecto de lei», tendo apenas manifestado — segundo o responsável do MAP — «sua vontade de ver caucionados pelos órgãos de soberania, diplomas que tragam a legalidade e a democracia aos campos portugueses».

. Por sua vez o PCP, principal força política de oposição à «Lei Barreto» levou a cabo nos últimos dias várias iniciativas de apoio à Reforma Agrária e de contestação aos projectos do MAP. Assim o Pavilhão dos Desportos esteve repleto nas noites de sexta e sábado, para um espectáculo musical evocativo das lutas dos trabalhadores alentejanos. Em Évora ainda sábado à tarde, afirmaria Álvaro Cunhal perante cerca de 40 mil trabalhadores rurais que a «luta continua e a Reforma Agrária será defendida», tendo ainda sublinhado que o projecto de Barreto «contraria de tal forma as realidades, os interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e da economia nacional que, a ser aprovado e a tornar-se lei, esta terá na prática extraordinárias dificuldades em ser aplicada».

Ontem, em Belém, o líder do PCP acrescentaria — ainda perante dezenas de milhares de pessoas — face ao propósito do Governo PS em destruir a Reforma Agrária: «que sentido terá salvar eventualmente de apuros este Governo com a falsa ideia de que não é tão mau como outros o seriam?»

O PCP lançou entretanto, no fim-de-semana, através da editorial Avante, um pormenorizado documento intitulado «Livro Negro do MAP», onde são relatadas com números, factos e nomes, acções do Ministério da Agricultura relativamente às UPC's e Cooperativas e atitudes violentas e ilegais de senhorios, por todo o País, contra rendeiros que reivindicavam o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, ante a passividade do MAP e do Governo.

. **Segundo pudemos apurar esta manhã, terá havido entretanto acordo entre o PS e o PSD relativamente ao projecto Barreto. Importantes concessões seriam feitas pelo partido do Governo a Sá Carneiro, nomeadamente quanto à partilha de governadores civis e à possibilidade de eleições gerais dentro de 18 meses. Registe-se, aliás, que o líder do PSD/PPD, afirmaria ontem em S. Tirso, que a Lei Barreto é um «passo positivo».**

Quarenta mil trabalhadores estiveram anteontem no comício do PCP em Évora, todo ele dirigido para a desmontagem da chamada «Lei Barreto» (Pág. 14)

Eanes recebe presidentes do CDS e PSD

O Presidente da República recebeu ao fim da manhã o presidente do CDS Freitas do Amaral.

À tarde, pelas 17 horas será recebido em Belém o presidente do PSD, Sá Carneiro.

Estes dois encontros integram-se no esquema de contactos regulares do Presidente da República com os dirigentes dos partidos representados na Assembleia da República.

Ainda esta manhã Ramalho Eanes recebeu as credenciais do primeiro embaixador da República do Mali em Lisboa, Moulaye Haidara. Portugal estabeleceu relações diplomáticas com aquele país africano em Dezembro de 1976.

Prepara-se devolução da Facar aos ex-patrões

(Pág. 9)

Flávio Martins escreve sobre Arrendamento Rural

(centrais)

SÁ CARNEIRO EM SANTO TIRSO

"Lei Barreto" é "passo positivo"

A «Lei Barreto» foi considerada por Sá Carneiro como «um passo positivo» no sentido de se estabelecerem os princípios necessários à implantação de uma nova estrutura agrícola em Portugal.

O presidente do PSD fez estas afirmações durante um comício realizado no passado sábado em Santo Tirso, comemorativo do terceiro aniversário de fundação do Partido Social Democrata.

Referindo-se ao actual momento político, o líder do PSD considerou-o como decisivo para a concretização da prática democrática em Portugal, dizendo ainda que o Governo desperdiçou as possibilidades e o apoio que teve quando foi empossado.

Referindo-se à situação económica portuguesa Sá Carneiro considerou-a como confrangedora, responsabilizando o Governo por esta situação, uma vez que não foi capaz de efectivar uma política de controlo da subida de preços.

O presidente do PSD abordou depois os debates que se irão travar brevemente na Assembleia da República, tendo manifestado a oposição do seu Partido às propostas governamentais sobre o Plano a Médio Prazo e sobre os poderes das autarquias locais. Segundo afirmou, o primeiro assenta «em bases demagógicas», enquanto o segundo é um regresso «à era do paternalismo».

Continua na pág. 20

ISCSP foi para Buenos Aires

. Numa insólita decisão o MEIC marcou a reabertura das aulas do ISCSP, encerrado a 28 de Dezembro do ano passado, para o edifício da Rua de Buenos Aires, anexo do ISE e antigo Instituto Industrial de Lisboa.

Poucos docentes apareceram — alunos bastantes. Aulas não houve. Na foto, aparentemente uma aula. Só que o docente está a anunciar que não há aulas aos poucos alunos que estavam na sala. Tudo leva a crer que não havia degradação pedagógica, nem degradação administrativa no ISCSP. Havia degradação do edifício, porque de facto os alunos são os mesmos, mesmos os professores, o pessoal da secretaria, os cursos. Só o edifício é que é diferente. Para chegar a esta conclusão foram necessários ao MEIC, pelo menos, sete meses...

"Salazar, CAP, CIP, Reforma Agrária e sectores público e privado"

— por Vítor Bento

(PÁG. 3)

Ferroviários anunciaram paralisação para dia 27

(Pág. 9)

AMANHÃ NO "DL"

"Sobre as Bases Gerais da Reforma Agrária"

— por Armando Trigo de Abreu

Amanhã no "Exclusivo"

A POLÉMICA DO "EUROCOMUNISMO"

— As posições de Santiago Carrillo assumidas no livro "O Eurocomunismo e o Estado"

— As críticas da revista soviética "Tempos Novos" (texto integral)

— Uma entrevista de réplica do dirigente espanhol

— Novo artigo de "Tempos Novos", etc

Política de A a Z

MOMENTO CRÍTICO

A Comissão Directiva do Partido Socialista, reunida em Lisboa, evitou pronunciar-se sobre o «momento político» e, no comunicado que sobre os seus trabalhos divulgou, iludiu o «momento crítico» com uma reafirmação de apoio parlamentar à política do «Governo de direcção socialista» e referiu-se à solução disciplinar encarada para uma crise interna. Esta segurança aparente encobre mal as apreensões dos dirigentes socialistas.

Em Santo Tirso, durante um acto público comemorativo do terceiro aniversário da fundação do PSD (de sua graça original PPD), o dr. Francisco Sá Carneiro, improvisando, falou da actualidade política nacional e considerou este momento político: «crítico e decisivo». Considerou a situação económica de «confrangedora»; classificou o Plano de «demagógico».

No Porto, na reunião do Conselho Nacional do CDS, os dirigentes centristas, dr. Diogo Freitas do Amaral e eng. Adelino Amaro da Costa, deixaram entrever a queda do «Governo Constitucional»; falaram de crise económica e de crise política, consideraram decisivo o actual momento político. O eng. Amaro da Costa, a fazermos fé num diário portuense, teria dito: «O País vive um momento cruciante.»

Em Evora, o secretário-geral do PCP, dr. Álvaro Cunhal, segundo o relato do diário nortenho, teria afirmado: «O momento que vivemos é na verdade perigoso para a Reforma Agrária e para a democracia portuguesa.»

Críticos, decisivos, cruciantes, perigosos, serão os dias próximos. Os juízos, de sectores diferentes oriundos, coincidem quanto à apreciação de que a nossa jovem Democracia enfrenta uma grave crise. Uma crise que se desenvolve em três planos: o da coerência programática da governação socialista; o das relações entre um «Governo minoritário» e as oposições que, no quadro parlamentar, se perfilam à sua «direita» e à sua «esquerda»; o da contradição entre as soluções legislativas propostas pelo «Governo de direcção socialista» e os anseios das classes trabalhadoras e a própria letra da Constituição.

Vem este «momento crítico» culminar uma «crise institucional» e uma «crise política». O partido do dr. Freitas do Amaral aposta na queda ou na rendição do Primeiro-Ministro Mário Soares. Um Partido Socialista, amarrado curto num entendimento «convergente», passaria ao papel ingratíssimo de governar sob a direcção da «direita».

Quererá a direcção do Partido Socialista, para prolongar uma permanência no «poder», assumir esse risco político e eleitoral?

INSISTIR, ATÉ QUANDO?

A Comissão Directiva do Partido Socialista, ouvida uma exposição do secretário-geral, ignorando a «crise» e ignorando a situação criada pela constituição da chamada «convergência democrática», insistiu em que a actual fórmula de Governo (sem alianças) «corresponde ao interesse nacional e à consolidação das instituições democráticas».

A inexistência na fórmula minoritária (quanto ao apoio parlamentar) e ao papel arbitral que o Partido Socialista decidiu atribuir-se, encontra fortes resistências da parte dos outros partidos. A «convergência» criou uma situação de facto. Pretender aliciar o PSD para combinações à margem da «convergência» não parece fácil, nem prudente. Esse «manobrismo», descoberto e denunciado, é uma das razões que, complementarmente, vieram agravar a «crise» no plano político. E se não está excluída, por definição, uma «divergência» no seio da «convergência», contar com ela como última probabilidade implica um sacrifício da clareza política. O pequeno sucesso parlamentar teria (terá) lamentáveis consequências.

A Comissão Directiva do Partido Socialista, aliás, preconiza o diálogo e as conversações bilaterais, com os partidos representados na Assembleia da República, sem privilegiar qualquer, sem excluir qualquer. Insiste-se, portanto, no isolamento táctico, na capacidade de arbitrar e de moderar as contradições no plano político. Mas — perguntar-se-á — qual é a finalidade estratégica do «Governo minoritário socialista», se os apoios parlamentares forem pagos com combinações, compromissos, cedências, à custa do próprio «Programa socialista»?

O TRIUNFALISMO DO CDS

O vice-presidente do CDS, engenheiro Amaro da Costa, reconheceu que: «Se é verdade que o CDS, até Março findo, se manteve numa oposição crítica e, de então até ao momento, tem feito uma política que visa facilitar a acção governativa (informando, por exemplo, como vai votar na Assembleia da República e permitindo a realização de acordos), a partir de agora poderemos entrar na oposição sistemática, aliás usada por diversos partidos em democracias parlamentares europeias.»

Consequentemente, o dr. Freitas do Amaral pronunciar-se-ia, considerando a queda do Governo como uma possibilidade próxima: «A queda de um Governo é uma situação normal em democracia. Não representa nenhuma crise especial — a menos que ele caia todos os seis meses.»

Para a situação política que se criaria pela queda do Governo, três soluções alternativas, segundo Freitas do Amaral: 1) Governo de coligação — PSD, CDS, PS; 2) dissolução da Assembleia da República e novas eleições; 3) a formação de um Governo que «tivesse por base elementos dos partidos que apoiaram a campanha de Ramalhos Eanes para as eleições presidenciais, e que incluiria, naturalmente alguns independentes».

O dr. Freitas do Amaral prefere esta fórmula ou a primeira. Mas, quanto a esta, entende-se que um «tal elenco, desde que o Presidente da República lhe desse toda a confiança e apoio, também encontraria a sua missão facilitada a nível de Assembleia da República».

Seria o «Governo do Presidente» com os homens da «convergência». Nesse elenco governativo, incerto o critério de escolha dos «independentes», os socialistas seriam os prisioneiros. A presença do CDS, na área governamental, prejudicaria a capacidade de um tal Governo para defender esta Constituição, e a respeitar como permanente referência, e a ela se referir como um projecto nacional democrático e socialista.

PS E PSOE REUNIDOS EM LISBOA

Felipe González é contra entrada de Espanha na NATO

«Óptima cooperação e total solidariedade mútua existente», entre o PSOE e o PS, foi afirmada ontem pelos secretários-gerais dos respectivos partidos, Felipe González e Mário Soares, durante a conferência de Imprensa realizada ontem, no termo das conversações entre delegações das duas organizações.

No comunicado conjunto, distribuído no final das conversações, assinala-se que o PS e o PSOE «decidiram realizar encontros de cooperação regulares a todos os níveis», nomeadamente a nível de grupos parlamentares, questões regulares entre os órgãos directivos de ambos os partidos.

Ao usarem da palavra, durante a conferência de Imprensa, Soares e González sublinharem os contactos entre o PSOE e o PSP desde os tempos da «clandestinidade», tendo o dirigente espanhol sublinhado que tais relações estão a ser «reforçadas com optimismo», no actual momento, tendo a propósito referido os resultados eleitorais dos dois partidos.

Sobre Espanha, Felipe González referiu que ainda «há que dar passos importantes em Espanha para que se possa dizer com propriedade que a democracia se consolidou». Citou a necessidade de «recuperação plena da liberdade sindical», da «liquidação da infra-estrutura residual do franquismo, que se operará largamente logo que se realizem as eleições municipais».

Interrogado sobre se era possível a entrada da Espanha na OTAN e sobre a posição do seu partido em tal matéria, González afirmou que a posição do PSOE era «desfavorável à entrada na OTAN, pois entendemos que a Espanha deve ser um país neutral, e também por razões tácticas, já que nos parece que isso coincide com a situação da Jugoslávia em relação ao Pacto de Varsóvia».

O líder do PSOE, que foi aguardado na manhã de ontem, no Aeroporto de Lisboa, por Mário Soares, partiu já para Madrid com a delegação do PSOE, de que faziam ainda parte José Luis Albinana (assuntos da emigração) Luís Yanes, das relações internacionais, e Emilio Martinez.

Chanceler italiano esperado em Lisboa

Chega a Lisboa, na próxima quinta-feira, para uma visita oficial, o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Arnaldo Forlani.

A visita integra-se numa viagem do chefe da diplomacia italiana aos países mediterrânicos candidatos à adesão ao Mercado Comum — Grécia, Espanha e Portugal.

Numa entrevista publicada no órgão do Partido Democrata-Cristão italiano o ministro salientou que a Itália não procura uma posição de «leader» dos paides mediterrânicos, considerando ao mesmo tempo que o alargamento da comunidade europeia constitui «um objectivo da maior importância».

Recorde-se que a Itália poderá ser um dos países a pôr mais reticências económicas à entrada de Portugal no Mercado Comum, uma vez que os produtos agrícolas portugueses são concorrenciais em relação aos italianos.

Melo Egídio na Madeira

O vice-chefe do Estado-Maior do Exército, general Melo Egídio, partiu hoje para a Madeira com o objectivo de obter uma maior sensibilização para os problemas dos diversos domínios existentes na zona militar do arquipélago.

Melo Egídio, que permanece dois dias na Madeira, assistirá aos exercícios realizados no âmbito da instrução de aperfeiçoamento dos quadros e tropas.

JS apoia "Lei Barreto" Plano e medidas do MEIC

Reunida no passado fim-de-semana em Lisboa, a Comissão Nacional da Juventude Socialista decidiu dar o seu apoio às propostas sobre o Plano a Médio Prazo e sobre a Reforma Agrária que serão a partir de hoje discutidas na Assembleia da República, ao mesmo tempo que reafirmou uma política de não-alianças preferenciais com outros grupos políticos de juventude, rejeitando, assim a proposta há tempos feita pela UJC.

O comunicado distribuído no final da reunião salienta ainda que o grau de membro honorário da JS foi atribuído a Mário Soares, Salgado Zenha, António Macedo e José de Magalhães Godinho.

Pronunciando-se sobre o ambiente que se vive em certos pontos do País, à JS condenou o clima de tensão e terros antidemocrático, existente em parte do Norte e Centro do País onde a direita e o patronato exercem formas indignantes de repressão, que atingem os jovens membros de comissões de trabalhadores e delegados sindicais, nalguns casos culminando mesmo com o seu despedimento».

Focando problemas de ensino a Comissão Nacional da JS manifestou o seu apoio às mais recentes decisões do MEIC, congratulando-se nomeadamente pela aplicação do «numerus clausus» ao acesso à Universidade, bem como a criação, a partir do próximo ano lectivo, do 9.º ano de escolaridade obrigatória. A JS aprovou ainda uma recomendação dirigida ao MEIC no sentido de se reestruturarem os cursos superiores técnicos de pequena duração.

Falando sobre a Fraternidade Operária, o comunicado final da reunião da CN dos jovens socialistas define aquela associação como «grupo parapartidário de pressão política, cujas actividades a JS considera em nada contribuírem para os objectivos que proclama».

A parte da reunião assistiu Felipe Gonzalez, que fez uma exposição sobre a situação política em Espanha.

ORGANIZAÇÃO

Entretanto, no sábado, reuniu-se na sede do PS ao Largo do Rato o IV Encontro Nacional de Organização do Partido Socialista, cujos trabalhos foram orientados por Jaime Gama.

Depois de fazer o balanço das actividades desenvolvidas pelo partido do Governo nos últimos tempos, os participantes no Encontro ouviram uma exposição de António Barreto sobre a Reforma Agrária.

Ainda durante o Encontro, foi decidido iniciar os trabalhos de preparação dos Congressos das Federações do PS, que terão lugar nos meses de Outubro e Novembro.

CIP contesta Plano a Médio Prazo

A Confederação da Indústria Portuguesa emitiu um comunicado no qual declara que o Plano a Médio Prazo, apresentado pelo Governo à Assembleia da República «carece de revisão profunda, que o ajuste às realidades fundamentais da economia». Segundo a CIP, o Plano caracteriza-se, entre outras coisas, por «uma estratégia orientada para a redução do papel da empresa privada na economia, e para a limitação do poder de iniciativa do empresário».

Noticiário breve

VISITAS A BELÉM

O Presidente da República recebeu no passado sábado em Belém o vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Loureiro dos Santos e o chefe do Estado-Maior do Exército-general Rocha Vieira.

Em reunião de trabalho estiveram também no Palácio de Belém o Primeiro-Ministro e o responsável pelo departamento da Agricultura António Barreto. Este discutiu com Ramalho Eanes problemas relacionados com a situação da agricultura e ainda com a nova lei da Reforma Agrária.

PC DESMENTE DEPUTADO

Uma nota da SIP do Partido Comunista desmente afirmações feitas pelo deputado Jaime Gama e pelo vespertino «A Luta» segundo as quais o projecto de lei do PCP sobre poderes das autarquias colocaria a PSP e a GNR sob a autoridade daquelas.

Segundo a SIP só o projecto de lei do Governo continha disposições nesse sentido, enquanto que os apresentados pelo PSD e pelo PCP não se referiam aos poderes de polícia das Câmaras Municipais.

FEPU

Os eleitos para as autarquais locais pela FEPU reúnem-se hoje à noite na Voz do Operário para fazer o balanço da actividade desenvolvida durante os primeiros seis meses de exercício dos respectivos cargos. Serão ainda debatidas as possibilidades de trabalho futuro dos responsáveis autárquicos propostas pela lista das Comissões Eleitorais Unitárias».

FRATERNIDADE OPERÁRIA

Na sequência dos comunicados pró e contra Lopes Cardoso de núcleos do PS, os eleitos por este Partido para as autarquias do concelho das Caldas condenam as actividades do ex-ministro da Agricultura, enquanto que os vereadores PS da Câmara de Almada, membros do núcleo PS de trabalhadores da Câmara de Almada, e um grupo de socialistas de Setúbal protestam contra a campanha em curso contra Lopes Cardoso. Enquanto os primeiros exigem a abertura de um debate claro sobre a questão, os últimos condenam as manobras dos que «pretendem emporcalhar o militante honesto e lutador intransigente pelo socialismo — o camarada Lopes Cardoso».

Electricidade Portugal, E D P
ZONA DISTRIBUIÇÃO DE SETÚBAL
Ex-União Eléctrica Portuguesa
CONCELHO DE PALMELA
AVISO AOS CONSUMIDORES
Comunica-se aos consumidores de baixa tensão do concelho de Palmela de que durante os meses de férias (Agosto e Setembro) a nossa Agência abrirá às Terças e Quintas-Feiras com o horário normal.
Lisboa, 18 de Julho de 1977
ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, E. P.
ZONA DE DISTRIBUIÇÃO SETÚBAL
Manuel Fernandes Camacho

Electricidade Portugal, E D P
ZONA DISTRIBUIÇÃO DE SETÚBAL
Ex-União Eléctrica Portuguesa
CONCELHO DE SESIMBRA
AVISO AOS CONSUMIDORES
Comunica-se aos consumidores de baixa tensão do concelho de Sesimbra de que durante os meses de férias (Agosto e Setembro) a nossa Agência abrirá às Segundas, Quartas e Sextas-Feiras com o horário normal.
Lisboa, 18 de Julho de 1977
ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, E. P.
ZONA DE DISTRIBUIÇÃO SETÚBAL
Manuel Fernandes Camacho

post-scriptum

A «batalha campal» do Rossio

Por má sorte, fui uma das vítimas da fúria da «polícia de choque» que na passada quarta-feira actuou frente à Estação do Rossio, espancando indiscriminadamente os transeuntes, inclusivamente as pessoas que após um dia de trabalho regressavam a casa. Algumas das vítimas ficaram prostradas no solo a jorrar abundamtemente sangue da cabeça.

Infelizmente é este o ambiente a que as forças incumbidas de defender o tão apregoado socialismo nos vão habituando!...

A causa deste procedimento foi devido, como é já do conhecimento geral, aos incidentes em que se envolveu a «força» em frente ao Tribunal Militar de Santa Clara, onde iria ser julgado Rui Gomes. Ali, um rapaz já havia sido ferido gravemente. Algumas mulheres, uma das quais (segundo se dizia no local) grávida, tinham sido também «mimoseadas» pela fúria descontrolada das «forças da ordem».

Foi então que àquela hora — cerca das 18 da tarde — em que as pessoas regressavam aos lares, após o seu dia de trabalho e se dispunham a tomar o comboio na Estação do Rossio, que um grupo de manifestantes, ou provocadores (como queiram) apupou as patrulhas da Polícia que passavam em diversas carrinhas, em ostentação de força e autoridade.

A Polícia volta atrás e os manifestantes fogem desordenadamente. Foi então que os transeuntes, que nada tinham a ver com a questão, ficaram à mercê dos bastões e das mocas dos agentes, que «descascam raivosamente» nas cabeças das pessoas que em má hora ali vinham chegando. Horrível espectáculo. As pessoas apertam as cabeças doloridas e espavoridamente. Parecia uma batalha campal em que há um só contentor: a Polícia...

Dos manifestantes, creio que nem um só terá sido apanhado. Eles fugiram e não terão sido perseguidos.

É este o panorama negro que se depara aos olhos de todos nós, porque se está a dar cobertura a acções injustificadas e condenáveis. Repressão sobre as pessoas, sobre os trabalhadores, cujas armas são unicamente os braços, não faltam já, para nos colocar de alerta. O que virá a seguir?

Carlos J. Rocha
— LISBOA

O fascismo com novos disfarces

Mais uma vez chego à conclusão de que aquilo que vulgarmente se chama inteligência, de que parece depender a felicidade legítima do ser humano, não passa de uma faculdade geradora de mil e uma habilidades sem qualquer relação com a verdade e a justiça. Só quando a consciência, faculdade de outra espécie, lhe serve de suporte, è que vemos a inteligência optar pelo bom caminho.

Pensei isto mesmo, ao relancear a vista para a primeira página de um «conceituado» pasquim da nossa praça, onde se contempla uma mesa sedutoramente posta, embora com encoberta intenção criminosa, que só se vislumbra à luz da consciência do leitor esclarecido.

Se não fôra assim, seria bem fácil desmascarar o farsante e até punir o criminoso.

Alguns órgãos de comunicação social, que têm por missão informar o homem e formar a sua opinião dentro da verdade, constantemente a falseiam, com um cinismo ímpar.

A intenção de quem os maneja servindo-se de astuciosos artifícios, consegue por vezes levar a água ao moínho do malefício, que deixa a sangrar corpos e espíritos, sem escrúpulo nem dó.

Quem vê caras não vê corações, diz o povo muito acertadamente. Caras que seduzem, corações que apunhalam.

A imprensa reaccionária serve-se da liberdade restaurada pelo «25 de Abril» para, com belas palavras, empurrar o povo para o cativeiro donde saiu.

O fascismo com novos disfarces, caminha mais uma vez para nós. O que é preciso é estarmos vigilantes para barrar o caminho à tirania e à exploração que novamente espreitam no horizonte.

Álvaro da Silva e Sousa
— PORTO

A falta de parques de estacionamento acessíveis

A ideia de restituir os passeios aos peões foi na realidade acertada, embora não tenha sido bem recebida por alguns automobilistas. Mas o que não está certo é que só sejam multados os automobilistas de Lisboa que estacionam mal os seus veículos.

Pelo menos em Queluz, onde moro, a decisão não é acatada. E por vezes o atravancamento dos passeios é de tal ordem que os transeuntes têm que transitar pela estrada, sujeitos a acidentes. Será que só os peões de Lisboa têm direito aos passeios?

No entanto, a aplicação de multas, só em si não, resolve o problema. Necessária se torna a criação de parques de estacionamento acessíveis a todas as bolsas, bem como a reestruturação dos meios de, transporte colectivo para permitir aos trabalhadores deslocarem-se aos locais de trabalho sem necessidade de utilizarem os seus carros.

Faça-se cumprir a lei com rigor. Mas antes criem-se as condições indispensáveis para que seja viável o seu cabal cumprimento.

Francisco J. Bandonia
— QUELUZ

Salazar, CAP, CIP, Reforma Agrária e sectores público e privado

Vitor Bento

Há algum tempo, a CAP criticou, em conferência de Imprensa, o nível de produção que se espera este ano na zona cerealífera do Alentejo. Fez mesmo uma pequena «brincadeira estatística», a qual levaria à sua previsão de que dentro de 36 anos não estaríamos na CEE, mas no Condado Portucalense! No dia seguinte, o MAP divulgou um longo comunicado sobre a situação das culturas, no qual se fazia uma crítica a «deficiências da organização do trabalho» e ao facto de haver «nas explorações colectivas de certa ideologia política, um sistema laboral de tipo proletário, que se mostrou, na prática, ineficaz para enfrentar os incontroláveis e imprevisíveis efeitos das graves condições do tempo, chegando ao absurdo de um esquema de horários rígidos». Também se criticava o excesso do número de trabalhadores nas explorações colectivas no âmbito da Reforma Agrária onde «só 70 por cento são considerados empregos reais» (a CAP é mais drástica, pois na sua conferência disse que para 167 mil trabalhadores prováveis na área, a produção só permitiria pagar os salários de 11 mil). Os últimos números sobre a

previsão da colheita confirmam uma baixa considerável da produção (contingências do sequeiro agrícola e do sequeiro político»).

Como também é sabido, foi já discutido e aprovado na Assembleia o diploma que estabelece os limites de actuação dos sectores público e privado da economia. Impossibilitada pela Constituição a devolução aos antigos patrões das empresas nacionalizadas, fabricados nos bastidores os célebres contratos de «viabilização» que permitem garantir a continuidade de exploração de empresas em dificuldades (na maior parte dos casos por má gestão empresarial) foi o problema rodeado pelos tecnocratas seus mandatários e pela CIP, através da lei que permite entregar, de aluguer ao sector privado, algumas dessas empresas e que cria circuitos bancários privados independentes do sector nacionalizado. Tudo isto vem coroar a campanha de descrédito lançada sobre as empresas públicas pela direita (quem já explicou ao País a incidência na exploração das empresas dos encargos financeiros e o efeito do congelamento de preços do Decreto 329/A de 1974 até ao final de 1975?). O despudor vai ao ponto de por um lado se duvidar da possibilidade de o Estado recrutar bons gestores e, simultaneamente se acreditar na capacidade de empresários aventureiristas. Assim se faz a sabotagem do papel do Estado na economia — fundamental nesta situação de crise interna e externa — para repor as rédeas na mão dos chamados «empreendedores», aos quais devemos a nossa posição na cauda dos países europeus (e, ao que parece, vamos até comprar-lhes as «nossas» empresas — as «conquistas da Revolução» — por bom preço, se se concretizar o que aí se houve sobre indemnizações das acções, nas quais foi o público o defraudado e não os patrões, que delas tiraram, multiplicado por várias vezes, o valor do seu capital).

A gora que em vários sectores da vida portuguesa se eleva uma certa onda de saudosismo — nos programas de Televisão, em alguns programas da Rádio, em certa Imprensa, nos quatro generais (e outros...) que não aceitam as realidades do tempo presente, dos «117» que vêem utilizar métodos de pressão de há 50 anos — é curioso verificar que estes temas foram já debatidos entre nós. Encontramo-los abordados num discurso do «mestre» desses saudosistas, Salazar, proferido na 1.ª Conferência Económica do Império, em 8 de Junho de 1936. Por muito estranho que pareça voltam a repetir-se argumentos já estafados, agora, passados quatro décadas, quando seria já altura de se terem clarificado as questões e de meter mãos à realização de programas e objectivos concretos. Assim, dificilmente poderemos avançar enquanto sociedade que pretende viver o seu tempo...

O «MESTRE»

«... Sem dúvida o potencial técnico, financeiro e da população da civilização moderna há-de permitir aos povos ainda atrasados mais rápida evolução no sentido da valorização dos elementos naturais, das riquezas e da forma de viver do que a percorrida pelas nações que sobre si tomam o encargo civilizador; mas sempre ficará verdade não poder comparar-se a acção do Estado, em tudo o que lhe não cabe exclusivamente por imposição da sua essência ou da sua estrutura, com a acção do agregado populacional.

Não sei onde e quando disse (mas desejava que estivesse tal conceito sempre presente no espírito de todos) constituir o Estado a mais poderosa economia dentro da nação, mas ser ele bem pouco, se o compararmos ao conjunto da economia nacional. Um exemplo à vista: a última invernia, prolongando-se insistentemente por mais dé quatro meses, não é demais supor-se que fez perder 80 dias de trabalho a 1 milhão de trabalhadores; computando-se o ganho médio de 7 a 8 escudos, a população, sobretudo a rural, teria perdido 500 a 600 mil contos de salários.

O Estado impossibilitado por seu turno de activar as suas obras, só pode minorar a miséria das populações com escassos centos ou milhares de contos de donativos. O resto suportou-o *a economia pela sua resistência natural* (o sublinhado é nosso e não do autor...). Outro exemplo: a colheita do trigo de 1935 andou por 640 milhões de quilogramas, com o valor aproximado de 900 mil contos; a de 1936 mal atingirá 250 milhões com o valor de 350 a 400 mil contos. Representa esta quebra o prejuízo de 500 mil contos, quando toda a contribuição predial cobrada pelo Estado em relação às terras dedicadas a essa cultura não deve ir além da décima parte da perda verificada». Mais adiante:

. «Temos por outro lado o seguinte: a organização do mercado do arroz, com a sua estabilidade de preços e segurança de venda do produto, fez em pouco tempo o que as pautas nunca puderam fazer; a protecção aduaneira foi insuficiente para garantir, quanto mais para fomentar, a pesca nacional do bacalhau que a organização dos interessados está em vias de fazer prosperar, através das oscilações do mercado mundial; a melhoria do preço das frutas, dos vinhos e das conservas, obtida pela disciplina da concorrência e pela regularização da produção e comércio, fez pela economia nacional o que os tratados por si não conseguiram.»

AS REALIDADES

Algumas considerações sobre este discurso levam-nos, entre outras, às seguintes conclusões (e isto é importante porque há muita gente com responsabilidade que pensa agora como se pensava na 4ª dos anos):

. — A agricultura continua, agora como então, sujeita em larga escala às variações meteorológicas. Vimo-lo, no último ano, nos problemas dramáticos causados aos campos de arroz do Mondego, primeiro pela seca e depois pelas inundações. Vê-lo-emos na colheita de cereais deste ano. Desde então, só agora se iniciará o domínio da água pelo homem, com a barragem da Aguieira, mas em contrapartida o Tejo continua a espalhar o «drama das inundações» sobre o seu vale, enquanto a escassos quilómetros, ao sul, as terras só têm a água das chuvas. As obras de irrigação do Alentejo permitiram a produção de tomate e algum arroz, mas não houve ainda soluções no campo da preparação de terras para cereais (trigos do tipo mexicano e milho). Em alguns casos de explorações excepcionais, onde se foi buscar água ao subsolo, optou-se pelo pomar e pecuária. (Também a vinha de mesa deu excelente resposta).

Sem aproveitamento de todos os recursos hidráulicos e a preparação das terras não se concretizará uma verdadeira Reforma Agrária (que em termos de utilização da terra tem de ser alargada a todo o País). Iniciativa privada ou Estado?

A primeira teve a sua oportunidade. Resultou?

— As calamidades da invernia de então — 500 a 600 mil contos de salários — foram suportadas, segundo Salazar, pela «economia na sua resistência natural». Significou isso fome e miséria (esta a palavra usada pelo próprio ditador). Assim fica demonstrada a razão pela qual lutam desde há décadas os trabalhadores alentejanos pois eles eram para Salazar a «resistência natural». Os seus camaradas do Vale do Mondego que pensarão sobre a sua razão em exigir salários, independentemente da vontade do «bom Deus» em mandar mais ou menos chuva?

. — As produções de trigo de então eram semelhantes às de agora e tiveram de 1935 para 1936 uma quebra de 60 por cento mesmo sem o assalto das «hordas selvagens a soldo de potências estrangeiras» como reclama a direita. O valor de um quilograma de trigo era cerca de 1 para 5 do salário médio rural nacional, quando agora é de cerca de 1 para 20 a 25. Quer dizer que devido ao aumento da produtividade nas produções estrangeiras não acompanhado pela produção nacional, o Alentejo perdeu potencial económico, afectando o emprego, mas não o capital. Os conflitos sociais e custos crescentes foram atenuados pela mecanização. Mas em termos globais compete ao Estado ou à iniciativa privada (com as provas já dadas) apoiar a recuperação do potencial da terra?

. — As considerações finais sobre a produção e comercialização de vários bens alimentares são contraditórias com o resto do discurso, pois a intervenção do Estado na protecção de certos interesses sempre distorceu as verdades do sistema económico corporativo e permitiu o adormecimento do sector privado. A prática demonstrou que em todos os exemplos citados por Salazar tem havido dificuldades de abastecimento e que os circuitos comerciais continuaram a

Continua na pág. 4

Novos "comandos" terminam "Suão 77"

Na Carreira de Tiro de Alcochete terminaram anteontem os 10 dias de treino operacional do Regimento de Comandos, que levou a cabo a operação «Suão 77» sob o comando do coronel Jaime Neves. Os exercícios decorreram ao longo de toda a faixa Oeste do Alentejo e serviram de prova final à instrução dos 275 alunos do 1.º curso de «comandos» deste ano.

Esta operação, considerada a mais importante nos três últimos anos, mobilizou cerca de 1200 homens e mais de 130 viaturas, tendo o Regimento planeado a acção, embora a zona de operações tenha sido escolhida pelo Estado-Maior do Exército.

De acordo com o esquema traçado para a operação «Suão 77», a partir do modelo das acções de guerrilha e contraguerrilha, o exercício teve início com o desembarque de 275 «comandos», na madrugada do dia 7, entre Lagos e Portimão, com o objectivo de atingir e controlar a margem Sul do Tejo.

Na opinião de Jaime Neves, transmitida aos jornalistas, os fins em vista foram completamente atingidos, permitindo corrigir defeitos e obter um maior aperfeiçoamento das tropas, apesar da «hospitalidade extraordinária» com que os «comandos» foram recebidos pelos alentejanos.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ESCLARECIMENTO

A Mesa da Assembleia Geral, com vista ao requerimento solicitando a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para o próximo dia 18 de Julho, tendo como

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único — Apreciação dos projectos em discussão pública sobre as «Bases Gerais da Reforma Agrária»,

esclarecendo que, sendo a reforma agrária uma das **incumbências prioritárias do Estado,** segundo a alínea h) do art.º 81.º da Constituição da República Portuguesa não vê fundamentação suficiente, nem lhe parece claro que, em boa ordem democrática, seja convocado um órgão deliberativo deste Sindicato, para apreciação desta matéria, pelo que, no sentido de ser convocada uma reunião geral de sócios para que estes não fiquem privados da discussão dum assunto que transcende o âmbito deliberativo deste Sindicato mas que interessa a todos os seus filiados, submeteu o assunto à consideração da Direcção, que ratificou este parecer.

Lisboa, 13 de Julho de 1977

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

CONVOCATÓRIA

A Direcção, por solicitação da Mesa da Assembleia Geral, convoca todos os filiados neste Sindicato para uma REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS no dia **18 do corrente, às 21 horas,** a realizar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Apreciação dos projectos em discussão pública sobre as «Bases Gerais da Reforma Agrária».

NOTA: É indispensável a apresentação do cartão de sócio à entrada do edifício.

Lisboa, 13 de Julho de 1977.

Pela DIRECÇÃO

DIZ INTERVENÇÃO SOCIALISTA

"Lei Barreto" representa séria ameaça à Constituição

«O maior grupo social da agricultura portuguesa vê, uma vez mais, defraudada a sua expectativa de um estatuto que, reconhecendo a sua especificidade, promova o seu acesso global a melhores níveis de produção e de vida» — afirma-se num comunicado da Intervenção Socialista, onde se denuncia também o carácter anticonstitucional e antieconómico da «Lei Barreto», em termos que constituem «um convite indirecto a soluções de autoridade que constituem séria ameaça ao regime constitucional português».

Eis, na íntegra, o teor do comunicado:

. «O esgotamento e a incapacidade do modelo económico da agricultura portuguesa dos últimos decénios, fez da Reforma Agrária a única saída capaz de assegurar o acesso de grandes camadas de trabalhadores rurais ao emprego, à produção e a níveis de vida compatíveis. Pela própria conformação do sistema económico-agrário do Sul do país, mais do que por qualquer imperativo ideológico, a reforma fundiária adquiriu um carácter simultâneamente antilatifundista e anti-capitalista.

«A Constituição, ao integrar esses dois objectivos dos trabalhadores nos meios de assegurar a transferência significativa da posse útil da terra para aqueles que a trabalham, ao visar a melhoria da situação económica, social e cultural do mundo rural e o aumento de produção e produtividade, ao inscrever como meta do regime a igualdade efectiva de todos os trabalhadores, define o quadro e o rumo da Reforma Agrária.

«Quadro e rumo que exigem ser completados pormenorizados e institucionalizados fixando-se os parâmetros por que hão-de reger-se os grupos sociais e conformar-se as estruturas agrárias, assegurando todavia a flexibilidade necessária ao progresso da agricultura, designadamente através de fórmulas cooperativas que melhor permitam acompanhar a mudança.

«Intervenção Socialista analisou e discutiu as Bases Gerais da Reforma Agrária agora em debate na Assembleia da República.

«Verificou assim que o carácter restrito do diploma não corresponde às ambições do seu preâmbulo, nem à real necessidade de um código Agrário, contrariando pontualmente aquelas, esgotando-se em disposições regulamentadoras das expropriações e sancionando um esquema de relações sociais na agricultura que contraria não só o rumo constitucional, como até alguns progressos já registados na matéria.

«As Bases Gerais optam implicitamente por uma estratégia de desenvolvimento agrícola que subordina o acesso dos agricultores à terra à visão estreita da viabilidade de um sector reservatório, para o qual se constrói a imagem ideal mas mítica do dinâmico empresário capitalista — fantasma que historicamente não foi mais do que uma presença menor e fugaz na agricultura do Sul do país.

«Considerando os empresários capitalistas como grupo preferencial da RA, a proposta de lei marginaliza os assalariados rurais e não oferece um quadro de integração à multidão dos pequenos agricultores que, à míngua de uma imagem de futuro, são contemplados com um inventário de instrumentos económicos. Assim, o maior grupo social de agricultura portuguesa vê, uma vez mais, defraudada a sua expectativa de um estatuto que, reconhecendo a sua especificidade, promova o seu acesso global a melhores níveis de produção e de vida.

«Pelas suas omissões, as Bases Gerais reforçam a tendência para o aparecimento, manutenção e reprodução de um sistema económico que, ignorando o emprego, assenta, por um lado, na intensificação capitalista pontual e, por outro, na extensificação cultural e humana de largas zonas, propiciando a sobrevivência de uma classe de meros usufrutuários de rendas que se julgava para sempre banida.

«A lógica interna dominante no sector reservatário conduzirá à permanência da desordem no aproveitamento dos solos, ao desperdício de recursos, a alargar o fosso entre as necessidades e a racionalidade geral da comunidade e os resultados e o comportamento do empresário capitalista.

«A proposta de lei conduz também à marginalização das formas sociais de produção, à asfixia pela via do mercado das explorações de carácter cooperativo, à necessidade de libertar mão-de-obra deste sector e, assim, à reprodução das condições de desemprego do pré-25 de Abril, permanecendo a indústria provavelmente incapaz de absorver tais excedentes.

«No que à demarcação de reservas se refere, a proposta de lei restitui as condições físicas do exercício do poder pelos antigos possidentes, conduz à subutilização dos recursos, abre a porta ao conflito permanente.

«Ao subordinar a estruturação programática do mundo agrário a necessidades tácticas que lhe são alheias, a proposta não evita, antes reacende e prolonga o conflito social, dificultando o progresso da agricultura e agravando a já difícil satisfação das necessidades básicas da população, dentro e fora da área da reestruturação fundiária.

«Independentemente de favorecer a capitalização do descontentamento de amanhã pelos vencidos de hoje — caso em que a jogada táctica que são as Bases Gerais se revelaria inimiga da estratégia dos seus promotores — este conjunto de medidas, ao criar problemas de difícil arbitragem futura, é um convite indirecto a soluções de autoridade que constituem séria ameaça ao regime constitucional português.»

Escreve Vítor Bento

Continuação da pág. 3

não funcionar de modo a garantir níveis de consumo elementares, mas, contudo com crescente satisfação para os intermediários e especuladores.

— Por último, ressalta que o sentido da intervenção do Estado na economia que agora se discute e a esquerda defende (como a Constituição) não é o Estado-colector de impostos de que falava Salazar, mas o Estado que no interesse público terá de controlar a produção em certos sectores e apoiar a actividade da pequena empresa agrícola ou industrial, dando-lhe suporte técnico, de crédito e de intervenção nos circuitos comerciais, garantindo os preços.

E não é de admirar que Salazar não pensasse nesses termos já que para ele *democracia* era «abandonar a coisa pública à inspiração das paixões e aos movimentos e caprichos da multidão» e socialismo «a distribuição, pelos que somos, das riquezas criadas e a criar segundo a razão suprema dos nossos apetites» (discurso à manifestação dos Sindicatos Nacionais em 26 de Fevereiro de 1937).

Mas, quantos salazaristas ainda haverá por aí, disfarçados com os rótulos ideológicos de agora?...

"Limpeza" do Porto motiva telegrama a Ramalho Eanes

PORTO, 18 — A propósito das operações de «limpeza» da cidade, agora reactivadas quando nas paredes e nos pavimentos se encontram diversas inscrições contra o projecto de lei do MAP sobre a Reforma Agrária e sobre o arrendamento rural, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas do Norte enviou ao Presidente da República um telegrama em que «repudia a actuação da PSP e elementos da CMP arrancando cartazes e inscrições contra política reaccionária do ministro Barreto.»

. O telegrama afirma que tal atitude contraria a Constituição da República, a propósito do que transcreve o Artigo 37.º referente a essa matéria. Termina o telegrama com o pedido de «imediata averiguação e punição dos responsáveis.»

. Idêntico telegrama foi enviado ao presidente da Assembleia da República.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

SERINGAS ..... **Concurso Público n.º 79/77**

DIVERSO MATERIAL DE LABORATÓRIO

Concurso Público n.º 80/77

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12.30 e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados, das 9 às 12 horas, na Secretaria do Serviço de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 13 de Julho de 1977.

O CHEFE DO SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

Manuel Brioso Pina de Jesus

PUB

Sindicato dos Operários da Construção Civil, Marcenaria e Cantaria do Distrito de Santarém

MOÇÃO

Considerando que o Governo num total alheamento dos interesses dos trabalhadores, inclusive daqueles que nele votaram, vem legislando de forma discricionária sem respeito portanto pela própria Constituição da República;

Considerando que os Ministros do Trabalho e da Agricultura e Pescas (MAP) vêm tentando a destruição das maiores e mais justas conquistas dos trabalhadores, os Delegados Sindicais da Construção Civil do Distrito de Santarém, reunidos em Plenário Distrital, em Santarém, no dia 13-7-77, para apreciação e deliberação do impasse a que chegaram os CONTRATOS COLECTIVOS, por um lado e da «LEI BARRETO», por outro, deliberaram:

1. **Protestar energicamente contra o ministro do Trabalho pelo impasse a que chegaram os contratos.**
2. **Protestar vementemente contra o Ministro da Agricultura e Pescas e seu PROJECTO, que visa a destruição da Reforma Agrária.**
3. **Manifestar o seu total apoio aos camaradas operários agrícolas e camponeses pela luta que travam em defesa de uma das maiores conquistas da Revolução — A REFORMA AGRÁRIA.**

Santarém, 13 de Julho de 1977

Aprovado por unanimidade e decidido ainda que fosse enviada esta moção aos Órgãos de Poder e de Informação.

Tribuna Livre

Telmo Vieira

"Cooperativa de Crédito ou Banca privada"

Vários **ensaios** têm surgido desde a nacionalização da Banca no sentido de anular esta inestimável conquista dos trabalhadores portugueses.

Há já alguns meses, tivemos oportunidade de denunciar, nestas páginas, a propósito da reestruturação da Banca no que concerne às fusões, o que então se verificava neste domínio.

A propósito de regionalização — que o separatismo despudoradamente aproveita o seu talante —, algumas tentativas de criação de um banco privado foram levadas a efeito, ora instrumentalizando qualquer das caixas económicas locais, ora apresentando projectos de estatutos para a constituição de uma instituição de crédito nas ilhas sob orientação de conhecido ex-banqueiro da Rua do Ouro.

Até ao presente nenhuma destas tentativas surtiu qualquer êxito assinalável.

Todavia, não se poderá esperar que as forças capitalistas desistam da sua intenção, a despeito de se tratar de matéria consagrada na actual Constituição da República Portuguesa no seu artigo 83.º, ponto 1., que expressamente estipula: «Todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras.»

. Lamentavelmente, as interpretações feitas sobre este articulado são muitas vezes distorcidas, inclusive por alguns que têm obrigação de saber ler a Constituição.

É que, ainda recentemente, a nível ministerial, se dizia que uma coisa eram as nacionalizações efectuadas e outra as empresas que poderiam vir a surgir, mesmo num ramo com a importância da banca. Para esse responsável a irreversibilidade aplicava-se apenas para as empresas já existentes e nacionalizadas e não para quaisquer outras que porventura viessem a surgir no mesmo ramo de actividade.

E por de mais evidente a inconstitucionalidade material e estatutária de tal concepção. O princípio consagrado na Constituição não pode ser subvertido mesmo que o agressor tenha foros ministeriais.

Realmente, a leitura mais simplista, não poderá deixar de entender que a irreversibilidade, consiste no afastamento de um sector desta importância nas mãos dos inimigos dos trabalhadores que, durante décadas, o utilizaram para esmagar a democracia e alimentar todo o aparelho repressivo deposto em 25 de Abril 74.

Esquecem-se os inimigos do povo trabalhador que o artigo 1.º da nossa Constituição impõe a perspectiva orientadora de todo o seu articulado, porquanto nenhuma norma poderá colidir com a **vontade popular empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.** É a este princípio que se terão de curvar todos os interesses.

A chamada **Constituição Económica** que permite a convivência do sector público, cooperativo e privado da propriedade dos meios de produção, artigo 89.º, só o consente **enquanto instrumento do progresso colectivo**, artigo 85.º

Neste contexto, têm os trabalhadores portugueses de estar vigilantes contra os **cavalos de Tróia** que os seus inimigos de classe **ensaiam**, dia após dia, na tentativa de **minar** as conquistas alcançadas com o 25 de Abril, mesmo as consagradas na Lei Fundamental, como é o caso.

Assim, terá de ser devidamente tratada a tentativa de constituição de um novo banco privado sob a forma de cooperativa.

Sobre esta matéria foi já divulgado um comunicado conjunto das direcções sindicais no qual são alertados os trabalhadores envolvidos nesta manobra.

Através da instrumentalização de alguns bancários das ex-colónias, uma vez mais, surgiu a vã tentativa de reaparecimento da banca privada.

Desta vez, de uma maneira assaz sub-reptícia sob forma tão grata aos trabalhadores: a forma cooperativa.

Só que, por mais ligeira que seja a leitura que se faça do respectivo projecto de estatutos, logo se verifica no seu objecto social:

. «receber fundos do Estado ou de outras entidades públicas, dos seus sócios ou de **terceiros**... (a)

. receber dinheiro para depósito, a prazo ou à ordem, tanto dos sócios como de **estranhos à sociedade**... (a).»

eis a **cooperativa** que os banqueiros, financiadores do aparelho fascista, tanto gostariam de proteger e incrementar...

Não o conseguirão. A lei 27/I de 12.5.77 promulgada em 18 de Junho pp, veio fixar os sectores possíveis para o âmbito privado. O sector bancário, evidentemente, será afastado desse âmbito.

Não obstante, só os trabalhadores poderão barrar o caminho aos inimigos da sociedade socialista e das conquistas já alcançadas.

Só os trabalhadores poderão construir o Socialismo, no cumprimento do artigo 1.º da nossa Constituição e de acordo com o **discurso** natural da História.

(a) Sublinhado nosso

Já está aberto ao trânsito o «Corredor de Benfica», com o qual se pretende um descongestionamento do tráfego que circula por aquela zona. Ainda em fase experimental, o «Corredor» vem «facilitar a vida» dos transportes públicos (autocarros e táxis), obrigando, por outro lado, a profundas alterações no trânsito particular que, procedente da Amadora, se dirija a Sete Rios, e também em relação ao tráfego a partir da Pontinha ou da Brandoa

Fim-de-semana na estrada fez poucas vítimas

. Morreram três pessoas em 83 acidentes rodoviários detectados pela GNR em todo o País no período compreendido entre as 12 horas de sexta-feira e as 12 horas de domingo — apurou a ANOP. O número de feridos elevou-se a 82.

Dado o volume de trânsito verificado no último fim-de-semana, estes números foram considerados satisfatórios pela Brigada de Trânsito da GNR.

Para a acção de descongestionamento do tráfego a GNR contou com o auxílio de um helicóptero da Força Aérea Portuguesa (muito útil num acidente grave ocorrido na estrada Cacém-Paço de Arcos) e dispôs só na área de Lisboa de cerca de 100 homens.

O movimento de viaturas nos dois principais acessos a Lisboa (Auto-Estrada do Norte e Ponte 25 de Abril) elevou-se ontem a cerca de 90 mil.

Pela Auto-Estrada do Norte entraram e saíram ontem da capital, respectivamente, 9.202 e 13.527 automóveis, números que foram considerados absolutamente normais.

Na Ponte 25 de Abril, onde até às 21 horas funcionou uma terceira via no sentido Setúbal-Lisboa, entraram 36.029 viaturas e saíram 31.034. Este movimento provocou grandes «engarrafamentos» de trânsito, o qual só começou a normalizar-se cerca das 23 horas.

Fogo rondou fábrica de pólvora em Corroios

. Violento incêndio destruiu na sexta-feira passada cerca de 20 mil metros quadrados de mata em Santa Marta de Corroios, próximo da fábrica de pólvora ali existente. Bombeiros de Cacilhas, Almada, Trafaria e Barreiro combateram o fogo, com a ajuda de Comissões de Trabalhadores, solidárias no esforço de evitar que as chamas atingissem os paióis de pólvora.

Levantada a hipótese de fogo posto, chegaram a ser presos vários indivíduos que viriam no entanto a ser postos em liberdade.

Não se tendo registado vítimas pessoais, os prejuízos são apreciáveis, considerando especialmente a destruição de um pronto-socorro dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas. Uma súbita mudança do vento levaria as labaredas a envolverem aquela viatura, que ficou destruída. Aliás, no breve espaço de uma semana este é o terceiro carro daqueles bombeiros danificado em operações de combate a incêndios.

Inspecção Sanitária da CML fez em Abril mais de mil vistorias

. Durante o mês de Abril, a actividade dos Serviços Médico-Veterinários de Inspecção Sanitária da Direcção dos Serviços de Abastecimento da CML, cifrou-se em mais de mil vistorias em cerca de 60 estabelecimentos fiscalizados por dia, de acordo com dados agora divulgados.

Entre os produtos rejeitados para consumo, salienta-se 55 quilos de carnes e produtos derivados; 8434 quilos de peixe e marisco, 604 quilos de ovos, 3156 peças de criação e caça, tendo ainda sido rejeitados 23.365 litros de leite à entrada na Central Pasteurizadora de Leite. Entretanto, no Centro Municipal de Inspecção e Classificação de Ovos, foram também rejeitadas 12.051 unidades.

Paralelamente a esta actividade fiscalizadora sanitária que urge multiplicar, há também que enveredar a sério por uma fiscalização de preços, no combate à especulação desenfreada a que se assiste, assim como ao açambarcamento. Esta é uma das preocupações das populações que estão indefesas perante os preços apresentados ao consumidor, fugindo às tabelas e que não têm mecanismos rápidos de combate a estas fraudes.

Condenados autores do crime da Afurada

PORTO, 18 — Em sentença proferida no Tribunal de Gaia o colectivo condenou o pescador José Oliveira Gomes, de 40 anos, á pena de 16 anos de prisão maior, como autor da facada que vitimou em 3 de Janeiro último, como então noticiámos, o pescador Valdemar Rebelo de 23 anos.

O crime verificou-se na zona ribeirinha da Afurada, seguindo-se a uma discussão em que estiveram envolvidas diversas pessoas, incluindo familiares da vítima.

Entretanto o tribunal condenou os outros dois réus desde mesmo caso, Clemente Oliveira Gomes e Manuel António Pereira Oliveira, trolha de 17 anos, nas penas de 5 meses e dois meses de prisão, respectivamente, saindo ambos em liberdade em vista do tempo já cumprido de prisão preventiva.

O julgamento mobilizou grande número de populares daquela zona piscatória, tendo grande parte deles e bem assim familiares da vítima discordado da sentença aplicada aos dois últimos, nomeadamente ao Clemente, por o considerarem como principal responsável pelos acontecimentos que levaram ao assassínio do Valdemar.

Em ALHOS VEDROS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODERNA

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ BRASILEIRA

Inaugurada delegação do ACP em Braga

BRAGA, 18 — Foi aqui inaugurada no passado sábado, mais uma delegação do Automóvel Clube de Portugal que vai servir naquela zona cerca de 2500 sócios dos 76 mil existentes em todo o ACP.

A propósito, discursou o presidente da Direcção do Automóvel Clube de Portugal, Francisco Balsemão, que sublinhou o papel desempenhado pelo ACP na luta pela defesa do automobilista.

Sublinhou Pinto Balsemão: «Ao longo destes três anos, a política do ACP, a maior associação portuguesa de consumidores, tem sido em conclusão, perfeitamente clara: defender intransigentemente os direitos daqueles que legitimamente representa e de todos os automobilistas portugueses.»

. Concretizando as suas afirmações: «quando no Verão de 1976, membros do Governo defenderam com insistência o racionamento dos combustíveis e a restrição da circulação aos fins-de-semana, o ACP insurgiu-se contra tais medidas, que causariam prejuízos consideráveis a grande parte da população sem lograrem obter resultados significativos na poupança de divisas», já que a gasolina consumida pelos automóveis representa menos de dois por cento das nossas importações.

GITUS 77

FÉRIAS PARA TRABALHADORES

PASSEIO DE BARCO A V. FRANCA DE XIRA

Dia 24 de Julho 1977

Partida Terreiro do Paço (Cacilheiros): 8 horas
Regresso: 19 horas
Preço por pessoa Esc. 150$00
Criança: Esc. 50$00 (4 aos 12 anos)
Preço para a 3.ª idade e reformados: Esc. 50$

BILHETES À VENDA no **GITUS**:
R. Victor Cordon, 1-3.º T. 365286
Av. Sidónio Pais, 4-A T. 539871
R. do Alecrim, 10 T. 365782
P. Restauradores, 14 T. 362501

INSCREVE-TE.
PARTICIPA.
PEDE PROGRAMA.
CONSULTA O TEU SINDICATO.

FINALMENTE!

ESTA É A SURPRESA QUE LHES TEMOS VINDO A ANUNCIAR

A PARTIR DO DIA 20 ATÉ 5 DE AGOSTO VAMOS BRINDAR OS NOSSOS CLIENTES COM UM DESCONTO DE **20 %** SOBRE TODOS OS PREÇOS MARCADOS

APROVEITEM ESTA OCASIÃO ÚNICA!

CASA AFRICANA

RUA AUGUSTA — RUA DA VICTÓRIA — RUA DOS SAPATEIROS

Pague as suas compras com os cartões UNIBANCO e SOTOMAYOR

UNIVERSAL
companhia de seguros e resseguros

Relatório e Contas 1976

Relatório do Conselho de Gestão

Em cumprimento do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 72/76, vimos apresentar o relatório da actividade da Companhia durante o ano de 1976. Constituiu facto dominante, para a Empresa, no período em análise, a decisão publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 144, p. 1386, que a seguir transcrevemos:

«Para todos os efeitos legais, e em consequência da resolução do Conselho de Ministros, de 10 de Maio de 1976, devem considerar-se fundidas ..., a partir de 1 de Janeiro de 1977, as Companhias de Seguros Império, Sagres e Universal.

Ministério das Finanças, 4 de Junho de 1976.

O MINISTRO DAS FINANÇAS
Francisco Salgado Zenha.»

Conclui-se, assim, um processo iniciado em 1970 com a integração administrativa da Universal no conjunto Império-Sagres e que vinha a caracterizar-se por uma tentativa de especialização da Empresa no campo do resseguro aceite.

Apesar de se ter registado substancial melhoria nos resultados da exploração técnica, quer no seguro directo quer no resseguro aceite, não foi possível atingir no exercício o desejável equilíbrio de resultados, tendo o ano sido encerrado com um novo prejuízo, de Esc. 9 922 916$70, o que elevou o saldo da Conta de Ganhos e Perdas para Esc. 46 568 025$10. Contribuem, essencialmente, para este estado de coisas dois factores:

a) A taxa de rendimento dos investimentos que, apesar de ter duplicado em relação ao ano anterior, se apresenta pouco maior do que 1 %;

b) A elevada taxa das despesas administrativas face aos prémios de seguro directo. A não se ter verificado a decisão da fusão a que atrás nos referimos, teriam de ser revistos os critérios de repartição de despesas que se vinham utilizando.

A receita total de prémios cresceu de 189 677 contos, em 1975, para 206 117 no presente exercício, tendo-se mantido a taxa de indemnizações, cujo valor absoluto passou de 133 641 para 142 763 contos.

O resultado apresentado está beneficiado de cerca de 1700 contos pelo facto de ter sido alterado o critério para a criação da «Provisão para Prémios em Cobrança»; mantendo-se, por outro lado, a não contabilização dos encargos resultantes da actualização das pensões do ramo Acidentes de Trabalho que, no nosso caso, excede os 30 000 contos.

Para terminar, queremos deixar bem expresso o nosso maior reconhecimento aos Segurados, Ressegurados, Resseguradores e Colaboradores que sempre nos manifestaram a sua confiança e garantir-lhes que os seus interesses e direitos foram devidamente acautelados, podendo continuar a contar com todo o nosso esforço para agora, sob a designação de COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO, respondermos em eficácia à satisfação das suas necessidades.

Lisboa, 14 de Março de 1977.

CONSELHO DE GESTÃO
Francisco Xavier Alves – Presidente
João Ricardo Sengo da Costa
José Francisco Leitão de Carvalho
Luís António Salgado Rodrigues
Orlando Martins Ferreira

Balanço Geral em 31 de Dezembro de 1976 *

Activo	Acid. de trabalho	Restantes ramos	Contas gerais	Subtotais	Totais em 1976	Totais em 1975
Reserva matemática (Resseguros cedidos)	—$—	—	—	—$—	—$—	—$—
Reserva de garantia (Idem)	—	1 967 566$80	—	1 967 566$80	1 967 566$80	9 661 497$50
Reserva de seguros vencidos (Idem)	—	3 704 635$70	—	3 704 635$70	3 704 635$70	1 101 584$50
Valores de emprego das reservas:						
Títulos de crédito e numerário:						
Próprios	—	—	10 222 178$00	10 222 178$00		
De resseguradores	—	—	897 450$00	897 450$00		
Imóveis	—	—	11 443 000$00	11 443 000$00		
Empréstimos hipotecários	—	—	—$—	—$—		
Empréstimos sobre títulos	—	—	—$—	—$—	22 562 628$00	19 849 862$00
Valores em depósito:						
De vários	—	—	650 000$00	650 000$00		
De resseguradores	—	—	—$—	—$—	650 000$00	650 000$00
Devedores por valores em depósito:						
Vários	—	—	2 484$80	2 484$80		
Ressegurados	—	—	37 100 242$20	37 100 242$20	37 102 727$00	26 217 220$00
Imóveis	—	—	—$—	—$—	—$—	—$—
Mobiliário e material	—	—	1 028 601$90	1 028 601$90		
Amortizações de mobiliário e material	—	—	— 889 441$50	—889 441$50	139 160$40	137 939$20
Empréstimos hipotecários	—	—	6 520 000$00	6 520 000$00	6 520 000$00	5 370 000$00
Empréstimos sobre títulos	—	—	—$—	—$—	—$—	—$—
Agências nas ex-colónias:						
Saldos das agências	—	—	1 132 755$70	1 132 755$70		
Reservas técnicas de resseguros cedidos	—$—	—$—	—	—$—	1 132 755$70	1 177 715$10
Devedores gerais:						
Segurados, correspondentes e angariadores	—	—	1 115 712$10	1 115 712$10		
Ressegurados	—	—	8 749 912$20	8 749 912$20		
Resseguradores	—	—	—$—	—$—		
Outros	—	—	7 687 933$30	7 687 933$30	17 553 557$60	146 769 227$80
Quotas-partes de indemnizações a receber	5 920 962$40	5 207 346$80	—	11 128 309$20	11 128 309$20	4 504 669$10
Prémios em cobrança:						
Na sede	2 966 978$60	2 017 988$00	—	4 984 966$60		
Nos correspondentes	988 992$80	1 345 325$40	—	2 334 318$20	7 319 284$80	7 484 897$60
Letras a receber	—	—	258 751$50	258 751$50	258 751$50	429 193$30
Títulos de crédito	—	—	152 726 791$00	152 726 791$00	152 726 791$00	185 529 088$00
Depósitos em bancos	—	—	939 500$20	939 500$20	939 500$20	1 316 799$40
Caixa	—	—	1 608$60	1 608$60	1 608$60	8 000$00
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA						
Flutuação de valores:						
De títulos	—	—	19 691 169$30	19 691 169$30	19 691 169$30	—10 188 737$50
Ganhos e perdas:						
Do exercício anterior	—	—	36 645 108$40	36 645 108$40		
Do exercício	—	—	9 922 916$70	9 922 916$70	46 568 025$10	36 645 108$40
Totais	9 876 933$80	14 242 862$70	305 846 674$40	—	329 966 470$90	436 663 864$40
Contas de ordem:						
Letras descontadas	—	—	206 287$90	206 287$90	206 287$90	169 719$50
	—	—	206 287$90	—	206 287$90	169 719$50

Passivo	Acid. de trabalho	Restantes ramos	Contas gerais	Subtotais	Totais em 1976	Totais em 1975
Reserva matemática:						
De seguros directos	20 813 107$00	—	—	20 813 107$00		
De resseguros aceites	—$—	—	—	—$—	20 813 107$00	18 964 301$00
Reserva de garantia:						
De seguros directos	—	4 051 726$40	—	4 051 726$40		
De resseguros aceites	—	50 467 021$80	—	50 467 021$80	54 518 748$20	50 402 186$90
Reserva de seguros vencidos:						
De seguros directos	—	1 195 493$20	—	1 195 493$20		
De resseguros aceites	—	45 563 426$40	—	45 563 426$40	46 758 919$60	51 254 605$00
Credores por valores em depósito:						
Vários	—	—	653 333$40	653 333$40		
Resseguradores	—	—	13 719 146$30	13 719 146$30	14 372 479$70	15 228 969$70
Credores gerais:						
Segurados, correspondentes e angariadores	—	—	185 730$00	185 730$00		
Ressegurados	—	—	144 971$80	144 971$80		
Resseguradores	—	—	—$—	—$—		
Outros	—	—	87 694 274$70	87 694 274$70	88 024 976$50	175 862 797$30
Indemnizações a pagar:						
De seguros directos	85 573$40	3 158 003$50	—	3 243 576$90		
De resseguros aceites	12 800 000$00	38 571 000$00	—	51 371 000$00	54 614 576$90	74 020 490$30
Comissões a pagar	445 911$70	354 805$40	—	800 717$10	800 717$10	779 529$60
Provisões						
Para incapacidades temporárias de acidentes de trabalho	1 505 388$00	—	—	1 505 388$00		
Para prémios em cobrança	1 298 755$20	494 626$30	—	1 793 381$50		
Diversas	212 991$60	326 338$40	244 115$40	783 445$40	4 082 214$90	4 229 353$60
SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA						
Capital	—	—	10 000 000$00	10 000 000$00	10 000 000$00	10 000 000$00
Fundo de reserva legal	—	—	3 000 000$00	3 000 000$00	3 000 000$00	3 000 000$00
Fundo de reservas livres	—	—	31 200 000$00	31 200 000$00	31 200 000$00	31 200 000$00
Flutuação de valores:						
De imóveis	—	—	1 780 731$00	1 780 731$00	1 780 731$00	1 721 731$00
Totais	37 161 726$90	144 182 441$40	148 622 302$60	—	329 966 470$90	436 663 864$40
Contas de ordem:						
Responsabilidades por letras descontadas	—	—	206 287$90	206 287$90	206 287$90	169 719$50
	—	—	206 287$90	—	206 287$90	169 719$50

O técnico de contas: Adolfo Gama Azevedo Araújo

O Conselho de Gestão

* De acordo com as instruções da Inspecção de Seguros não se procedeu este ano à consolidação das contas da Sede com as das Agências nas ex-colónias

UNIVERSAL
companhia de seguros e resseguros

Relatório e Contas 1976

Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 1976 ø

Débito	Acid. de trabalho	Acidentes pessoais	Fogo	Agrícola e pecuário	Automóveis e resp. civil	Marítimos	Transportes terrestres	Aéreos	Diversos	Contas gerais	Subtotais	Totais em 1976	Totais em 1975
Saldo do ano anterior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	36 645 108$40	36 645 108$40	36 645 108$40	— 6 152 875$50 *
Reserva matemática:													
De seguros directos	1 848 806$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 848 806$00		
De resseguros aceitos	—$—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—$—	1 848 806$00	—$—
Reserva de garantia:													
De seguros directos	—	1 426$90	—$—	—$—	—$—	85 488$40	3 571$20	579$20	927$60	—	91 993$30		
De resseguros aceitos	—	—$—	6 996 729$40	18 717$70	1 403 244$20	—$—	—$—	683 234$40	1 583 574$10	—	10 685 499$80		
De resseguros cedidos (diminuição)	—	391$60	2 714 445$30	988$00	41 624$70	4 154 950$90	46 574$50	621 057$50	139 738$60	—	7 719 771$10	18 497 264$20	7 433 888$80
Provisões:													
Para incapacidades temporárias de acidentes de trabalho	201 300$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	201 300$00		
Para prémios em cobrança	487 342$30	—$—	—$—	—$—	—$—	28 072$60	—$—	8$80	—$—	—	515 423$70	716 723$70	1 187 105$20
Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16 388$10	16 388$10	16 388$10	35 828$00
Comissões:													
De seguros directos	1 308 370$80	20 366$80	374 689$10	10 425$90	903 007$00	107 325$60	24 463$90	1 580$80	17 353$80	—	2 767 583$70		
De resseguros aceitos	135 371$00	2 437 262$80	25 652 017$70	—$—	3 658$70	10 695 910$20	—$—	2 029 585$00	787 557$30	—	41 741 362$70		
Despesas de aquisição	6 746$10	28$20	139$20	1 027$70	1 526$60	3 137$70	3 804$00	165$70	—$—	—	16 575$20	44 525 521$60	44 384 665$70
Indemnizações:													
De seguros directos													
Do exercício	9 298 614$90	17 403$50	984 215$10	52 385$60	6 201 934$50	224 164$50	13 757$60	7 119$20	95 770$70	—	16 895 365$60		
De exercícios anteriores (reajustamentos)	— 35 796$60	4 037$20	—171 400$00	—$—	— 524 796$20	— 120 967$60	— 620$20	— 950$00	— 6 503$00	—	— 856 996$40		
	9 262 818$30	21 440$70	812 815$10	52 385$60	5 677 138$30	103 196$90	13 137$40	6 169$20	89 267$70		16 038 369$20		
De resseguros aceitos	7 594 273$30	— 750 817$70	39 510 193$80	34 971$30	17 783 991$40	35 849 481$50	— 20 000$00	9 679 052$50	17 044 178$70	—	126 725 324$80	142 763 694$00	133 641 249$60
Encargos de resseguros cedidos:													
Prémios	1 756 734$40	5 390$90	4 121 349$30	48 422$60	1 572 744$50	458 882$10	56 558$40	—$—	34 577$50	—	8 054 659$70		
Juros	—$—	—$—	52 876$80	—$—	—$—	—$—	51 006$90	—$—	—$—	—	103 883$70	8 158 543$40	35 904 085$20
Despesas gerais:													
Órgãos sociais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	338 340$00	338 340$00		
Pessoal	2 314 870$20	34 744$80	421 286$30	8 686$20	1 328 987$40	182 410$00	30 401$60	—$—	21 715$50	2 895 397$40	7 238 493$40		
Publicidade	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	2 304$60	2 304$60		
Outras despesas de administração	4 843 430$50	72 696$90	881 449$80	18 174$20	2 780 656$10	381 658$70	63 609$80	—$—	45 435$60	6 058 074$40	15 145 186$00		
Encargos fiscais	412 064$40	9 186$80	277 327$90	2 968$60	239 565$60	58 929$20	5 170$40	13 724$80	9 188$20	1 771 609$10	2 799 735$00		
Encargos parafiscais	431 197$50	6 472$00	78 473$10	1 618$00	247 554$30	33 978$00	5 663$00	—$—	4 045$00	540 174$20	1 349 175$10	26 873 234$10	28 413 993$90
Encargos diversos	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	1 045$00	1 045$00	1 045$00	435 174$90
Resultados de agências nas ex-colónias:													
Transferidos das contas das agências	—$—	214 325$90	—$—	—$—	188 039$20	—$—	—$—	—$—	6 502$00	76 464$60	485 331$70		
De resseguros colocados pela sede	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—	—$—	485 331$70	1 171 837$20
Totais	30 603 324$80	2 072 916$60	81 893 786$80	198 385$80	32 171 738$00	52 143 421$80	283 961$10	13 035 157$90	19 784 061$60	48 344 905$80	—	280 531 660$20	246 454 953$00

O técnico de contas: Adolfo Gama Azevedo Araújo

O Conselho de Gestão

Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 1976 ø

Crédito	Acid. de trabalho	Acidentes pessoais	Fogo	Agrícola e pecuário	Automóveis e resp. civil	Marítimos	Transportes terrestres	Aéreos	Diversos	Contas gerais	Subtotais	Totais em 1976	Totais em 1975
Reserva matemática:													
De resseguros cedidos	—$—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—$—	—$—	913 075$00
Reserva de garantia:													
De resseguros cedidos	—	—$—	—$—	—$—	—$—	20 493$70	1 346$70	—$—	4 000$00	—	25 840$40		
De seguros directos (diminuição)	—	—$—	142 523$00	1 708$40	91 907$70	—$—	—$—	—$—	6 452$40	—	242 591$50		
De resseguros aceitos (diminuição)	—	187 155$70	—$—	—$—	—$—	3 241 806$90	47 549$80	128 153$50	1 052 162$20	—	4 656 828$10	4 925 260$00	9 380 476$50
Provisões:													
Para incapacidades temporárias de acidentes de trabalho	3 061$50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3 061$50		
Para prémios em cobrança (diminuição)	7 013$30	9 613$00	440 933$00	2 952$00	377 251$00	3 800$00	578$10	—$—	17 559$90	—	859 700$30	862 761$80	20 979$90
Prémios e seus adicionais:													
De seguros directos	15 053 879$50	220 729$00	2 729 900$10	58 966$10	8 635 432$50	1 198 091$60	189 817$90	12 708$10	123 894$80	—	28 223 419$60		
De resseguros aceitos	6 194 645$50	5 881 443$70	71 575 428$90	771 197$50	9 461 940$70	48 591 523$80	—$—	24 745 772$70	10 672 055$40	—	177 894 008$20	206 117 427$80	189 676 862$40
Receita de resseguros cedidos:													
Comissões	60 348$60	— 5 000$00	1 786 025$30	—$—	—$—	227 007$00	14 309$00	—$—	3 161$00	—	2 085 850$90		
Indemnizações	6 784 863$30	—$—	2 700 635$20	49 766$30	7 614 170$90	—1 039 943$50	87 307$50	—$—	—$—	—	16 196 799$70	18 282 650$60	7 316 171$00
Rendimentos:													
Das reservas técnicas de seguros directos	504 058$30	2 038$00	26 493$70	679$30	142 658$10	1 358$60	679$30	—$—	1 358$60	—	679 323$90		
Das reservas técnicas de resseguros aceitos	44 023$40	44 442$30	411 036$90	—$—	—$—	250 223$60	—$—	35 668$80	3 977$00	—	789 372$00		
De valores livres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 505 107$80	1 505 107$80	2 973 803$70	1 493 880$80
Receitas diversas:													
Cargos em outras sociedades	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—$—	—$—		
Outras	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	253 588$50	253 588$50	253 588$50	22 302$90
Resultados de agências nas ex-colónias:													
Transferidos das contas das agências	201$10	304 200$00	4 364$30	—$—	217 335$60	—$—	—$—	—$—	1 050$00	20 991$70	548 142$70		
De resseguros colocados pela sede	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—	—$—	548 142$70	977 096$10
Saldo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	46 568 025$10	46 568 025$10	46 568 025$10	36 645 108$40
Totais	28 652 094$50	6 644 621$70	79 817 340$40	885 269$60	26 540 696$50	52 494 361$70	341 588$30	24 922 303$10	11 885 671$30	48 347 713$10	—	280 531 660$20	246 454 953$00

O técnico de contas: Adolfo Gama Azevedo Araújo

O Conselho de Gestão

ø De acordo com as instruções da Inspecção de Seguros não se procedeu este ano à consolidação das contas da sede com as das agências no estrangeiro.
* Regularização de encargos não contabilizados em 1975.

UNIVERSAL
companhia de seguros e resseguros

Relatório e Contas 1976

Inventário das Participações Financeiras e outras Aplicações em Valores Mobiliários em 31 de Dezembro de 1976

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação em bolsa	Valores de balanço		Valor total de aquisição	Flutuação de valores
					Unitário	Total		
1. Participações financeiras								
1.1. *Quotas*	—	—	—	—	—	—	—	—
1.2. *Acções*	—	—	—	—	—	—	—	—
1.9. *Total*						—	—	—
2. Outras aplicações								
2.1. *Titulos Nacionais:*								
2.1.1. *Titulos da Divida Pública e Obrigações com Garantia do Estado:*								
Banco de Fomento Nacional 6 ½ % — 1973	27	1 000$00	1 000$00	—	800$00	21 600$00	27 000$00	— 5 400$00
Câmara Municipal de Lisboa 5 ¾ % — 1969	235	1 000$00	1 000$00	—	750$00	176 250$00	235 000$00	— 58 750$00
Empréstimo Externo Português 3 % (carimbadas)	383	1 180$80	1 069$00	—	500$00	191 500$00	409 427$00	— 217 927$00
Fomento Ultramarino 6 % — 1969 (Moçambique)	942	1 000$00	1 000$00	—	840$00	791 280$00	942 000$00	— 150 720$00
Fundo Especial Transportes Terrestres 5 ½ % — 1967	70	1 000$00	1 000$00	—	720$00	50 400$00	70 000$00	— 19 600$00
Fundo de Turismo 5 ¾ % — 1969	113	1 000$00	1 000$00	—	850$00	96 050$00	113 000$00	— 16 950$00
Tesouro 5 % — 1967	492	1 000$00	990$80	—	800$00	393 600$00	487 513$30	— 93 913$30
Tesouro 5 % — 1971	5 500	1 000$00	999$60	—	800$00	4 400 000$00	5 498 250$00	— 1 098 250$00
Tesouro 5 % — 1973	50	1 000$00	1 000$00	—	800$00	40 000$00	50 000$00	— 10 000$00
Tesouro 5 % — 1965 (Moçambique)	125	1 000$00	1 008$40	—	840$00	105 000$00	126 050$00	— 21 050$00
Tesouro 75 (Banco Nacional Ultramarino)	8	3 370$00	2 429$50	—	1 200$00	9 600$00	19 436$50	— 9 836$50
Tesouro 10 % — 1976	150	1 000$00	1 000$00	—	1 000$00	150 000$00	150 000$00	—
Tesouro 6 % (ouro)	20	500$00	500$00	—	500$00	10 000$00	10 000$00	—
2.1.2. *Outras Obrigações:*								
Companhia Portuguesa de Electricidade 6 ½ % — 1972 (conv.)	541	1 000$00	1 000$00	—	650$00	351 650$00	541 000$00	— 189 350$00
Correios e Telecomunicações de Portugal 6 ¾ % — 1972	405	1 000$00	1 000$00	—	820$00	332 100$00	405 007$70	— 72 907$70
Metropolitano de Lisboa 7 ½ % — 1974	500	1 000$00	1 000$00	—	830$00	415 000$00	500 000$00	— 85 000$00
Sacor 7 %	30	1 000$00	1 000$00	—	785$00	23 550$00	30 000$00	— 6 450$00
União Eléctrica Portuguesa 7 % — 1972	20	1 000$00	1 000$00	—	720$00	14 400$00	20 000$00	— 5 600$00
2.1.3. *Acções:*								
A Tabaqueira	200	1 000$00	8 358$80	—	8 563$00	1 712 600$00	1 671 771$40	+ 40 828$60
Banco Totta & Açores (Port.)	2 500	1 000$00	11 400$00	—	5 275$00	13 187 500$00	28 500 000$00	—15 312 500$00
BATICEL - Minerais Aglutinados	125	1 000$00	747$70	—	747$70	93 462$50	93 462$50	—
CIDLA - Combustiveis Industriais e Domésticos	46	1 000$00	3 451$50	—	1 880$00	86 480$00	158 771$00	— 72 291$00
COBRIMPE - Cob. Org. Assist. Empresas	50	1 000$00	1 000$00	—	1 000$00	50 000$00	50 000$00	—
Companhia Portuguesa de Electricidade (Port.)	225	1 000$00	1 135$20	—	1 135$20	255 420$00	255 425$30	— 5$30
Companhia Portuguesa de Higiene	2 350	100$00	2 000$00	—	2 000$00	4 700 000$00	4 700 000$00	—
Companhia de Seguro de Créditos	500	1 000$00	1 000$20	—	1 000$00	500 000$00	500 135$30	— 135$30
Companhia União Fabril	487	1 000$00	3 166$30	—	1 373$00	668 651$00	1 542 030$30	— 873 379$30
DRAIVIMPE - Centro Técnico de Reparações de Automóveis	7 980	1 000$00	1 000$00	—	1 000$00	7 980 000$00	7 980 000$00	—
EURODOMUS - Sociedade de Comércio e Distribuição	8 000	1 000$00	1 000$00	—	1 000$00	8 000 000$00	8 000 000$00	—
FUNDUS - Administração e Participações Financeiras	29 750	1 000$00	1 265$90	—	1 265$90	37 660 525$00	37 663 488$70	— 2 963$70
Imobiliária Construtora Grão-Pará	3	500$00	1 300$00	—	1 027$00	3 081$00	3 900$00	— 819$00
INTERFORMA - Equipamento de Interiores	2 000	1 000$00	1 075$80	—	1 075$80	2 151 600$00	2 151 724$20	— 124$20
I.S.U. - Estabelecimentos de Saúde e Assistência	10 750	1 000$00	1 116$20	—	1 000$00	10 750 000$00	12 000 000$00	— 1 250 000$00
I.S.U. - Imobiliária	100	1 000$00	1 000$00	—	1 000$00	100 000$00	100 000$00	—
Lisbon Motors	1 500	1 000$00	3 500$00	—	3 500$00	5 250 000$00	5 250 000$00	—
MARBLARTE - Manufactura de Mármores Decorativos	2 500	1 000$00	496$00	—	496$00	1 240 000$00	1 240 000$00	—
SACOR - Soc. Conc. Refinação de Petróleos de Portugal (Nom.)	21	1 000$00	3 340$00	—	4 017$00	84 357$00	70 141$10	+ 14 215$90
SACOR - Soc. Conc. Refinação de Petróleos de Portugal (Port.)	3	1 000$00	3 340$00	—	4 405$00	13 215$00	10 020$10	+ 3 194$90
SETENAVE - Estaleiros Navais de Setúbal	4	1 000$00	1 000$00	—	3 725$00	14 900$00	4 000$00	+ 10 900$00
Sociedade Central de Cervejas	2	1 000$00	4 250$00	—	3 500$00	7 000$00	8 500$00	— 1 500$00
SOGESTIL - Sociedade de Gestão de Títulos	2 000	1 000$00	1 041$70	—	1 041$70	2 083 400$00	2 083 522$50	— 122$50
SOINTAL — Sociedade Inic. Turísticas Algarvias (Lib. 50 %)	85	1 000$00	500$00	—	500$00	42 500$00	42 500$00	—
Sousa Braga - Móveis e Decorações	2 175	1 000$00	1 459$70	—	1 459$70	3 174 847$50	3 175 000$00	— 152$50
TAP - Transportes Aéreos Portugueses	1 000	1 000$00	1 600$00	—	1 393$00	1 393 000$00	1 600 000$00	— 207 000$00
UFA - União Fabril do Azoto	10 000	500$00	1 000$00	—	770$00	7 700 000$00	10 000 000$00	— 2 300 000$00
URBIPOR — Sociedade Portuguesa de Urbanização Racional	69	1 000$00	1 068$80	—	1 000$00	69 000$00	73 750$00	— 4 750$00
URPLANO - Projectos e Construção	1 450	1 000$00	15 091$10	—	15 000$00	21 750 000$00	21 882 162$70	— 132 162$70
URPLANO - Projectos e Construção (Lib. 65 %)	14 500	1 000$00	650$00	—	650$00	9 425 000$00	9 425 000$00	—
2.1.4. *Fundos de investimento:*								
Fundo FIDES	56 395	—	266$30	—	310$00	17 482 450$00	15 023 148$70	+ 2 459 301$30
3. Total geral						165 200 969$00	184 892 138$30	—19 691 169$30

Imóveis

Príncipe Real (Praça), 11		4 872 000$00
Roma (Avenida), 70 a 70-A		6 571 000$00
	TOTAL	11 443 000$00

Movimento sindical declara guerra à "Lei Barreto"

O plenário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, que reuniu no passado sábado na Voz do Operário mais de quinhentos dirigentes sindicais, aprovou por unanimidade e aclamação uma resolução contra a proposta da Lei Barreto, na qual se propõe a apresentação o mais rapidamente possível do documento do seu secretariado aos órgãos de soberania, como posição do Movimento Sindical Português sobre a Lei Barreto.

Na moção aprovada no sábado, os participantes no plenário decidiram manifestar aos trabalhadores portugueses, do campo ou da cidade, aos pequenos agricultores e rendeiros, a todas as forças democráticas e progressistas de Portugal, «a confiança inabalável de que a Reforma Agrária será defendida contra todos os seus inimigos e de que a Constituição não será anulada e a Democracia será defendida». «Todos juntos», afirmam, «saberemos manter abertas as vias que hão-de conduzir a uma sociedade mais justa e mais fraterna — uma sociedade socialista!»

Afirmam também a determinação inquebrantável de impedir que os direitos já conquistados sejam destruídos, de impedir que as transformações já realizadas, apontando ao socialismo, sejam liquidadas; de salvaguardar na prática as UCP's e Cooperativas e os direitos dos rendeiros, de impedir também a concretização dos propósitos de destruição da Reforma Agrária e de tudo fazer para combater a Lei Barreto e defender a Constituição». (...) os projectos de recuperação capitalista e latifundiária — afirmam — «nada podem se os trabalhadores e as massas populares estiverem dispostos, como estão, a lutar contra eles, a não os deixar passar.

Reforçar as formas de luta de massas em defesa da Reforma Agrária e adoptar as medidas que a evolução da situação vier a exigir, são também propósitos dos participantes no plenário da CGTP-IN.

No documento, aprovado após análise à Proposta de Lei do ministro Barreto, os participantes no plenário da CGTP acusam a proposta de Barreto de destruir a Reforma Agrária Constitucional, «democrática, não capitalista e visando o socialismo», e de restaurar as relações de produção capitalista e o próprio latifúndio. Apontam a consequência da aplicação de tal lei: inevitável desemprego e miséria nos campos. Relembram por outro lado, que a Lei Barreto atenta gravemente contra os interesses dos trabalhadores rurais, dos pequenos agricultores, dos rendeiros e de todos os que trabalham a terra.

Participaram no plenário quinhentos dirigentes de 169 organizações sindicais, nas quais estão filiadas mais de um milhão de trabalhadores. Vinte das organizações presentes não são filiadas na CGTP. A legislação antioperária e os vários problemas que afectam os trabalhadores portugueses foram também debatidos no plenário.

Sindicatos do Porto solidários com os despedidos da EFACEC

A coberto de legislação favorável aos interesses do grande patronato, continua a assistir-se a atentados diários contra os direitos constitucionais dos trabalhadores», comenta o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto ao solidarizar-se publicamente com os elementos despedidos da Comissão de Trabalhadores da Efacec-Inel (Sul), despedidos pela Administração da empresa por se oporem à reintegração de indivíduos em devido tempo saneados pelo pessoal.

«O pretexto utilizado pela Direcção da Efacec não consegue esconder as reais intenções que estão por detrás de tão arbitrária decisão: abalar a organização dos trabalhadores da empresa, de forma a dificultar a defesa dos trabalhadores contra as prepotências, arbitrariedades e exploração a que estão sujeitos os trabalhadores», afirma a USP. Os sindicatos do Porto estão com os trabalhadores da Efacec quando estes exigem a revogação dos despedimentos, desejo este formulado no plenário do passado dia 7 e que «deve ser tomado em conta pelos responsáveis do Governo e merecer a solidariedade activa de todos os sindicatos e trabalhadores empenhados na defesa da Constituição da República».

REESTRUTURAÇÃO

Segundo informa num outro comunicado que fez chegar à nossa Redacção, o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto tem vindo a contactar direcções sindicais do distrito com vista a ultimar o processo de reestruturação daquela organização sindical, que culminará com o plenário eleitoral do próximo dia 29.

«Os contactos com as direcções sindicais têm em vista assegurar uma participação activa dos sindicatos — filiados e não filiados na CGTP-IN — em todo o processo eleitoral, garantindo uma composição para o futuro Secretariado que cubra o melhor possível as diferentes correntes de pensamento sindical com efectivo apoio dos trabalhadores e represente os vários sectores de actividade económica e socio-profissionais», salienta o Secretariado da USP.

O comunicado assinala ainda a importância das eleições dos novos dirigentes, pela contribuição que poderá dar «para o reforço de uma acção sindical forte e unitária».

Lista unitária vence nos Rodoviários de Setúbal

Embora ainda estejam por apurar cerca de três dezenas de votos, a lista B, unitária de esquerda, tem já praticamente assegurada a vitória nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Setúbal, ontem realizadas.

Os resultados provisórios obtidos até esta manhã assinalavam 754 votos para a lista B, que tem por lema «Pela Unidade, pela Defesa do Movimento Sindical unitário, por um Sindicato ao Serviço de todos os Trabalhadores», contra 639 votos para a lista A, identificada com a linha sindical da anterior direcção sob o lema «Por um Sindicato Revolucionário ao Serviço dos Rodoviários».

A afluência às urnas foi das maiores de sempre.

NO DIA 27

Ferroviários vão parar durante dez minutos

● luta-se pelo fim do congelamento salarial

Pela primeira vez depois do 25 de Abril, os ferroviários de todo o País anunciam uma paralisação de dez minutos, a realizar no próximo dia 27 pelas 11 horas, como forma de defesa da liberdade de negociação do seu acordo colectivo de trabalho, que foi posta em causa, por uma portaria que proíbe o aumento da massa salarial global e de outras regalias na revisão em curso.

«Estamos na firma disposição de levar o Governo a revogar a portaria que congela os nossos salários e que afinal mostra que o Governo é incapaz de definir uma política de transportes que sirva o nosso nosso País e não quer reconhecer a inépcia do conselho de gerência para gerir correctamente a empresa», afirmou esta manhã à Imprensa a comissão sindical negociadora do ACT dos ferroviários. «Isto é tanto mais grave quanto o Governo tem ignorado o oferecimento dos Sindicatos Ferroviários para analisar várias sugestões que temos a fazer para melhorar a gestão da empresa. Pelos vistos, o Governo prefere agitar o défice da CP em vez de tomar a atitude honesta de nos ouvir e procurar soluções para os problemas dos caminhos de ferro».

Lamentando, muito embora, que o Governo se recuse ao diálogo, «que poderia conduzir a soluções correctas de que todo o País beneficiaria», os sindicatos deixam claro que não aceitarão «a imposição de condições de trabalho inferiores às da lei geral, ou o congelamento de salários». Reivindicam por isso a revogação de uma portaria cujo intuito principal é o de «lançar sobre os trabalhadores todo o peso da crise que o Governo não é capaz nem quer resolver».

E acrescenta a comissão sindical negociadora:

«O Governo sabe que sem a sua interferência abusiva nas negociações nunca os resultados poderão ser os que pretende — apresentar um défice que não seja muito grande, ao mesmo tempo que se dá ao luxo de não se rebaixa a dialogar com os trabalhadores não ter de ouvir destas soluções correctas, mas que não serviriam o processo de recuperação capitalista em curso».

A paralisação agora decidida visa precisamente contrariar tal situação.

Facar em risco de ser devolvida

A Comissão Interministerial encarregada do estudo da solução para a Facar, em Leça da Palmeira, Matosinhos, prepara-se para propor a entrega imediata daquela grande empresa monopolista aos patrões sabotadores, os irmãos Carvalhos, acusados de inúmeras fraudes.

Efectivamente, esta parece ser a posição dos componentes daquela comissão, eng. Ferreira do Amaral (Ministério da Indústria) e os drs. Aníbal Santos Loureiro (do Plano) e Ramos Jesus (em representação do ministro das Finanças), restando ao Governo o bom senso de não aceitar tamanha inconstitucionalidade, até porque no seio de largos sectores do PS, a solução proposta para a Facar é a nacionalização. De facto, apesar da posição que parece ser unanime da C. Interministerial, há mesmo no Governo opiniões divergentes quanto ao problema da Facar. Para além disso, recentemente circulou a nível partidário nos meios do PS, em Leça da Palmeira, um abaixo-assinado de recusa da entrega da Facar aos patrões. Recorde-se aliás que já em Janeiro, o secretariado do Concelho de Matosinhos e a Comissão de Trabalho do Porto do PS emitiram um comunicado exigindo a continuação da intervenção estatal até que a Assembleia da República legisle sobre as empresas intervencionadas. Nesse comunicado o PS exigia também que fossem instauraddos processos judiciais aos Carvalhos «para que eles sejam julgados pelos tribuanis competentes, pelos crimes de fraude e sabotagem económica que lhes são imputados».

Quanto a esses crimes, recorde-se que após a sindicância efectuada na empresa depois da saída dos Carvalhos, foram apuradas inúmeras irregularidades: existência de despesas não documentadas; fuga ao pagamento da contribuição industrial; desvalorização das existências de matérias-primas e produtos acabados em cerca de trinta por cento, provocando fuga ao pagamento de impostos sobre cerca de 102 mil contos; subfacturação na aquisição de matérias-primas, o que provocou fuga aos impostos privando o País de cerca de 26 mil contos.

Segundo o relatório da Inspecção-Geral de Finanças o benefício auferido pelos Carvalhos a títulos vários (de 1964 a 1973), foi da ordem dos 148.000 contos, enquanto o montante dos lucros realizados naquele mesmo período não ultrapassou os 127.967 contos. Isto quer dizer que os levantamentos dos sócios, em valores contabilizados, umtrapassaram em cerca de vinte mil contos os lucros declarados.

Se quisermos, porém, pegar nos dados de 1974, verificamos que cada um dos irmãos Carvalhos recebeu por hora, naquele ano, a «modesta» quantia de 10 contos. Por outro lado, as mulheres de ambos recebiam mensalmente 11.450 escudos como «adjuntos da gerência». Acresce ainda que até o imposto profissional colectado a ambos os patrões eram pagos pela empresa. Só em 1971 saíram dos cofres da firma para aquele fim mais de 4 mil contos Não faltam pois exemplos da gestão fraudulenta e declaradamente incapaz dos Carvalhos que se davam a bizarros requintes como aquele de ter um abrigo antiatómico, persiana, nas com células fotoeléctricas, ou porta da garagem no valor de 400 contos, etc.,etc.

GOVERNO ESQUECE FRAUDES DOS CARVALHOS?

Devido ao proteccionismo e às enormes facilidades concedidas pelo Governo fascista, a Facar detem o monopólio de produção e venda da maioria dos produtos que compõem a sua gama de fábrico-tubos de aço.

Quanto à actual situação da empresa, resultante da boa gestão da sua Comissão Administrativa, frise-se que as vendas passaram de 614 mil contos (melhor resultado dos patrões) para 730 mil (em 1976), apesar da manutenção dos preços de venda. Para o ano corrente, prevê-se que as vendas ascendam a um milhão de contos, têm-se verificado aumentos de salários, e criaram-se já mais 150 postos de trabalho. Por outro lado, a maior liquidez da firma também é evidente, já que em 1976 havia 94 mil contos disponíveis contra 15 mil em 1974.

Ainda que todos conheçamos as devoluções de empresas que têm sido feitas em nome da propalada recuperação da economia nacional, o caso da Facar não poderá ser decidido como qualquer outro. Trata-se dum monopólio que ineludivelmente tem sido recuperado para bem da economia nacional após a intervenção estatal. Seria demasiado escandaloso para o Governo Constitucional dar aos irmãos Carvalhos a liberdade de saquearem de novo a nossa economia.

Estranha-se também a pressa com que a Comissão Interministerial pretende propor o regresso dos Carvalhos à Facar, quando por outro lado, parecem estar esquecidos os processos que lhes devem ter sido instaurados pelos crimes cometidos, nos quais — fuga de divisas — dá prisão maior. Ante esta situação parece inacreditável que o Governo Constitucional ignore o Artigo 81.º da Constituição de Abril, ao abrigo do qual outra solução não pode ser tomada para o monopólio Facar, a não ser a nacionalização.

Neste contexto, e dada a posição que já tem sido manifestada diversas vezes por grande parte dos trabalhadores da Facar, não admira que graves conflitos possam surgir, caso o Governo ouse aceder à proposta da Comissão Interministerial. Tal como já foi o referido em Maio pela Comissão de Trabalhadores seria «um acto de pura traição ao país».

AINDA A EFACEC

Reintegração mobiliza no Sul e no Norte

Os trabalhadores da Efacec-Inel decidiram em plenário concretizar um programa de luta com o objectivo de levar a Administração a revogar um despacho de despedimento da Comissão de Trabalhadores.

A CT fora mandatada em plenário para se opor à entrada na empresa de dois saneados reintegrados pelo Ministério do Trabalho, daí o despedimento dos seus componentes pela Administração. No plenário de ontem, aquela decisão do MT foi contestada pois, à luz dos preceitos constitucionais, aquele órgão do Governo exorbitou a sua competência. Os trabalhadores vão proceder a contestação jurídica, remetendo a questão para o Tribunal de Trabalho.

Conforme ao plano de luta ontem aprovado contra o despedimento arbitrário da CT, os trabalhadores vão tentar todas as possibilidades de dialogar com a Administração. Ontem mesmo foi eleita uma Comissão de Luta para tentar estabelecer o diálogo. Entretanto, vão lançar uma campanha de assinaturas entre os trabalhadores da empresa, para subscreverem uma petição a entregar na Assembleia da República por forma a que o assunto seja ali discutido, ao mesmo tempo que contactarão deputados dos grupos parlamentares do PS, PCP e UDP.

Antes de a Comissão de Luta se avistar com a Administração, os trabalhadores deverão fazer paralisação durante um dia, se os trabalhadores dos sectores do Norte derem apoio a esta forma de luta destinada a «demonstrar à Direcção, nos actos e não só nas palavras que não queremos que os elementos da CDGT sejam despedidos».

Na moção ontem aprovada consta ainda a proposta aos trabalhadores de empresas cujos órgãos representativos estão a ser alvo do ataque reaccionário do patronato (J. Pimenta, Hotel do Mar Auto-Reconstrutora, Cantoneiros de Limpeza, INE, Construções Técnicas) a realização de uma manifestação contra os despedimentos de Delegados e Dirigentes Sindicais. A manifestação, a realizar com o apoio dos Sindicatos e das Comissões de Trabalhadores das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal, terá por objectivo a exigência ao Governo de medidas concretas contra as arbitrariedades do patronato e a revogação das leis antioperárias.

ARRENDAMENTO RURAL

A legislação apresentada pelo não vai de encontro às necess

Eram e são miseráveis as condições de vida nos campos: as pessoas fogem e talvez prefiram ser desempregados na cidade do que rendeiros em Póvoa de Lanhoso.

A «Declaração de Princípios e programa do Partido Socialista», a pág. 24, diz expressamente:

a) promover a melhoria da situação social e económica dos trabalhadores rurais e dos camponeses, pela transformação das estruturas da propriedade;

b) vencer a crise crónica da Agricultura, dotando-a dos meios técnicos e humanos necessários ao aumento da produtividade e do volume e variedade do produto.

Para a concretização destes objectivos impõe-se:

1

c) nas zonas latifundiárias, a expropriação das terras acima de determinadas dimensões e das coutadas, por um preço em que não entre a valorização provocada pelas obras de rego ou por outras benfeitorias feitas com dinheiros públicos, a companhada por por medidas que visem um redimensionamento óptimo das explorações; deverá evitar-se o erro da distribuição de pequena propriedade a colonos, optando-se pela exploração em herdades colectivas ou através de cooperativas agrícolas;

d) nas zonas de minifúndio, a associação em cooperativa, para dispor de máquinas, assistência técnica e crédito para comprar matéria-prima e comercializar o produto, acompanhada de medidas de emparcelamento de formas de cultura em situações ecologicamente afins ou de explorações economicamente inviáveis por demasiado exíguas. Para esse fim o PS levará a cabo uma acção social e pedagógica para desenvolver o espírito associativo do pequeno produtor individual, aproveitando as estruturas novas de cooperação na produção, comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, na formação profissional permanente, na contabilidade e gestão das explorações agrárias;

e) a Reforma Agrária eliminará todos os vestígios semifeudais da exploração agrícola, tais como foros e parcerias, quaisquer que sejam as modalidades actuais, tendo em vista o princípio de que a terra pertence a quem a trabalha.

O programa do PCP declara como medidas fundamentais da Reforma Agrária:

1) expropriações dos latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para efeito de expropriações serão determinadas por lei, tendo em conta a natureza do terreno, os tipos de cultura, o valor do produto e o peso relativo das várias camadas do campesinato em cada região; em todos os outros casos, respeito pela propriedade privada da terra;

2) entrega das terras expropriadas aos assalariados rurais e aos camponeses pobres (proprietários, rendeiros e caseiros); divisão e distribuição nuns casos de terra para ser explorada individualmente ou em cooperativas, e estabelecimentos noutros casos, da exploração directa pelo Estado, tendo em conta a vontade das massas camponesas;

3) extinção de formas semifeudais de exploração, como foros e parcerias, nas suas diversas modalidades, e entrega àqueles que as trabalham, e a título de propriedade plena, das terras presentemente exploradas em tal regime; reforma do regime de arrendamento; anulação das dívidas usurárias.

A Constituição da República consagrou, ainda com o voto do PPD/PSD, os princípios programáticos daqueles dois partidos políticos nos seus artigos 96.º A, 97.º-1, 98.º, 101º-1 e 101.º-2.

2

No campo específico do arrendamento rural, ao longo dos seus 50 anos o regime fascista somente em 1972, com a Lei n.º 2114, de 15 de Junho, posteriormente regulamentada pelo Decreto n.º 45 905, estabelece que os arrendamentos rurais não podem ser celebrados por menos de 6 anos. No arrendamento rural ao cultivador directo estabelece o prazo de um ano, mas o senhorio não pode opor-se às três primeiras renovações anuais.

O latifúndio e o absentismo foram as razões fundamentais do atraso da agricultura portuguesa. A ausência de uma adequada legislação de arrendamento rural, permitindo que se utilizasse a parceria na base do Código Civil de 1867, foi não só um instrumento de travagem de desenvolvimento da economia agrícola como constituiu poderoso aparelho de exploração de largos estratos da população portuguesa.

Daí que, em relação à zona de latifúndio, após o 25 de Abril os camponeses alentejanos, tendo sentido, com desemprego e fome, as consequências da estrutura latifundiária, arrancaram decididamente para a reconquista da terra, desbloqueando uma situação que o fascismo havia consolidado com a GNR, a PIDE e os regadios, em benefício de umas centenas de agrários. Legislação subsequente e a Constituição deram forma e corpo a uma das maiores conquistas da Revolução de Abril. Todas as forças políticas progressistas, e homens e mulheres sem partido, apoiaram a Reforma Agrária.

Num país como o nosso, em que a exploração por arrendamento ou parceria tem enorme peso, impunha-se adequada legislação.

Efectivamente, sabe-se que 300 000 explorações agrícolas são cultivadas sob a forma de arrendamento ou parceria. Admite-se ainda que a área de arrendamento deve andar por 40 por cento da superfície agrícola cultivada, ou seja um milhão e 700 mil hectares.

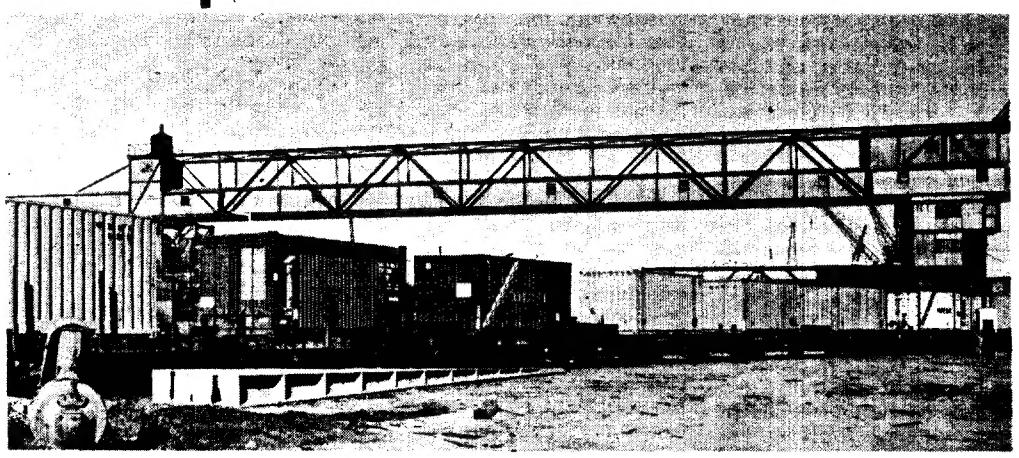
Admitindo, em termos médios, no regadio, no sequeiro, na vinha, no milho e no centeio uma renda média de dois contos por hectare, ter-se-á um montante das rendas pagas pelos cultivadores directos e rendeiros que deverá perfazer os três milhões e 400 mil contos.

Os contratos de parceria existentes em grandes áreas do País, particularmente no Nordeste, assentes em geral na quota de 50 por cento para os frutos do chão e dois terços para os frutos do ar, constituem uma forma medieval de exploração, impossível há muitas dezenas de anos em toda a Europa. Aqui, como no arrendamento, o agricultor, suportando todos os riscos inerentes à exploração e o agravamento constante dos custos dos factores de produção, entrega, ao fim do ano, metade ou dois terços da colheita. Assim, o aumento de preço dos produtos agrícolas, acarretados por aumentos dos preços dos custos dos factores não raro, em termos reais, faz com que o «parceiro» receba menos por o aumento os preços ter sido reabsolvido pelo aumento dos custos. Mas o senhorio, esse sim, recebe um produto mais valorizado.

Arrendamento e parceria são assim condições bloqueadoras do processo de crescimento da produção agrícola. Não é por acaso o que se passou na Agricultura portuguesa. O sistema de renda é não só impeditivo do investimento fixo, como é altamente decapitalizante. É que do quantitativo das rendas e quotas pagas pelos agricultores pouco ou nada volta à terra para ser reinvestido. E não há aumento de produção sem investimento. Há, sim, degradação constante dos parcos capitais, depauperação do património terra, estagnação e fuga dos campos. Não podia a Revolução de Abril, se

Sabe-se que 300.000 explorações agrícolas são cultivadas no arrendamento ou parceria.

Transporte de grandes contentores por Caminho de Ferro



Novo serviço directo «Teco»

Transporte Expresso de contentores entre Lisboa (Santa Apolónia) e Leixões

Diariamente de Terça a Sábado

Esclarecimentos e informações:
Departamento Comercial
Largo dos Caminhos de Ferro – Lisboa-2
Telefones 86 41 81 e 86 61 01 a 08
Telex: FERPOL-P 12382

Caminhos de Ferro Portugueses

FLÁVIO MARTINS

o MAP ssidades do País

os ei- ho de e, n- es e- e ia as ho na os ti- le i- da n- es to o- ao is u- os u- os r- r- u- o- s- m, ri- ia a- ci- la. s- a. só fi- a- vo e- da ti- o, os o g- o e

pretendia arrancar para um processo de desenvolvimento económico, deixar de encarar frontalmente a situação. E, pela primeira vez na História deste País, o Decreto n.º 201/75, de 15 de Abril, aumentando o prazo de arrendamentos para tempos aceitáveis, estabelecendo as rendas máximas, reduzindo os contratos a escrito, acabando com a parceria, obrigando ao pagamento das rendas em dinheiro, constitui um marco histórico no panorama agrícola português. Com esse decreto melhoraram-se substancialmente as condições de vida das classes mais desfavorecidas ligadas ao sector e criaram-se condições efectivas de arranque económico.

Alguns cidadãos de fracos recursos económicos, pequenos senhorios sem outros rendimentos, ou velhos impossibilitados de grangear as suas terras, foram atingidos pelo decreto? Certamente que sim. E o problema tem de ser considerado, pois, como cidadãos, têm direito à vida. Todavia, esse problema é distinto. A Sociedade não pode sofrer pela existência de relações de produção que se opõem e impedem todo o processo de desenvolvimento económico, que consentem formas de exploração desenfreada incompatíveis com os dias em que vivemos. É evidente que as forças reaccionárias deste País se opõem violentamente ao Decreto n.º 201/75, de 15 de Abril.

3

No preâmbulo do projecto-lei 50/1, apresentado pelo PPD/PSD, poderá ler-se:

O **Decreto-Lei n.º 201/75, de 15 de Abril, não alcançou, nem alcança, os objectivos que deixamos apontados, como o comprova o clima de intranquilidade e desconfiança que se tem vindo a gerar entre arrendatários e senhorios, como também a aplicação muito pouco significativa que dele vem a**

no nosso País sob a forma de ser feita em todo o País. Com efeito, tem sido intensa a actividade contratual processada à margem daquele diploma, fenómeno com origem bem diferente, segundo a interpretação que as várias forças políticas têm feito da situação.

Parece-nos por demais evidente que, se o decreto gera conflitos e tensões sociais, é porque corresponde a uma realidade que está em ruptura, que está madura e que precisa ser superada e não reprimida, conforme pretende o projecto. Se a aplicação é pouco significativa, não valeria a pena preocupações. Também o projecto diz que o contrato escrito como meta deve ser defensável, mas que por agora não, pois vai sobrecarregar o aparelho administrativo, e que não se devem sujeitar arrendatários e senhorios a imposições que não sejam da sua expressa vontade. Vontade de quem? Do senhorio? Do caseiro? De resto, também não se considera como fundamental que o contrato seja escrito. Esta dificuldade pode ser perfeitamente superada, desde que a lei diga que o contrato deve ser escrito, mas se o não for, por abstenção de qualquer das partes, funciona como se fosse escrito. Assim se alivia o aparelho administrativo.

Ainda no projecto do decreto se declara: **os prazos constantes do presente projecto-lei enquadram-se nos estabelecidos na generalidade dos países da Europa Ocidental, nomeadamente nos praticados no âmbito da CEE.**

Isto é bomba e novidade! Em qual dos países da CEE é que isso se passa? Na Alemanha, na França, na Bélgica, na Holanda, no Luxemburgo, na Itália? Ou nos três mais recentes: Inglaterra, Dinamarca e Irlanda?

Também o projecto é contra a cessação forçada dos contratos de parceria e contra a fixação de rendas.

Ao fim e ao cabo o projecto acaba com o contrato escrito para explorações abaixo de 2 hectares mas diminui o prazo de arrendamento tanto ao rendeiro como ao cultivador directo, facilita o direito de retoma, repõe a parceria, não aceita tabela de fixação de rendas ou só as aceita se forem boas para o senhorio.

Vega-se e anote-se o conteúdo do artigo 28.

1 — **Nos contratos de parceria agrícola só podem ser objecto de divisão entre o parceiro proprietário e o parceiro cultivador no máximo os três principais produtos habitualmente produzidos nos prédios objecto do contrato.**

2 — **A divisão nunca pode fazer-se atribuindo-se ao parceiro proprietário quota superior a metade desses produtos.**

3 — **Só para as despesas com sementes, adubos, insecticidas ou pesticidas poderá contribuir o parceiro cultivador e nunca em proporção superior à da sua quota-parte na repartição dos frutos respectivos.**

4

O projecto do Governo é, exactamente, por ser do Governo, mais grave, e representa, para só falar do arrendamento rural, um ataque frontal às correcções feudais operadas pelo Decreto n.º 201/75.

O projecto permite a reposição total da parceria, o que é anticonstitucional; vai contra os princípios do Partido, permitindo a exploração desenfreada e representando factor desencorajante quanto à actividade do sector primário. Estão mais que criadas as condições para a efectiva abolição do regime de Parceria Agrícola. Que é isto de criar condições aos cultivadores para a efectiva abolição do regime de parceria agrícola, conforme refere o n.º 1 do art.º 57?

No artigo 50.º diz-se que os critérios de fixação ou tabelas dos valores máximos das rendas são estabelecidos pelo ministro da Agricultura e Pescas. E então as Cooperativas de Produção, as Ligas, os Movimentos de Rendeiros não são ouvidos obrigatoriamente?

Como no projecto PPD, o contrato escrito só é obrigatório para área igual ou superior a 2 hectares.

Como o senhorio não tem qualquer interesse em fazer contrato por escrito, é evidente que um tal articulado vai fazer com que se restrinjam ainda mais as explorações agrícolas. No que se refere ao prazo de arrendamento, diz-se que é de um mínimo de seis anos para o inicial e de três para os seguintes, e no caso do cultivador autónomo de um ano renovável para igual período dos

O quadro etário da população activa agrícola está extraordinariamente envelhecido.

anos seguintes. No artigo 53.º diz-se que o contrato de arrendamento se considera automaticamente prorrogado no termo de cada período se não for denunciado nos termos da lei. Pelo n.º 2 do mesmo artigo o senhorio só pode exercer o direito de denúncia se não tiver feito uso dessa faculdade há menos de 9 anos. Ora isto pressupõe, salvo erro, e oxalá que não, que o cultivador autónomo de prazo de arrendamento ano a ano poderá ser despedido no fim de cada ano. Neste projecto a situação do cultivador autónomo é inteiramente omissa, enquanto no projecto PPD se considera que o senhorio não pode opor-se às cinco primeiras renovações anuais. Mais duas que na lei fascista.

As benfeitorias, tanto num projecto como noutro, dizem que o rendeiro só tem direito a receber o contravalor se as mesmas houverem sido autorizadas pelo senhorio. Como o senhorio não está interessado em gastar dinheiro, nem ter quaisquer complicações, é cla-

Continua na pág. 12

EVA

grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

As Senhoras sabem que a EVA é um Cabeleireiro muito bom

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23

LISBOA

2 SENSACIONAIS EXCURSÕES

AVIÃO TAP AUTOPULLMAN, BONS HOTEIS ACOMPANHADAS POR DELEGADO

CIRCUITO dos 3 ALPES

Madrid-Zaragoza-Barcelona Montpellier-Marselha-Nice Milão-Pádua-Veneza-Cortina d'Ampezzo Innsbruck Zurique-Lagos da Suiça

Partidas: 8/7 e 15/9

14 DIAS DE VIAGEM 16.650$ (TUDO INCLUINDO)

CIRCUITO ALPINO

Salamanca-Madrid-Zaragoza Barcelona-Montpellier-Geneve Interlaken Zurique-Lagos da Suiça

Partidas: 11/7 e 15/9

11 DIAS DE VIAGEM 12.950$ (TUDO INCLUINDO)

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840

PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 317921

COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2

LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 371341

FARO Rua Cons. Bivar, 65 Telefs. 25035/6

REVOLUÇÃO OU REACÇÃO

Medalha sobre o general

VASCO GONÇALVES

Modelo 80 mm

BRONZE NUMERADAS

300$00

ANVERSO

Pedidos ao

ATELIER BELO MARQUES

R. da Trindade, 5, 2.º-Dt.º

Telefone 371254 LISBOA

DESCONTO 20%

MOTIVO OBRAS — LIQUIDAÇÃO TOTAL

Mobílias modernas e de estilo, móveis soltos, jogos de maples, sofás-cama, etc.

FÁBRICA DE MÓVEIS E ESTOFOS

SUPERCONFORTO

Rua Maria Andrade, 64 (junto Igreja dos Anjos)

PUB.

E P A L

EMPRESA PÚBLICA
DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PAR A ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO RESERVATÓRIO DO ALTO DO MONTIJO

Faz-se público que no dia 2 de Setembro de 1977, pelas 15 horas, na Sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 1 de Setembro de 1977.

Caução provisória: 1 275 000$00 (um milhão duzentos e setenta e cinco mil escudos)

Alvarás exigidos aos concorrentes: 3.ª subcategoria da 1.ª categoria e classe correspondente ao valor da proposta.

O Processo de concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 13 de Julho de 1977

SINDICATO DE GARAGENS POSTOS DE ABASTECIMENTO TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º
Telefs.: 839318/848633 — LISBOA-1

CONVOCATÓRIA

A fim de ser devidamente analizada e discutida pelos trabalhadores a proposta de Lei, sobre a REFORMA AGRÁRIA.

Solicitamos a todos os Órgãos representativos dos trabalhadores, DELEGADOS SINDICAIS e COMISSÕES DE TRABALHADORES, a estarem presentes no próximo dia 19 do corrente pelas 20 horas, na VOZ DO OPERÁRIO.

Só participando poderemos lutar pelo que desejamos, comparece apresentando os teus pontos de vista.

LUTEMOS PELA REFORMA AGRÁRIA!

A TERRA, AS MAQUINAS, O GADO A QUEM TRABALHA!

Lisboa, 13 de Julho de 1977

A DIRECÇÃO

Caminhos de Ferro Portugueses

Enfermeira

Os Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. pretende admitir uma Enfermeira com o Curso Geral de Enfermagem, com idade compreendida entre os 21 e os 55 anos, para prestar serviço no Infantário de Lisboa-Santa Apolónia com a remuneração mensal de 9 450$00.

As interessadas poderão contactar, pessoalmente ou por escrito, até ao dia 15 de Julho corrente, o Sector de Recrutamento, Calçada do Duque, n.º 20, Lisboa-2 ou ainda pelo telefone 36 31 81 — extensão 251.

Arrendamento Rural em debate

Continuação da pág. 11

ro que não autoriza. É claro que não há investimento. É claro que há bloqueio.

Este projecto do Governo -contêm um artigo que, pela sua gravidade, não pode deixar de referir-se especialmente. É o 35.º:

Os prédios rústicos com área superior a 2 hectares que estejam, sem motivo justificado, agrícola ou florestalmente abandonados há menos de cinco anos ou não alcancem níveis mínimos de aproveitamento, podem ser arrendados compulsivamente ou expropriados.

E os abaixo de 2 hectares?

Ao norte do Tejo contam-se pelos dedos das mãos os prédios rústicos, e prédio rustico é o correspondente a um artigo matricial com área superior a 2 hectares. Na5o é dificil admitir que este artigo poderá dar cobertura legal a uma totalidade de área abandonada que incidirá sobre 60 a 70 por cento de área de cultivo de muitos distritos ao norte do Tejo. E praticamente para todo o sempre, porque chegando ao fim de quarto ano o senhorio dá-lhe uma «lavradela», semeia-lhe uns «greiros», interrompendo o ciclo de abandono, e coloca-se novamente em posição legal.

Tenho de pensar que este artigo visa cobrir outras situações, provavelmente os terrenos incultos nos meios urbanos ou na sua periferia, à espera da especulação. Em conclusão: todos os terrenos com menos de 2 hectares podem estar abandonados e cobertos pela lei, e os superiores a 2 hectares podem estar sem cultivar durante 5 anos. Genial para quem precisar de aumentar a produção.

5

Até à data 1960-1962, se havia uma grande pressão pela procura de terras, havia um grande subemprego permanente na Agricultura. A partir daquela data, com as guerras coloniais, com a industrialização e muito particularmente com a emigração, essa situação alterou-se profundamente, tendo-se dado uma autêntica fuga dos campos. Aldeias inteiras de Trás-os-Montes e das Beiras ficaram praticamente desertas. Largas extensões de terras foram e estão abandonadas. Na Beira Litoral, e de um modo geral na faixa litoral industrializada, os filhos da pequena-burguesia agrícola foram para a tropa, para a indústria, para os estudos, para os serviços, para o funcionalismo, e não voltaram à terra. Os filhos dos caseiros do Minho também saíram. Ficaram os velhos. O quadro etário da população activa agrícola está extraordinariamente envelhecido. Não é por acaso que a lei fascista dos arrendamentos aparece exclusivamente nessa altura, como a querer dar um mínimo de garantias ao rendeiro, já que os senhorios sentiam as silvas a crescer. O trabalhador rural rípico em muitas zonas desaparece e também o seu quadro etário é hoje velho. E, apesar da existência das quatro centenas e meia de milhares de desempregados, apesar dos retornados, apesar da desaceleração do processo de emigração, a verdade é que as pessoas oferecem forte resistência à terra, à aldeia, às antigas e miseráveis condições de vida. Por outro lado, ao norte do País operou-se forte mecanização, que supriu em grande parte a falta de braços que saíram da actividade. Não supriu a presença das pessoas.

Quem tenha a vista habituada à paisagem agrícola não pode deixar de constatar que existem milhares e milhares de hectares de pequenas e médias parcelas de terrenos que ainda há década e meia eram terrás de cultivo e que hoje estão abandonadas. Muitos milhares dessas parcelas já não se vêem. Foram cobertas por matagais, pinheiros, eucaliptos, choupos e silveiredos.

Do Liz ao Mondego, da Bairrada a Arganil e Góis, pelo planalto das Beiras, por Vimioso e Miranda, pelo Barroso e Chaves, o panorama é o mesmo. No Minho quintas inteiras foram e estão abandonadas. Nos arredores do Porto, em Gaia, Matosinhos, Valongo e Gondomar, hectares e hectares estão incultos. Os bens das Misericórdias, com raras excepções, encontram-se praticamente abandonados. Na Veiga de Bretiandos aí estão igualmente. Na Bairrada, em vinhedos inteiros, alguns de boas dimensões, cresce-lhes o tojo e a carqueja. Uma certa procura de terra com a vinda dos retornados, e a desmobilização, não alterou este quadro. Nas zonas de industrialização vale ainda a actividade do operário-camponês, que com o seu ancestralismo rural vai granjeando ubs campos que lhe ficam mais à mão. E tudo isto porquê? Necessariamente porque eram e são miseráveis as condições de vida nos campos. As pessoas fogem, e talvez prefiram ser desempregados na cidade do que rendeiros na Póvoa de Lanhoso. Mas mesmo os proprietários de terras ao nível dos 2, 3, 4 ou 5 hectares, que esperança têm de vida?

Daí, também, o crescimento brutal do número de intermediários. Muitos camponeses, à procura de mais migalhas, se fizeram feirantes. Dá mais lucro comprar e vender dez cabeças de gado do que criar duas durante um ano inteiro. E os filhos também não suportam mais as formas de escravatura. É indiscutível e indesmentível este quadro. Quadro de ruptura das velhas estruturas, de alteração profunda que se manifesta na queda das áreas semeadas e nas produções.

Está-se, portanto, perante um panorama de actividade não aliciante, desmobilizador, não atractivo, que a não ser rapidamente transformado agravará profundamente as condições da produção agrícola.

6

A Revolução de Abril, com as leis intervenientes no que se refere à Reforma Agrária, atacando o latifundismo, e com o Decreto n.º 201/75 sobre o arrendamento rural, com o crédito agrícola de emergência, com a liquidação em grande parte do corporativismo, com uma melhoria relativa de preços, tinha tentado a viragem daquele quadro, e na verdade criou-se nestes dois anos algum interesse agrícola e o sentido da marcha parecia estar a inverter-se até à altura da tomada de posse do Governo Constitucional.

A legislação que agora se apresenta à discussão, quer quanto à Reforma Agrária, quer quanto à Lei do Arrendamento, é pura e simplesmente um crime. Crime contra os camponeses, contra os pequenos e médios agricultores, crime contra a colectividade.

Impossível de compreensão a promulgação de legislação que vá agravar as condições de vida rural. Tudo o que seja tornar a actividade mais aliciante, menos penosa, menos fardo, mais rendível, está nas linhas do desenvolvimento, nas linhas de interesse nacional. Todas as medidas que agravem e tornem maduras as condições de vida dos campos contrariam o desenvolvimento e ferem a colectividade.

Os homens e mulheres honestos deste País devem ter consciência de que as medidas propostas pelo MAP quanto à Reforma Agrária e arrendamento são algo de muito grave.

8

Não nos permitem os dados existentes estimar, com alguma probabilidade de erro, o valor das rendas pagas por empresários agrícolas e proprietários absentistas. Mas autorizam-nos a afirmar que se trata de uma parcela muito considerável do Rendimento Social do País, ao contrário do que se verifica nos países agricolamente mais progressivos da Europa.

São palavras do prof. Henrique de Barros.

O sr. Presidente da República disse, ao visitar a Feira de Santarém (transcrevo do «Jornal de Notícias»): «Eanes manifestou satisfação por ver que no Sector Agro-Pecuário **se trabalha pensando em termos nacionalmente integrados,** mas frisou que naquele como em todos os outros sectores **se devem prosseguir objectivos que classificou de genericamente nacionais, pois há que tentar satisfazer as necessidades da comunidade portuguesa — satisfazer os interesses dos homens que trabalham nas diferentes áreas para que essa comunidade consiga satisfazer as suas necessidades através de custos mínimos.** Acontece, porém que **no sector agro-pecuário verifica-se efectivamente a utilização de métodos ultrapassados, incapazes de fazer face às necessidades nacionais, além do que nesse sector** — acrescentou — as importações totais atingiram **os trinta milhões de contos, o que é um peso escessivamente pesado na nossa balança comercial e, consequentemente, na nossa balança de pagamentos.**

Muitos homens agarrados desde sempre à lavoura têm os olhos postos nos políticos, que vão decidir o seu futuro imediato.

Quem consultar a tabela de rendas máximas agora publicada com a Portaria n.º 363/77, e as comparar com as anteriores, poderá já fazer uma pequena ideia do que está a passar-se.

Além do mais o projecto-lei do Governo, tanto no que se refere à Reforma Agrária do Sul como à Lei do Arrendamento, é confuso, obscuro e omisso. Temos de pensar que o projecto é propositadamente omisso, pois o seu artigo 74.º pede praticamente que se passe um cheque em branco sobre todo um grande conjunto de matérias a regulamentar e de cujos regulamentos podem advir as mais graves consequências.

7

Certamente que o Crédito Agrícola é importante: importantíssimo. Certamente que o Seguro contra Colheira é inequivocamente necessário. Não se pretende, todavia, escamotear sobre estas capas os problemas de fundo, estruturais. O projecto-lei é profundamente anti-social, antidesenvolvimento económico agrícola, desencorajante. É, sem disfarce, reacionário e ultramontano, irrealista. Compromete a democracia e pretende uma recuperação feudal. Economicamente é de fazer crescer as silvas e os lobos.

Não nos permitem os dados existentes estimar, com alguma probabilidade de erro, o valor das rendas pagas por empresários agrícolas e proprietários absentistas. Mas autorizam-nos a afirmar que se trata de uma parcela muito considerável do Rendimento Social do País, ao contrário do que se verifica nos países agricolamente mais progressivos da Europa.

São palavras do prof. Henrique de Barros.

O sr. Presidente da República disse, ao visitar a Feira de Santarém (transcrevo do «Jornal de Notícias»): «Eanes manifestou satisfação por ver que no Sector Agro-Pecuário **se trabalha pensando em termos nacionalmente integrados,** mas frisou que naquele como em todos os outros sectores **se devem prosseguir objectivos que classificou de genericamente nacionais, pois há que tentar satisfazer as necessidades da comunidade portuguesa — satisfazer os interesses dos homens que trabalham nas diferentes áreas para que essa comunidade consiga satisfazer as suas necessidades através de custos mínimos.** Acontece, porém que **no sector agro-pecuário verifica-se efectivamente a utilização de métodos ultrapassados, incapazes de fazer face às necessidades nacionais, além do que nesse sector** — acrescentou — as importações totais atingiram **os trinta milhões de contos, o que é um peso escessivamente pesado na nossa balança comercial e, consequentemente, na nossa balança de pagamentos.**

O Presidente Ramalho Eanes salientou ainda não haver razão para que tal situação persista e estar convicto **da possibilidade e necessidade imperativa de a modificar radical e rapidamente,** e que o trabalho realizado no colóquio **aponta decisivamente nesse sentido.**

V. Ex.ª, sr. Presidente, sabe com certeza que para além dos métodos as estruturas condicionam. E parece-nos, por isso, com evidência cristalina, que a legislação que o MAP apresenta não vai nada ao encontro das necessidades do País. Com ela não se fará a recuperação económica. Com ela far-se-ão crescer as silvas e os lobos, verga-se-á novamente a cerviz do camponês e repuxar-se-á o absentista e latifundiário para os tronos da exploração e da antidemocracia.

Assim não vamos lá.

Tribunal Judicial de Lisboa

2.º Juízo Cível

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os réus para no prazo de dez dias, findo o prazo dos éditos, contestarem a acção, sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que, em extracto, é o seguinte: pagar à autora a quantia de 59.575$60 do produto da venda de artigos do seu comércio, bem como as custas e mais despesas legais.

— —

Acção: sumária n.º 268/76, 2.ª secção
Autor: GEL-MAR - - Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares, Ld.ª
Ré: Soprodutos Beira, Ld.ª, cuja última sede conhecida foi na Av.ª Alves Roçadas, n.º 1675, Beira, República de Moçambique.

Lisboa, em 7 de Julho de 1977.

O Juiz de Direito
Manuel Luiz Pinto Sá Ferreira

O Escrivão de Direito
Luís Loureiro

EMBAIXADOR DOS EUA NA URSS:

"Guerra fria pode voltar sem um novo acordo SALT"

O embaixador norte-americano em Moscovo, Malcom Toor, afirmou em entrevista ontem publicada pela revista «Newsweek International», que as relações sovieto-americanas poderão esfriar se não se obtiverem progressos nas conversações para a limitação de armas estratégicas.

Toon afirmou que as divergências existentes com a União Soviética em alguns assuntos primordiais são bastante grandes havendo o risco de um regresso a tensões de «Guerra fria» se o presente tratado SALT expirar sem a existência de um novo tratado dentro de 6 meses a um ano.

«Se não conseguirmos progressos nas conferências SALT até à data que eu indico, veremos um acentuado arrefecimento nas nossas relações, maior do que temos estado a observar nos últimos seis meses» — afirmou o embaixador, indicando ainda que os Estados Unidos «devem estar a enganar-se a eles próprios ao não reconhecerem que as divergências de opinião sobre os referidos assuntos são mesmo muito grandes».

A União Soviética rejeitou, no passado Inverno, duas propostas do presidente Carter para a realização da segunda conferência para a limitação das armas estratégicas, indicando que as duas propostas apresentavam vantagens apenas num único sentido, é claro, o dos norte-americanos.

Uma proposta apelava para a ratificação do acordo de Vladivostoque para mísseis e lança-mísseis negociado em 1974 pelo dirigente soviético Leonid Brejnev e o então presidente dos EUA Gerald Ford. Esta proposta teria adiado a discussão do problema do míssel de cruzeiro dos Estados Unidos e do bombardeiro estratégico «Backfire», soviético.

A segunda proposta apelaria para cortes profundos no acordo de Vladivostoque.

O actual tratado SALT, assinado no decorrer da Cimeira de Moscovo em 1972, expirará em 3 de Outubro.

«Se falhar um novo acordo SALT teremos de procurar outras maneiras para salvaguardar a nossa segurança, em ambos os lados» — declarou o embaixador. «No entanto» — prosseguiu — «é importante realçar que mesmo que falhemos em chegar a acordo em Outubro, e eu penso que um acordo neste momento e nas presentes condições é muito improvável, não deveremos entrar em pânico».

O embaixador norte-americano em Moscovo referiu depois, a necessidade de existir algum mecanismo para afirmar que, pelo menos o acordo SALT deverá manter-se em vigor não tendo os Estados Unidos de recorrer «a medidas de urgência». «Não sei o que poderá acontecer se não realizarmos um acordo nos próximos seis meses a um ano».

Entretanto seguiram já para os Estados Unidos, após breve cerimónia fúnebre no aeroporto de Seul, as urnas contendo os corpos dos três soldados norte-americanos mortos na semana passada quando o helicópetro em que seguiam foi abatido por soldados da Coreia do Norte, depois de ter violado o espaço aéreo deste país.

Presentes no aeroporto estavam cerca de 200 responsáveis militares e civis dos Estados Unidos e da Coreia do Sul.

A Coreia do Norte decidiu libertar o aviador sobrevivente, facto que Carter «recebeu com agrado».

Lefèbvre bem recebido no país de Pinochet

O arcebispo «ultra» francês Marcel Lefèbvre celebrou ontem missa em latim num salão do hotel Sheraton, (ITT) em Santiago do Chile.

Umas quinhentas pessoas, compostas por velhas senhoras elegantemente vestidas e adolescentes em «blue jeans», assistiram à missa, que fora condenada pelo episcopado chileno. Aplaudiram o monsenhor, que não acata as reformas do Concílio Ecuménico Vaticano II, cantaram o Hino Nacional e gritaram «Lefèbvre sim, comunistas não».

O arcebispo de extrema-direita anda em digressão pela América Latina, na busca de partidários para as suas teses, entre as quais se inclui a de que «a Igreja só é verdadeira se for reaccionária», renunciando a inovações.

Antes, Marcel Lefèbvre havia sido acolhido calorosamente em Santiago do Chile à sua chegada.

O bispo ficou verdadeiramente «impressionado». Dezenas de simpatizantes saudaram-no no aeroporto aos gritos de «Sim a Lefèbvre, não aos comunistas» e «abaixo a Igreja marxista, abaixo os curas hipócritas». O chefe da Igreja Católica chilena, o cardeal Raul Silva Henriquez, foi igualmente visado pelos manifestantes que gritavam abaixo o cardeal hipócrita, abaixo o cardeal vermelho».

Entretanto, Marcel Lefèbvre poderia ir a Buenos Aires na próxima quarta-feira, a despeito da interdição que lhe teria sido notificada por via diplomática quando se encontrava na Colômbia, conforme se anunciou ontem na capital argentina, de «fontes respeitáveis».

No caso de ir, seria recebido por «grupos católicos» argentinos que o albergariam e lhe permitiriam dizer missa numa das cinco igrejas de que dispõem.

Begin em Washington sob desconfiança árabe

. O primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, parte hoje para Washington, onde se espera que apresente propostas formais de «paz» no Médio Oriente quando for recebido em audiência, amanhã, por Carter. Contudo, numa resposta aparente à afirmação de Carter, no princípio do ano, de que era a favor de uma pátria para os palestinianos, Begin declarou numa conferência de Imprensa, ao chegar na sexta-feira a Nova Iorque, que a criação de um Estado palestiniano representaria um «perigo mortal» para Israel.

Apesar das notícias de que Menahem Begin vai apresentar em Washington um «plano de paz», os sírios dizem que o Estado judaico está apenas a queimar tempo e não tenciona acabar com o conflito que o opõe aos árabes.

A Síria receia que o presidente dos Estados Unidos se afaste da garantia que em Maio dera ao presidente Assad, em Genebra, de escutar bem a opinião dos árabes acerca de qualquer plano para a paz no Médio Oriente.

Segundo notícias da Imprensa, o plano de Begin dirá que Israel se encontra disposto a deixar os montes Golã e o Sinai, mas nunca a margem ocidental do Jordão e a faixa de Gaza, territórios reivindicados pelos árabes para a criação do Estado palestiniano.

O ministro sírio da Informação, Ahmed Iskandar, declarou à agência norte-americana Associated Press que o Governo dos Estados Unidos tem demonstrado «ambiguidade e hesitação» quanto à necessidade de um Estado para os palestinianos.

Por outro lado, o chefe do Governo sionista parte para Washington no meio de polémica, no seu país, por causa da comunicação chocante de ontem de um aumento de 25 por cento nos preços dos carburantes e dos víveres e de uma desvalorização de dois por cento da libra israelita.

Dirigentes sindicais, que não foram consultados antecipadamente, e elementos do Partido Trabalhista, da oposição, condenaram as medidas, acusando a aliança Likud de não cumprir as promessas que fez durante a campanha eleitoral, como era de se esperar.

Cisão no PC Britânico

Os comunistas «duros» da Grã-Bretanha, opostos ao «eurocomunismo», formaram um grupo dissidente, anunciou ontem, em Londres, um comunicado da nova formação.

A decisão, tomada no decurso do fim-de-semana, foi precipitada pela nova publicação do programa do partido, «A via britânica para o Socialismo», que segundo a nova formação «é social-democrata e não comunista».

O grupo, que tomou provisoriamente o nome de «Novo Partido Comunista», foi criado numa reunião dos dirigentes da corrente de oposição, em Londres. Sid French, secretário da região de Surrey (sul de Londres), foi nomeado secretário desta corrente durante um congresso no Outono de 1976.

O Partido Comunista Britânico evolui deste modo da mesma maneira que os partidos da Austrália e da Suécia, onde minorias «duras» formaram também partidos, dissidentes. Nestes dois últimos casos, a União Soviética, ao mesmo tempo em que mantém relações normais com os partidos oficiais, não mostrou hostilidade em relação aos novos partidos.

Num comunicado ontem publicado, o novo partido declara que «combaterá o anticomunismo, sempre e em toda a parte». E compromete-se «a lutar contra o limite de dez por cento de aumento de salários do ministro das Finanças e contra o desemprego».

novo agrupamento vai começar em Setembro a publicar o seu próprio jornal, enquanto tradicionalmente o do Partido Comunista Britânico tem sido o «Morning Star».

O partido oficial distribuiu um comunicado em que refere «uma pequena minoria» que tentava «dividir o partido e formar outra organização».

NOVA IORQUE

Escuridão ficou por 38 milhões de contos

Nova Iorque avalia, hoje, o preço que custou a escuridão em que a cidade esteve mergulhada, devido a uma avaria que só foi reparada decorridas 26 horas. Fontes não oficiais falam já de uma verba de um bilião de dólares (cerca de 38 milhões de contos).

Outras fontes calculam o preço humano: os milhões de habitantes afectados pela avaria e os milhares de saqueadores que vão ser incriminados pelos tribunais.

Os prejuízos devido a actos de pilhagem e de fogo posto foram indicados como sendo de 100 milhões de dólares (aproximadamente 3.800.000 contos).

Havia ainda a perda de receitas e do dinheiro de negócios a considerar. Wall Street sofreu perdas, acontecendo o mesmo com bancos e estabelecimentos comerciais que estiveram fechados.

Os grandes armazéns viram-se forçados a encerrar devido à falta de luz e de não funcionarem os aparelhos de condicionamento de ar. Oitodeles calcularam que foram roubados artigos no valor de 20 milhões de dólares (cerca de 760.000 contos).

A seguir vêm as horas extraordinárias. As autoridades, afectadas pela perda de receitas, terão de ainda pagar horas extraordinárias feitas pelos agentes da polícia, pessoal hospital e outros trabalhadores chamados para defrontar a crise.

A companhia dos telefones, com o seu próprio gerador independente de electricidade, foi talvez a única empresa a não sofrer perdas.

Quando voltou a energia eléctrica, pareceu que quase todos os 10 milhões de habitantes de Nova Iorque correram para os telefones. No total, foram feitas 42 milhões mais de chamadas telefónicas em 24 horas do que em qualquer outra ocasião anterior, constituindo um recorde.

ESPANHA

O último 18 de Julho

Os espanhois assinalam hoje pela última vez como feriado o 18 de Julho de 1936, levantamento de forças da direita que deu origem à Guerra Civil e ao regime de Franco.

Embora hoje seja um feriado oficial e poucos espanhois trabalhem, não se prevêem celebrações oficiais.

A Conferência dos Antigos Combatentes da Guerra Civil (franquista), no entanto, manda celebrar missa ao meio-dia, no Vale dos Caídos, monumento a norte de Madrid onde se encontra sepultado Franco.

O aniversário oficial do rei Juan Carlos torna-se, no próximo ano, feriado oficial, a fim de compensar os trabalhadores espanhois da perda do 18 de Julho.

E O "BLOQUEIO"?

Urânio sul-africano vendido em França

A França e a África do Sul terão assinado um contrato mediante o qual o Governo racista de Vorster fornecerá a centrais nucleares francesas todos os anos e a partir de 1980, novecentas mil toneladas de minérios de urânio. O contrato teria a duração de dez anos.

Não foi possível confirmar, quer em Paris quer em Pretória, a existência deste contrato mas a Imprensa francesa, que ontem se lhe refere com larga soma de pormenores, acrescenta, mesmo, que este contrato ligaria a Compagnie Generale de Matieres Nucleaires (Cogema), filial do Comissariado da Energia Atómica, e a Randfontein Estates of South Africa.

«É um mau serviço para a política da França» declarou à AFP o Director-Geral da Cogema, Georges Besse, que acrescentou ter por hábito nunca confirmar ou desmentir informações difundidas pela Imprensa.

Por seu turno, um porta-voz do grupo JCI, de que faz parte a «Randfontein», declarava em Joanesburgo: «não estamos autorizados a comentar essa informação», os meios económicos sul-africanos salientam a proposito que os assuntos relativos ao urânio são geralmente rodeados do maior segredo.

O comissariado da Energia Atomica, finalmente, observava o mesmo mutismo.

Porém, segundo informações publicadas em Londres, o CEA seria também parte deste contrato.

Segundo estas informações, a África do Sul teria aceite vencer cerca de 9000 toneladas de «Yellow Cake» à Cogema ao preço de 27 dólares a libra ou seja a um preço muito inferior à cotação mundial actual, que é de 40 dólares. Contudo, este preço poderia ser revisto durante a vigência do contrato.

Em contrapartida, a CEA teria concedido um empréstimo de 103,5 milhões de dólares à «Randfontein Estates», tendo em vista a exploração da sua jazida (ouro e urânio) e a construção duma fábrica de óxido de urânio (Yellow Cake).

Ainda segundo a mesma fonte, o contrato franco-sul-africano englobaria a totalidade da produção da mina durante o seu período de exploração, ou seja, 20 anos, segundo se calcula. Negociado e firmado emm ligação com o departamento sul-africano da energia atómica, este contrato incluiria uma cláusula que permitiria à África do Sul fornecer a outros clientes estrangeiros urânio enriquecido fabricado a partir deste «Yellow Cake» na Fábrica de enriquecimento sul-africana, que deveria começar a funcionar em 1985.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

2 SENSACIONAIS EXCURSÕES
AVIÃO TAP AUTOPULLMAN, BONS HOTEIS ACOMPANHADAS POR DELEGADO abreu
SUICA AUSTRIA
Zurique-Innsbruck-Cortina d'Ampezzo Klagenfurt-Viena-Salzburg-Munique Lago Constança
Partidas: 21 e 28/7: 4, 11, 18, 25/8; 1 e 8/9.
8 DIAS DE VIAGEM 12.800$ (TUDO INCLUÍDO)
SUICA ITÁLIA AUSTRIA
Lagos da Suiça-Interlaken-Geneve Milão-Pádua-Veneza-Cortina d'Ampezzo Innsbruck-Zurique
Partidas: 21 e 28/7: 4, 11, 18, 25/8; 1 e 8/9.
8 DIAS DE VIAGEM 12.400$ (TUDO INCLUÍDO)
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu fundada em 1840
PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2
LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 371341
FARO Rua Cons. Bivar, 65 Telefs. 25035/6

CUNHAL EM ÉVORA, A 40 MIL TRABALHADORES

"A luta continua e a Reforma Agrária será defendida"

O secretário-geral do PCP falando aos trabalhadores em Évora

. «Reunimo-nos aqui de novo numa hora sombria e de ameaça que paira sobre o Alentejo e o Ribatejo em virtude do projecto Barreto apresentado por um Governo que se diz socialista e democrata mas que em cada um dos seus actos decisivos mostra defender os interesses dos agrários e capitalistas contra os trabalhadores» — afirmou Álvaro Cunhal no comício promovido pelo PCP no último sábado em Évora. O momento «é grave e perigoso» para a própria democracia acrescentou o líder do PCP, mostrando-se, entretanto, confiante em que a Reforma Agrária acabará por ser inteiramente realizada.

Muitos milhares de pessoas, debaixo de um calor intenso, ouviram o secretário-geral do Partido Comunista Português e os outros oradores que se pronunciaram através de duros discursos contra o projecto da Lei do ministro Barreto que começa a ser discutido hoje na Assembleia da República. Eram duas horas da tarde e já na cidade de Évora se viam circular os tractores com as roulotes atreladas que transportaram os trabalhadores ao recinto onde duas horas depois aconteceria o comício. Muitas bandeiras do PCP, muita determinação em cada trabalhador que chegava. Autocolantes contra Barreto em todos os peitos.

Na mesa improvisada numa galeria estavam Álvaro Cunhal, Dinis Miranda (da Comissão Política do Comité Central do PCP), António Murteira da DORA e alguns trabalhadores agrícolas das UCP's que representavam organizações concelhias e distritais do Partido Comunista Português. Usou, primeiro, da palavra João José Pinheiro, membro da célula da UCP «Unidade de Trabalhadores» de Campo Maior, que se debruçou sofre a ofensiva do MAP no distrito de Portalegre, focando sobretudo os recentes acontecimentos ocorridos naquela vila. Baptista, pequeno agricultor do distrito de Beja falou em nome daqueles que como ele estão ao lado dos trabalhadores rurais nesta luta contra a recuperação agrária que o Governo de Mário Soares se propõe fazer.

Em nome da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) Dinis Miranda saudou todos os trabalhadores que têm lutado pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução de Abril. E criticou durante a sua intervenção os srs Barreto e Portas que andaram pelo estrangeiro sabe-se lá com quem e atrelados a que forças políticas». Ao traçar um quadro da repressão fascista que durante cinquenta anos se abateu sobre os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo, Dinis Miranda lembrou que apesar de tudo o proletariado rural «nunca aceitou de braços cruzados a situação que o fascismo lhe pretendeu impor».

Muitos deles tombaram na luta. Germano Vidigal, Patleia, Alfredo Lima, Catarina Eufémia, José Adelino dos Santos «pagaram com a vida o muito que amaram a sua classe» — frisou. Dinis Miranda salientou ainda que os trabalhadores alentejanos conhecem pela experiência o tipo de vara que mais lhes faz doer a carne e como se corta um terreno de montado para ir buscar bolotas para matar a fome aos seus filhos». Portanto não será agora que vão desistir da sua luta. «Os srs. Barreto e Portas estão redondamente enganados». Nem sequer os métodos repressivos que «eles andaram provavelmente a aprender nas Suíças e Américas levarão os trabalhadores a abdicarem daquilo que consideram um direito».

«JA MAIS»

Dinis Miranda, que foi trabalhador rural desde os sete anos de idade, que sentiu o que os milhares de assalariados agrícolas alentejanos e ribatejanos sofreram sublinhou que «jamais consentirão que se estraguem milhares de litros de leite para alimentação de cães, jamais permitirão que voltem os 700 mil hectares de terras aramadas para coutadas, que centenas de peças de caça sejam enterradas nas caçadas, que a fruta seja enterrada e os trabalhadores multados quando a apanhavam do chão. Ao referir-se à organização dos trabalhadores e à sua capacidade de gestão, Dinis Miranda afirmou que os srs Barreto e Portas ou outros que tais que desconhecem a realidade portuguesa não podem criar figurinos de gestão e exploração à medida dos seus desejos, «da CAP e do imperialismente nos seus argumentos, lhadores.

Dinis Miranda também criticou a política de mentira do MAP que se assemelha grandemente nos seus argumentos «aquela que praticava no tempo de Marcelo Caetano e Salazar». E sublinhou que Barreto e Portas se servem do dinheiro do povo para mentirem a esse mesmo povo. Considerou ainda a política do MAP de «roubo e selvagem» pois permite que sejam multados os gados da UCP Pioneiros da Reforma Agrária (Beja) por andarem a pastar numa área de reserva ilegalmente entregue.

DESEMPREGO

Dinis Miranda ao debruçar-se sobre a Lei Barreto disse que no caso de ser aplicada só no distrito de Beja significaria a perda de 6 mil postos de trabalho. Analisando as implicações do projecto Barreto, Dinis Miranda acabou por concluir que a parelha Barreto e Portas para oferecerem terra a todos os seus amigos agrários e familiares terão de ir buscar terra à nossa vizinha Espanha».

Fazendo ironia, Dinis Miranda declarou que talvez por esquecimento os responsáveis do MAP não mencionaram que os agrários se assim o entendessem podiam levar as herdades cultivadas pelos trabalhadores para os seus palacetes e depositá-las nos bancos da Suíça».

«ISTO É QUE LHES DÓI...»

Finalmente Álvaro Cunhal foi recebido pelos trabalhadores com calor e entusiasmo de sempre. Com lágrimas nos olhos alguns trabalhadores agrícolas subiram junto dele e ofereceram-lhe flores. Abraçaram-no. Aos gritos de PCP, PCP, Álvaro Cunhal foi por diversas vezes interrompido. Num desses momentos o secretário-geral do Partido Comunista disse «eles não podem ouvir este PCP, PCP; é isto que lhes dói...». No, entanto se o Partido Socialista fosse na verdade socialista podia ouvir gritar agora também PS, PS».

Depois de salientar que o povo alentejano para conhecer as intenções do Governo não foi preciso que aparecesse este projecto lei. O povo alentejano já conhece os actos do MAP através das reservas ilegais, as requisições de gados, os cortes de créditos e o emprego da violência pelo Governo, da violência de forças militarizadas.

Os agrários podem disparar das janelas caçadeiras contra os trabalhadores. Os patrões sabotadores regressados às empresas podem exercer toda a espécie de perseguições e fazer agredir trabalhadores pelos seus homens de mão. Os bombistas podem circular livremente. Os «pides» são libertados. No entanto se os pequenos e médios agricultores protestam contra as reservas «logo cai sobre eles a violência brutal desencadeada pelo Governo».

RESPONSÁVEIS

Álvaro Cunhal acrescentou «há quem diga que chamando-se a este projecto, o projecto de Lei Barreto se está a criar uma injusta celebridade e se está a diminuir a responsabilidade colectiva do Governo. Quanto à primeira questão, há celebridades e celebridades. Há aqueles que são célebres pelo bem que fazem à Humanidade e aqueles que são célebres pelo mal que fazem. É bom que sejam conhecidos os nomes dos primeiros, mas também dos segundos. Quanto à segunda questão nós responsabilizamos em primeiro lugar, pela política agrária o MAP e o ministro Barreto, mas não esquecemos a responsabilidade colectiva do Governo. O Primeiro-Ministro jamais poderá lavar as mãos como Pilatos, no caso do projecto ser aprovado».

Álvaro Cunhal desmentindo as palavras de Barreto, quando este afirma que o seu projecto «tem como objectivo a consolidação da Reforma Agrária» frisou que enquanto a Reforma Agrária feita pelos trabalhadores tem por fim a expropriação dos grandes agrários, o projecto Barreto tem por fim a expropriação dos trabalhadores em benefício dos grandes agrários. O secretário-geral do PCP declarou ainda que o MAP está tão cego no seu ódio aos trabalhadores e pela vontade e pressa em servir os agrários e capitalistas, que esconde ao País os resultados catastróficos que teria a lei para a agricultura e para a economia nacional.

A propósito da atitude do Governo em mandar retirar os cartazes contra Barreto que inundaram Lisboa, Álvaro Cunhal disse que «o Governo, incomodado pela verdade, numa reacção mesquinha ordenou que forças policiais andassem a arrancar propaganda, proibiu também a venda de produtos na festa comício, em Belém». Álvaro Cunhal porém, acrescentou que essas medidas tomadas pelo Governo não conseguirão abafar a voz da verdade nem enfraquecer o movimento contra a lei Barreto que se desenvolve em todo o País. O secretário-geral do PCP deu conta aos trabalhadores das diligências efectuadas pelo seu partido no sentido de evitar (através da negociação) que a lei fosse tal como está para a Assembleia da República. «Estamos dispostos a falar, se necessário, com o próprio diabo». No entanto Álvaro Cunhal, apesar de afirmar que a aprovação de tão sinistra lei seria quase certa, considerou — perante indiscutível entusiasmo — que à Reforma Agrária não estava perdida porque uma coisa é aprovar e outra aplicar. E não tardará muito que essa lei «tenha de ser suspensa, revista e revogada».

Ao referir no final do seu discurso que os trabalhadores não voltarão às costas à luta, o secretário-geral do PCP sublinhou que «os comunistas nunca renegarão o glorioso passado do Partido».

EM BELÉM: «QUE SENTIDO TERÁ SALVAR EVENTUALMENTE O GOVERNO»

«Os dirigentes do PS têm ainda, nos dias próximos, uma oportunidade de se libertarem da pressão das forças reaccionárias e de procurarem soluções que tenham em conta as novas realidades criadas pela Revolução Portuguesa, e os interesses, as aspirações e a vontade dos trabalhadores e das massas populares», salientou ontem em Belém, Álvaro Cunhal, discursando num comício organizado pelo PCP para protestar contra a «Lei Barreto», no qual estiveram presentes largos milhares de pessoas. E acrescentaria o secretário-geral do PCP:

. «Mas se o Governo, nesta questão crucial da democracia portuguesa que é a Reforma Agrária, se alia às forças reaccionárias contra o povo trabalhador contra a democracia, contra os interesses nacionais, se mantém o seu propósito de destruição da Reforma Agrária e de restauração dos latifúndios com o seu cortejo de desemprego, miséria e fome, que sentido terá salvar eventualmente de apuros este Governo com a falsa ideia de que não é tão mau como outros o seriam?»

. Sublinhou depois ser completamente claro, «embora não pareça sê-lo para alguns socialistas» que o PPD e o CDS empurram o PS e propõem pactos de formação de um Governo de coligação, apenas «como trampolim para depois formar um Governo de que alijariam como carga incómoda, o Partido Socialista».

Álvaro Cunhal apelou depois à unidade de todos os trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores da zona da Reforma Agrária, bem como das UCP's e cooperativas e referiu-se ao comício de Évora que classificou como o maior de sempre ali realizado, «em que dezenas de milhares de trabalhadores, unidos como um só homem, expuseram com firmeza e indignação a sua oposição ao projecto Barreto e a sua determinação em defenderem a Reforma Agrária, conquista da Revolução Portuguesa e a grande realização patriótica».

Já na parte final do seu discurso Álvaro Cunhal referindo-se à atitude dos trabalhadores face à política do PS, afirmou que «o Governo vangloria-se dos despropósitos de Gonelhas e mete a cabeça atrás de uma pedra para não ver a realidade. Se tivesse coragem de olhar os factos de frente compreenderia o significado das eleições sindicais nos últimos tempos».

Após este discurso de Álvaro Cunhal parece ter ficado claro que se for para a frente com a «Lei Barreto», o PS não terá mais qualquer apoio do PCP: «Sempre declarámos», disse Álvaro Cunhal, «que nunca seríamos uma muleta de uma política de direita do Governo PS e que nunca participaríamos em manobras ou operações que visassem a queda do Governo para o substituir por um Governo PPD ou CDS. Parece, porém, que alguns dirigentes do PS interpretaram mal esta posição, convencendo-se de que poderiam, com o apoio do PPD e do CDS, levar por diante uma política de recuperação capitalista, mas de que se se vissem em apuros com uma tentativa de assalto ao Governo por parte daqueles partidos, então o PCP daria ao Governo PS o apoio parlamentar necessário para o salvar.»

Secretaria das Florestas contesta afirmações do PPM

. «A criação da Secretaria de Estado das Florestas (SEF), pelo Governo Constitucional Socialista significa que este entendeu por necessário fortalecer a administração florestal do Estado numa altura em que se impõe retirar partido do património e das elevadas potencialidades florestais do País», afirma uma Nota Oficiosa distribuída pela SEF em que contesta as acusações dirigidas àquela secretaria pelo PPM.

Assim, face à afirmação deste partido político segundo a qual a principal iniciativa de arborização realizada em Portugal terá sido obra de industriais particulares, a SEF informa que a área de arborização directamente ligada à indústria representam apenas 20 por cento do total da área florestal do País.

O PPM afirma ainda que falar da florestação em Portugal é propor a plantação de eucaliptos, nomeadamente, a SEF «propõe plantações ilimitadas de eucaliptos para a faixa litoral.»

A secretaria rebate a afirmação informando que no plano de arborização previsto para este ano fazem parte 25.000 hectares dos quais os encaliptos ocupam apenas 15 por cento.

A Nota lembra ainda que a existência da SEF visa a necessidade urgente de definir uma «política consistente para o sector, integrada nas políticas agrária e industrial e de se tomarem medidas adequadas à sua concretização».

Relativamente às indústrias da celulose, o Governo recorda que não são permitidos «tipos de actuação que sendo-lhes embora muito favoráveis, não tomem em consideração objectivos hoje tidos como essenciais».

LONDRES E ESCÓCIA
1 SEMANA
PARTIDAS em aviões especialmente fretados à TAP
Junho 9, 16, 23, 30
Julho 7, 14, 21, 28
Agosto 4, 11, 18, 25
Preços excepcionais desde* 12.350$
Incluindo:
• Viagem aérea
• Transporte em autopullman
• Estadia no hotel
• O Circuito da Escócia em autopullman de luxo
• Assistência abreu
* a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

AMSTERDAM
1 semana
PARTIDAS:
Julho 17, 24, 31
Agosto 7, 14, 21, 28
Preços desde 8.650$
Incluindo:
• Viagem aérea
• Transporte em Autopullman
• Estadia no hotel
• A visita constante do programa
• Acompanhante abreu
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

"ATIRA O BARRETE AO AR!"

José Viana prepara uma mini-revista

. Em Almada, a «Cooperativa de Teatro Popular» não interrompe a sua actividade. Depois de ter estreado «A GRANDE JOGADA!» e «O SEGREDO DO FAÍSCA», a companhia está a ensaiar agora «ATIRA O BARRETE AO AR!».

Trata-se de um espectáculo musicado, que apresenta a par de meia dúzia de números que foram êxito em revistas de José Viana, dúzia e meia de episódios, inéditos, escritos por este autor-actor no intuito de construir aquilo a que se chama uma mini-revista.

Feito com a prata da casa, não incluindo portanto bailarinos, bailarinas e cantores; não dispondo de uma montagem luxuosa, nem de guarda-roupa magnificente; este espectáculo que se apresenta modestamente, não pode, com efeito, ser considerado uma revista, tal como entre nós, vem sendo hábito pôr em cena este género de Teatro. No entanto, porque se trata de um divertimento musicado inspirado nas melhores tradições do nosso teatro popular, utilizando a sátira política e a crítica de costumes; porque a «Cooperativa de Teatro Popular» de Almada inclui alguns dos melhores artistas de revista, tais como Maria Dulce, Dora Leal e José Viana, além de António Anjos (que reaparece no género) Maria Helena Silva e Orlando Fernandes, Elisa de Guisette e Janine Osório; porque artistas de comédia tais como António Machado, Manuel Coelho, Maria Alexandra e Carlos Ivo vão fazer a sua «experiência revisteira» e porque um grande actor como Rogério Paulo, tendo atingido o auge da sua carreira de comediante, vai pela primeira vez apresentar-se neste género de teatro, é com grande expectativa que se aguarda a estreia de «ATIRA O BARRETE AO AR!».

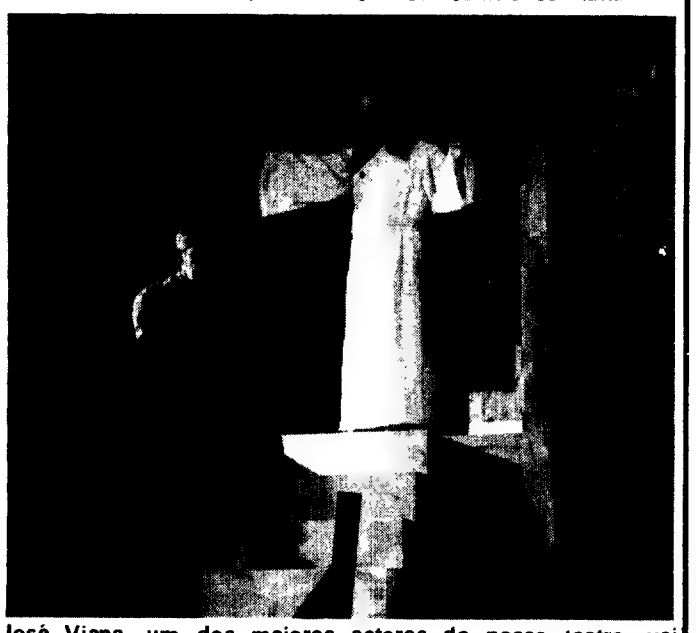
O acompanhamento musical está a cargo do «Conjunto de Jorge Nascimento» — cinco jovens músicos que se estreiam no teatro.

A assistência técnica é de Carlos Graça e de Durval de Lucena.

É possível que «ATIRA O BARRETE AO AR!» depois de cumprir uma temporada em Almada, siga em digressão pela província. Uma coisa é certa: com este espectáculo que ainda não estreou, a «Cooperativa de Teatro Popular» já tem várias propostas para se deslocar a várias localidades, ainda este Verão.

Embora sem subsídio da SEC (apesar de o ter requerido...) a cooperativa não pára a sua actividade e os seus espectáculos fora vistos até agora e no espaço de seis meses, por mais de cinquenta mil espectadores a preços que vão de trinta a oitenta escudos, cerca de metade dos habitualmente praticados no teatro comercial.

Após a apresentação de «ATIRA O BARRETE AO AR!» a «Cooperativa de Teatro Popular» de Almada, projecta pôr em cena a peça infantil de Alfonso Sastre «O CIRCULOZINHO DE GIZ» e a comédia de Andres Hizarranga «VOCÊ QUER COMPRAR UM POVO?» em versões de José Viana.



José Viana, um dos maiores actores do nosso teatro, vai reaparecer num espectáculo tipo revista. Na imagem, interpreta o papel de Zé Patego.

Vicente Aleixandre candidato ao "Nobel"

. MADRID, 18 — (ANOP) — Vicente Aleixandre, um dos poetas espanhóis da chamada «Geração de 27» — a geração a que pertenceram Federico García Lorca, Pedro Salinas, Jorge Guillén e Rafael Alberti — figura num dos primeiros lugares entre os candidatos ao «Nobel» da Literatura deste ano, segundo círculos que a EFE considera dignos de crédito.

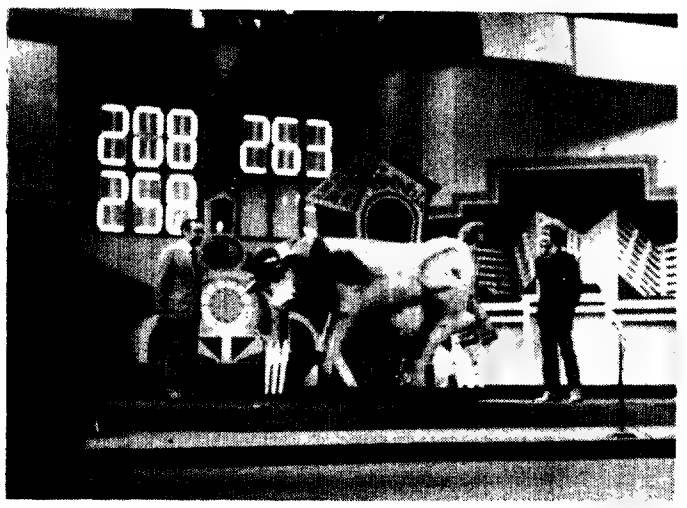
Afirma-se que o autor de «Razón de Amor» é um dos poetas estrangeiros mais conhecidos na Escandinávia desde que em 1974 o académico Arthur Lundkvist ali publicou uma antologia da sua obra.

Outros nomes indicados na lista de candidatos seriam os do presidente Senghor, do Senegal, considerado um dos maiores poetas do Terceiro Mundo, e dois latino-americanos: Gabriel García Márquez, o autor colombiano de «Cien Años de Soledad», e o mexicano Carlos Fuentes, autor de «La Muerte de Artemio Cruz».

N.R. — O nome de Aleixandre vem sendo apontado como «nobelizável» pelo menos desde 1975, juntamente, aliás, com os de Jorge Guillén e Rafael Alberti, e o mesmo se dirá de Léopold Sédar Senghor. Já os de García Márques e Carlos Fuentes parecem, de momento, meras especulações dentro da habitual «guerra das editoras».

Em Portugal o poeta José Bento excelente conhecedor das literaturas de língua castelhana, prepara neste momento uma antologia de Vicente Aleixandre, acompanhada de perto pelo próprio poeta espanhol.

Hoje



A Visita da Cornélia

I. PROGRAMA

18.45 — Abertura e **Bonecos** — Alice e o seu cão de cristal; Gulp e Miguel no país dos bonecos de giz.
19.10 — **Abre-te Sésamo** — «O Indelicado», «Egas e a Banana», «O I no chapéu» e «Cocas e os Macacos».
19.40 — **Telejornal** — Flash.
19.45 — **Ligeiríssimo** — Novos discos de Maria do Rosário Bettencourt, Mils Lofgren, Kinks, John Mils. Reportagem nos bastidores da Cornélia. Apresentação de Pedro Castelo. Produção Fernando Penalva.
20.20 — **Gabriela** — Telenovela baseada na obra «Gabriela, Cravo e Canela», de Jorge Amado. Adaptação de Walter Durst. Realização de Walter Avancini. Produção da Rede Globo de Televisão.
21.00 — **Telejornal** — **1.ª** edição.
21.35 — **A Visita da Cornélia** (Concurso) — 7.ª Sessão. Apresentação de Raul Solnado.
23.55 — **Telejornal** — 2.ª edição
00.10 — **Fecho.**

Amanhã

I. PROGRAMA

18.45: Abertura e Peço a palavra; **19.10**: «1, 2, 3,... é a tua vez»; **19.40**: Telejornal — flash; **19.45**: Telecinema. Revista da actualidade cinematográfica; **20.15**: Gabriela; **21.00**: Telejornal — 1.ª edição; **21.35**: Os Marretas; **22.05**: Mosaico; **23.40**: Telejornal — 2.ª edição; **23.55**: Fecho.

Cenas & Cenários

«CASIMIRO E CAROLINA» NO BAIRRO ALTO

O Teatro da Cornucópia continua a apresentar, no Teatro do Bairro Alto, todas as noites às 21.30 e aos sábados e domingos às 18 e 21.30, a peça «Casimiro e Carolina» de Odon von Horvath.

«CASIMIRO E CAROLINA» tem encenação de Luis Miguel Cintra, cenografia e figurinos de Cristina Reis, música de Paulo Brandão, participam neste espectáculo como actores Zita Duarte, Márcia Breia, Raquel Maria, Maria Emília Correia, Glicinia Quartin, Isabel Machado, Linda Teixeira, Silvana Barata, Mariana, Augusto Figueiredo, Gilberto Gonçalves, Orlando Costa, Luis Lima Barreto, Luis Miguel Cintra, Jorge Nascimento, Rogério Vieira, Carlos Néry, Vitor Lopes e José Jorge.

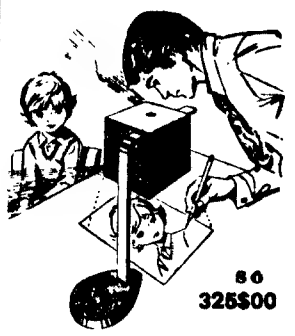
Este espectáculo conta com a colaboração do grupo de teatro do Sindicato dos Bancários.

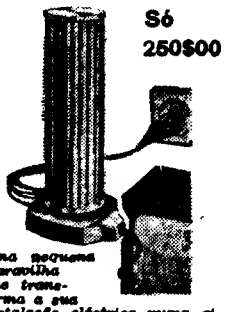
ESPIRITUAIS NEGROS EM FARO

. O Algarve vai ter o ensejo de apreciar um famoso agrupamento norte-americano intérprete dos espirituais negros. Trata-se do conhecido «The Stars of Faith», que no dia 31 de Julho actuará na Sé de Faro a convite da Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Uma oportunidade excelente para os apreciadores dos célebres «blues» escutarem um dos seus mais fiéis intérpretes.

CURSOS DE VERÃO
EXAMES 2.ª ÉPOCA
EXTERNATOS
Marquês de Pombal
Rua Morais Soares, 93
Tel. 820221/834658
Álvares Cabral
Avenida Grão Vasco, 1
(Benfica) — T. 706974/5
PREPARATÓRIO-LICEAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)
ADM. UNIVERSIDADE
(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

MAGIC ART
APARELHO DE DESENHO

SÓ
325$00
Agora TODO O MUNDO pode desenhar o que quiser e no tamanho desejado com um bom artista
PEDIDOS À COBRANÇA
+ 25$00 (portes)
SEX-SHOP
Apartado 292 — PORTO

SUPER STARK
ANTENA TV ELECTRÓNICA

Só
250$00
Uma pequena maravilha que transforma a sua instalação eléctrica numa gigantesca rede que amplia o campo de recepção da TV e rádios com AM-FM.
PEDIDOS À COBRANÇA
+ 25$00 (portes)
SEX-SHOP
Apartado 292 — PORTO

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa
Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 6$00 por exemplar
NÃO SE ENVIAM RECIBOS A COBRANÇA

Inverno Amaral (n.º 2), que teve ontem uma actuação de grande relevo, comanda este complicado pelotão, de que aliás se desembaraçou com facilidade

III Pop-Cross Internacional do Porto

O Norte gozou as "delícias" de um "Inverno"... algarvio!

. Confirmando a regularidade que tem evidenciado ao longo do «II Trofeu Nacional», o algarvio Inverno Amaral foi o grande vencedor do «III Pop-Cross Internacional do Porto», que, tal como os anteriores, disputado numa pista nos terrenos da Pasteleira, o Académico Futebol Clube, foi o organizador, a Citroën o promotor.

Com este triunfo, Inverno Amaral ascendeu ao segundo lugar da classificação geral do Trofeu, cuja liderança pertence a José Gomes, e pode muito justamente alimentar esperanças para a final do Troféu Internacional», a realizar no próximo mês de Setembro, na Áustria, caso vença a última prova (Viseu) do «Nacional».

De acordo com o regulamento da prova, e dado que o número de inscrições (88) foi recorde, os concorrentes tiveram de se submeter a duas mangas de qualificação, de quatro séries cada, para assim tentarem assegurar a presença nas meias-finais, disputadas por um total de 48 concorrentes.

No sábado, no decorrer da primeira manga de qualificação, verificou-se o apuramento dos primeiros oito semifinalistas: Inverno Amaral, Mendes Baptista, Carlos Poças, Pedro Meireles, Pedro Sereno, Almeida Marques, Vitor Minas e Humberto Rocha.

Assim, o dia de ontem, principiou com as corridas das séries (4) da segunda manga de qualificação, onde foram apurados os dez primeiros de cada série para as duas meias-finais.

Na primeira meia-final, onde seriam apurados os primeiros doze finalistas, Inverno Amaral, que comandou desde o baixar da bandeira nacional, acabou por vencer folgadamente, já que o francês Komaniecki, que foi segundo, não aguentou o «ritmo». O despique para o terceiro lugar teve como protagonistas Pedro Meireles, Carlos Poças, Ascaso Puyo e Alvarez Ruiz. Com a direcção aberta a partir de três quartos da prova, Pedro Meireles teve de abrandar o mesmo acontecendo com Carlos Poças, que registou sucessivos problemas no sistema eléctrico, pelo que o terceiro e quarto lugares ficaram à mercê dos espanhóis. Rufino Fontes, que também era favorito, foi «arrumado» logo na primeira volta, com uma série de «bicadas» que passaram despercebidas aos fiscais de pista.

Na segunda meia-final, Manuel Almeida Marques conseguiu escapar à confusão que se gerou a partir de dada altura e confirmar assim a sua presença na final. Esta corrida ficou assinalada por um despiste de Hermínio Martins (que teve de ser transportado ao hospital para tratamento a um ferimento sem gravidade na sequência do qual vieram a ser desclassificados Manuel Rolo e Silva Costa, por não terem respeitado a sinalização dos fiscais de pista. Os protestos surgiram no final, como é óbvio, «porque havia mais gente em falta», e de facto até houve, mas o certo é que só aqueles dois foram vistos e consequentemente sentiram-se «vítimas de injustiças...»

. A final foi simplesmente espectacular. Após a partida, Manuel Almeida Marques logrou adiantar-se, mas ainda no decorrer da primeira volta foi ultrapassado por Komaniecki, Alvarez Ruiz e Inverno Amaral. As posições mantiveram-se até final da terceira volta, altura em que Inverno Amaral resolveu acelarar para recuperar lugares, até se situar no comando que manteve até final, num alarde de superioridade sobre os restantes concorrentes. Entretanto, Alvarez Ruiz e Almeida Marques também se adiantaram a Komaniecki, mas sensivelmente a meio da prova o português teve problemas na direcção e acabou por desistir. Assinale-se contudo que logo lhe sucederam outros dois portugueses, Francisco Lage e João Seara Cardoso, que fizeram igualmente duas corridas interessantes.

Saliente-se, por último, que o francês Komaniecki acabou também por ser eliminado, por desrespeito às sinalizações dos fiscais de pista, de nada valendo os seus protestos do director da corrida.

Entretanto o carro do vencedor e um outro vão ser abertos para verificação.

CLASSIFICAÇÕES

Grupo A — meia-final: 1, Inverno Amaral, 15 voltas (16m 36s); 2, CR Christian Komaniecki, 15; 3, Alvarez Ruiz, 15; 4, José Ascaso Puyo, 15; 5, João Seara Cardoso, 15; 6, Carlos Marcos, 15; 7, José Gomes da Costa, 15; 8, Amaro Nogueira, 15; 9, Pedro Meireles, 14; 10, Leinad, 14; 11, José Gomes, 14; 12, António Manuel Lopes.

Grupo B — meia-final: 1, Almeida Marques, 15 voltas (15m 57s); 2, Vitor Minas, 15; 3, Helder Abrantes, 15; 4, Francisco Lage, 14; 5, Carlos Simões, 14; 6, José Pal Paulo Talento, 14; 7, Amandio Pinho, 14; 8, Crissaf, 14; 9, Rui Lages, 14; 10, Eugenio Sereno, 13; 11, Silva Gonçalves, 12; 12, Dario de Sá, 11.

Final: 1, Inverno Amaral, 15 voltas (15m 51s); 2, Alvarez Ruiz, 15; 3, Francisco Lage, 15; 4, João Seara Cardoso, 15; 5, José Gomes, 15; 6, Helder Abrantes, 15; 7, Vitor Minas, 15; 8, Carlos Simões, 15; 9, José Gomes da Costa, 15; 10, Crissaf, 14.; 11, Carlos Marcos, 14; 12, Almeida Marques, 14; 13, Amandio Pinho, 14; 14, António Manuel Lopes, 14; 15, Silva Gonçalves, 13.

LAS PALMAS
PARTIDAS EM AVIÃO ESPECIAL TAP
TODAS AS 3as FEIRAS
DE: 5 DE JULHO A 28 DE SETEMBRO
1 SEMANA
Preços excepcionais desde * 5.490$
* a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
Fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PASSAGENS
AVIÃO COMBOIO BARCO PULLMAN
Preços das companhias
consulte-nos
agência abreu
LISBOA — Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341

Atletismo-Taça da Europa

Portugal: último lugar em Varsóvia e Bucareste

As equipas masculina e feminina de Portugal comportaram-se, nas meias-finais da Taça da Europa, meias-finais, respectivamente em Varsóvia e em Bucareste, de acordo com o que se previa: lutaram pela melhor «classificação possível» e não foram além do último lugar em qualquer das capitais. Mais se não lhes poderia exigir, depois de terem, em Copenhaga, logrado os apuramentos para esta fase. Estabeleceram três recordes nacionais (Cachola nos 200 metros, e Adilia Silvério e Aurora Cunha, respectivamente no disco e nos 3000 metros, senhoras). Mais se não lhes poderia pedir. Tudo certo.

O comportamento, e até os objectivos da nossa selecção masculina começaram a ressentir-se, logo no primeiro dia, sábado, com o «desmoralizante» resultado de José Carvalho nos 400 metros/barreiras. Mesmo assim, esse «handicap» não impediu que os novos recordistas (nacionais, claro) e Luís Azevedo, Tavares da Silva e Carlos Cabral alcançassem boas marcas. Mas, no fundo, a mesma tecla, alias esperada: fomos os últimos, em Varsóvia e em Bucareste, com Lopes e Anacleto Pinto ausentes. A Alemanha Federal e a URSS, seguidos, no primeiro caso (homens), pelas representações da Polónia e da Roménia, e, no segundo, pela Roménia e pela Itália, ocuparam os primeiros lugares. Os atletas, homens e mulheres, destes e de outros países presentes, em menor número do que se esperava, superaram alguns dos seus recordes internos. Homens em evidência (em Varsóvia): Petar Petrov, Heinz Weisenseel, Berndt Hermann, Willi Vuelberck, Harald Hudak, Jerzy Kowwell, Illie Floriou, Jan Pustv, Dan Glas, Carlo Thraenhardt, Hans Baumgartner, Wolfang Kolmsee, Wladyslaw Kosakiewicz (novo «record» da Europa na vara), Wladyslaw Komar, Knut Hjeltnes, Raimo Pihl, Emanouil Dulguerov, e RAFA e Polónia, equipas que venceram a geral-final e os 4x100 metros, respectivamente. Mulheres em destaque (vencedora) em Bucareste: Vera Anisimova, Linda Kondratieva e Linda Aksenova, todas soviéticas, Ileana Silai, Natalia Marsescu e Maricina Puica, romenas, Liuubova Nikitenko, da URSS, Tatiana, também soviética, Popa Cornelia, romena, Tatiana Strojeva, da URSS, Alina Gheorgiu, da Roménia, Vera Sokolenko e Faina Melnic (recordista mundial do disco), ambas soviéticas, e Eva Zorgo, igualmente da Roménia, lograram as melhores marcas e classificaram-se nos primeiros lugares das provas em que participaram.

Eis as classificações dos atletas portugueses: Vítor Mano, 7.º nos 100 metros, António Cachola, o mesmo lugar nos 200 metros, Carlos Cabral, 8.º nos 400 metros, e 6.º nos 800, Fernando Mamede (bom lugar), 5.º nos 1500 metros, Aniceto Simões (também boa classificação), 5.º nos 5 mil metros, Vasco Pereira, 8.º nos 10 000, José Carvalho, 7.º nos 110 metros/barreiras, e 4.º nos 400 metros/barreiras, Tavares da Silva, 5.º nos 3000 metros/obstáculos, António Vermelhudo, 8.º no salto em Altura, Péricles Pinto, 8.º (e último) no comprimento, Luís Azevedo, 3.º no Triplo Salto, Joaquim Serra, eliminado na vara, Vital e Silva, 8.º no peso, José Franco, 8.º no disco, José Saavedra, 8.º no dardo, e José Pedrodo, o mesmo lugar (sempre o último), no martelo; MULHERES: Nora Araújo, 8.ª nos 100 metros, Vera Lisa, também 8.ª nos 200, Conceição Moura, 7.ª nos 400 metros, Glória Marques, 8.ª nos 800, Rosa Mota, 8.ª nos 1500, Aurora Cunha, 8.ª nos 3000 (novo recorde nacional), Manuela Alves, 8.ª nos 400 metros/barreiras (Conceição Alves não alinhou nos 100 metros/barreiras), e Cristina Abreu, na altura, não transpôs o mínimo. Conceição Alves, 8.ª no salto em comprimento, Adília Silvério, 6.ª no peso, e 7.ª no disco (novo recorde português), e Fátima Pinto, 8.ª no dardo.

O traço de Pargana

Manuela Alves: barreiras com... elas (e ele)

LISBOA

Enquanto em Varsóvia e em Bucareste os nossos melhores atletas «evoluíam» para os derradeiros lugares das meias-finais da Taça da Europa, no Estádio Nacional, Lisboa, confrontava-se com o «Resto do País». Prova a todos os títulos meritória, a despeito de escassamente vista, com quatro, recordes a serem «pulverizados», a nível nacional, e treze «regionais» a serem melhorados.

Humberto Sequeira, nos 800 metros, e Esmeralda Mota (júnior), no peso, bateram dois dos quatro recordes nacionais, que cairam, e foram, pode dizer-se os atletas em maior evidência. Outros nomes em plano de relevo: Virgílio Tavares, que nos 800 metros ultrapassou a melhor marca portuense, Ana Oliveira que saltou 5,9 m no comprimento, e Regina Gonçalves, do Beira-Mar (Aveiro), que correu os 1500 metros em 4.54.7, novo recorde dos iniciados.

Vencedores: António Fernandes, de Lisboa, nos 100 metros; Joaquim Carvalho, também de Lisboa, nos 200; ainda Joaquim Carvalho, nos 400; Humberto Sequeira, como dissemos, nos 800 (recorde nacional de juvenis); Vítor Ribeiro, nos 1500; Rafael Marques, nas provas extras, nos 5000; Renato Graça, na outra prova extra; também nos 5000; Abreu Matos, Lisboa, nos 110 metros/barreiras; Alberto Silva, Lisboa, nos 3000 metros/obstáculos; Abreu Matos, nos 400 metros/barreiras; «Resto do País» nos 4x100; Lisboa nos 4x400; Vítor Mendes, altura; Paulo Palma, comprimento; Manuel Miguel, vara; José Monteiro, peso; José Esteves, disco; Mário Silva; dardo; e Silvério Manso martelo; MULHERES: Elisabete Simões, nos 100 metros; Ainda Elisabete, nos 200; Ana Cardoso, nos 400; Isolina Pinhel, nos 1500; Conceição Pereira, Lisboa (Isolina do «Resto do País»), nos 3000; Lurdes Macedo, nos 100 metros/ barreiras; Ana Cardoso, nos 400 metros/barreiras; Maria Sobral, na altura; Elisa Santos «Resto do País» no comprimento; Esmeralda Mota, no peso e no disco; e Maria Ferreira, no dardo.

Classificacão colectiva: Lisboa, 228 pontos; «Resto do País» 152 em masculinos; em mulheres; «Resto do País» 149 pontos; Lisboa, 146.

GP de Inglaterra

Hunt ganha, Lauda avança

. James Hunt confirmou, sábado, no circuito de Silverstone, as «performances» alcançadas nos treinos, ganhando, sensacionalmente, o 10.º Grande Prémio pontuável para as corridas de Fórmula 1 e o Campeonato Mundial respectivo. Ao volante de um «McLaren» que o inglês não ignorava estar a rolar eximiamente, Hunt adiantou-se logo à partida e, fazendo uma corrida cautelosa, a uma média de 209,790 km/h venceu pela primeira vez este ano, e,e que ganhou o último «Mundial», um GP.

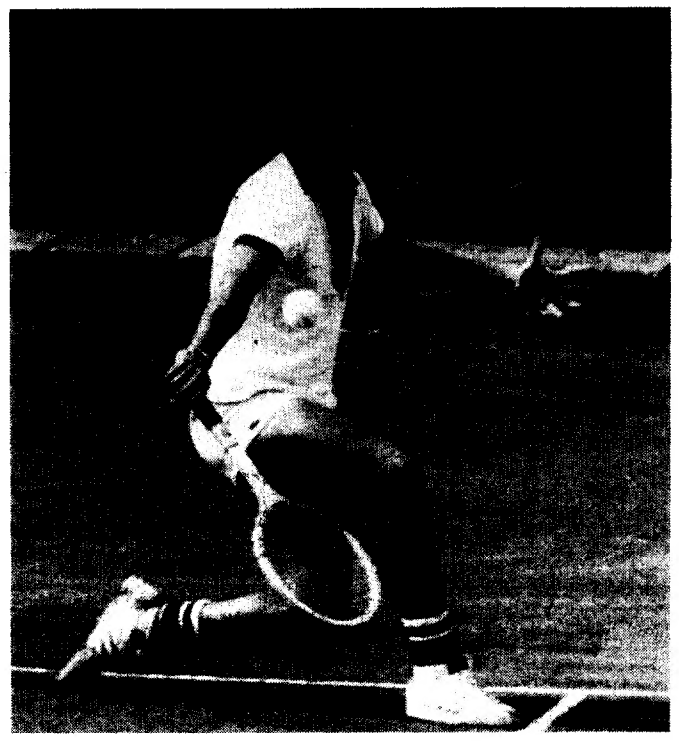
Niki Lauda «agiu» com o mesmo «senso» de Hunt, que marcara particularmente Watson, Andretti e Reuteman. Lauda «marcou» os mesmos e Jody Scheter cujos «zeros» serviram oportunamente o austríaco, agora mais isolado no topo da classificação.

O Grande Prémio da Inglaterra, pode dizer-se com toda a propriedade que foi um espectáculo de James Hunt no seu próprio país (fez a volta mais rápida, com o tempo de 1m,19s e 60/100, à média 213,400 km/h), e uma «preciosidade» para o austríaco Niki Lauda, um campeão que volta. Sábado, curiosamente, tivemos nos dois primeiros lugares a ordem da classificação-geral final do «Mundial» do ano passado: Hunt e Lauda.

Classificação oficial do GP de Silverstone: 1.º James Hunt (Inglaterra) em «McLaren», em 1 hora, 31 minutos, 46 segundos e 6/100, à média de 209,790 km/h; 2.º Niki Lauda (Áustria), em «Ferrari», 1.32.04,37/100; 3.º Gunnar Nilson (Suécia), em «Lotus JPS», 1.32.05,36; 4.º Jochen Mass (Alemanha Ocidental), em «McLaren», 1.32.33,82; 5.º Hans Stuck (Alemanha Ocidental), em «Brabham», 1.32.57,79; 6.º Jacques Laffite (França), em «Ligier Matra», a uma volta; 7.º Alan Jones (Inglaterra), em «Shadow», a uma volta; 8.º Vittorio Brambilla (Itália), em «Surtess», a uma volta; 9.º Jean-Pierre Jarrier (França), em «Penske», a uma volta;.

Classificação geral: 1.º Niki Lauda, com 39 pontos; 2.º Jody Scheckter, 32; 3.º Mário Andretti, 32; 4.º Carlos Reutemann, 28; 5.º James Hunt, 22; 6.º Gunnar Nilsson, 20; 7.º Jochen Mass, 17; 8.º Patrick Depailler, 10; 9.º Jacques Laffite, 10 e 10.º John Watson, 9.

Próximo Grande Prémio: o da RFA, em 31 do corrente.



Um dos tenistas portugueses (Manuel de Sousa) que valorizaram a actuação da equipa helvética na «Taça Gálea», Zona «D», que decorreu entre quinta-feira e ontem nos «courts» do Estádio Nacional

PORTUGAL

ANDEBOL

Duas equipas nortenhas na final da Taça de Portugal em andebol. Com efeito, vencendo respectivamente, o Belenenses (por 23-18) e o V. de Guimarães (por 24-10), FC do Porto e FC de Gaia ficaram apuradas para disputar a final da prova.

BOTELHO DE MELO

Botelho de Melo melhorou o seu recorde absoluto de seniores, em 200 metros/costas, com 2.18.40, no decorrer dos Campeonatos de Coimbra e em representação da sua equipa (Académico de Coimbra).

«CADETES»

Os «cadetes» franceses (até 16 anos) venceram fácil e folgadamente, em ténis (5-0), os adversários portugueses no último dia da «Taça Becker», Campeonato da Europa de Cadetes, que decorreu no Clube de Ténis do Porto.

CICLISMO

Joaquim Sousa Santos ganhou a prova em linha do Grande Prémio de Montejunto, enquanto Adelino Teixeira, do Lousa, venceu o contra-relógio, em que António Alves, do Porto, foi o 2.º e J. Sousa Santos, do Bombarralense, o terceiro. Firmino Bernardino ganhou a montanha. Por equipas venceu o Bombarralense, ficando o Benfica no segundo posto. António Marta ganhou a prova de veteranos em Vila Franca de Xira, Manuel Oliveira, do Lousa, venceu, por seu turno, o «Circuito Marina», onde colectivamente se impôs o Lousa. António Fernandes, do FC do Porto «monopolizou» o «II Circuito do Paião».

HÓQUEI EM PATINS

O Parede venceu (3-1) o Invicto do Porto, na primeira «mão» da final da II Divisão de hóquei em patins. Marcaram os golos, Erênsio (1) e Marinho (2) pelo Parede, e Morais, pelo Invicto. No «Nacional de juniores, que a Sanjoanense comanda com oito pontos, verificaram-se os seguintes resultados: Valongo-Salesiana, 3-5 Sanjoanense-Sporting, 3-3; Valongo-Sporting, 2-5 e Sanjoanense-Salesiana, 5-3. O Salesiana, com 7 pontos, e o Sporting com 6, vêm imediatamente a seguir.

HIPISMO

O capitão Pimenta da Gama venceu o Concurso Hípico da Curia, que decorreu naquela vila termal no passado sábado e ontem ante a presença de muito público. O bom nível técnico demonstrado pelos participantes seria, para além da esperada vitória de Pimenta da Gama, a nota mais saliente do certame.

KARTING

O inglês Coyne venceu a segunda prova do Campeonato da Europa de karting que sábado e ontem decorreu no Autódromo do Estoril. A prova foi dominada pelo duelo Inglaterra-Itália com a presença de 30 volantes e «Gê Hefe» foi o melhor português, no 22.º lugar. Pedro Botelho foi o 23.º e Luís Botelho o 24.º, Ronelli, Fullerton, Nielsen e Alan Lane classificaram-se imediatamente a seguir a David Coyne, um vencedor de certo modo inesperado.

REMO

Caminhense, no Norte, e Ferroviário, na pista da Junqueira, averbaram triunfos nos «regionais» de cada zona e apoderaram-se dos títulos em disputa nas diversas provas válidas, Juvenis, Juniores e Seniores, em «shell de dois com timoneiro», «shell de dois sem timoneiro», «Skiff», «Yolle de quatro», «Yolle de oito» e «Shell de quatro».

«TAÇA GALEA»

A Suiça ganhou, sem qualquer contestação, a prova da Zona «D» da «Taça Galea», na qual Portugal ficou em segundo lugar e a Argélia no último posto (3.º). Sábado e ontem efecturam-se os derradeiros encontros, e nos pares, no decisivo, Portugal, com Arsênio Marta e Miguel Soares, ganhou aos argelinos (Azzinalin e Djamel), por 3-0 (6/3, 6/3 e 6/3). Seria a vitória de Manuel de Sousa, a anteceder a outra «final», contra Azzi Halin, que possibilitaria o segundo lugar para Portugal.

VELA

Vasco Pessanha, do Clube Naval de Cascais, ganhou a Taça Almirante Barroso, prova de vela da classe «Optmist», disputada ao largo da baía de Cascais.

VISITA

A equipa espanhola de Las Escuelas Pias de Granolleres, de Andebol (categoria de juvenis), que ostenta o título de campeã provincial de Barcelona, vem realizar uma série de jogos a Portugal. O calendário dos jogos programados é o seguinte: no dia 19, joga na Póvoa de Varzim; 20, no Porto; 21, em Coimbra; 23, em Alcobaça (com uma selecção de Leiria); no dia 24, em Sesimbra, participa num torneio relâmpago (com as equipas do Passos Manuel, Almada e Vitória de Setúbal); e, no dia 26, em Lisboa (no Pavilhão dos Desportos), defronta o Encarnação. A jovem equipa espanhola regressa ao seu país no próximo dia 28.

Volta à França em bicicleta

Thevenet tira "amarelo" a Thurau

Pouco mais de meia hore de prova, em 14 quilómetros que davam a impressão que a ascensão era para o topo do céu e eis que em tão curto espaço de tempo se operam autênticas reviravoltas e «transformações» neste «Tour» ronceiro, praticamente, até ontem, com as «vedetas» a resguardarem-se, os atrevidos a não aparecer. E que aconteceu, afinal, ontem, um curtíssimo, mas sempre a pique, ingreme, «crono» de pouco mais de uma dezena de quilómetros, entre Morzine e Avoriaz?

. Uma coisa muito simples: sem a possibilidade do jogo de equipas, sem aquelas vigilâncias apertadas, apenas o homem e a máquina contra o tempo, Zoetemelk foi o melhor (como o previramos, aliás, no passado sábado, entre um lote que poderia emergir na «batalha dos Alpes»), Thevenet confirmou encontrar-se em boa forma, mas o melhor se excepturmos a brilhante prestação do holandês, foi, sem dúvida, Van Impe. O melhor entre os grandes favoritos, já que Zoetemelk, que agora também o é, não «pertencia» ao conjunto. Engrossando a «coluna», Joop, tem, hoje como ontem, a despeito de ter superado o pequeno belga, muito menos possibilidades que Van Impe. Será de recordar, a propósito, o que sucedeu o ano passado.

Desilusões foram, como é fácil ver, Eddy Merckx e Thurau. Mas Merckx (e lá vamos nós com as nossas contas, os nossos calculos, e sobretudo, a «ciência» de quem conhece o homem que «trata» de tudo com um rigor e uma perícia impressionantes), pelo que já disse, promete ganhar este «Tour» no ultimo «crono», não perdendo tempo nos Alpes, ele que parece não se encontrar na melhor forma para abordar as subidas. Ora, se atentarmos no que ontem se passou, vemos que Eddy desceu um lugar, continua atrás de Thurau (agora a 14 segundos, antes a 51), mas está apenas a 25 s. de Thevenet, o novo «leader», quando na manhã de ontem, em comparação com Dietrich, a diferença era de 51 segundos. Portanto, perdendo tempo em relação aos melhores no «crono» de ontem (ficou em décimo, atrás de Zoetemelk, Van Impe, Tehvent, Laurent, Knetemann, Galdos, Martin, Kuipper, Pronk), Eddy aproximou-se mais do primeiro da escala. E tem uma palavra a dizer. É o que vamos ver.

Bernard Thevenet, não se encontra em melhor forma, que Van Impel nem melhor que o belga. O duelo entre os dois, agora que o melhor trepador se encontra no quarto lugar, apenas a 33 segundos do francês, vai ser impressionante, hoje e amanhã, entre Morzine e Chamonix (com cheiro a sky), já esta tarde, e Chamonix-Alpe D'Huez, na «etapa rainha» da Volta à França. É o tira-teimas que se desenha a luta gérculea pela liderança, a promessa das grandes alterações classificativas. A questão da vitória final (o «Tour» termina domingo) pode já decidir-se, como pode, também, estabelecer pequenas diferenças entre os melhores e ficar adiado para o «crono» final, onde Eddy pensa ganhá-lo, sabendo que na «prova da verdade» pode superar o seu compatriota e Thevenet. Este contudo, quererá, por outro lado, o «busilis» hoje ou amanhã praticamente decidido. Van Impe, por seu turno, também desejara ver alguns dos seus «vizinhos» definitivamente afastados da luta pelo primeiro lugar.

Por tudo isso, estes dois dias (hoje e amanhã) são decisivos. Devem ser decisivos. E não apenas para o francês e Van Impe, ou ainda Merckx e Thurau. Zoetemelk está em cima deles, Galdos esta a 1 m. e 56 s. de Thevenet, e Kuiper também só tem 59 s. de diferverança em relação a Bernard Ora a classificação apresenta-se confusa, e qualquer deles, e até Delisle, pode aspirar à liderança. Os portugueses, acompanhando todo o ritm, estiveram à altura das circunstâncias e das exigências. Agostinho foi quase igual a si próprio (13.º à frente de Cima e Thurau, atrás de Aja, seu companheiro melhor que Andiano e Thaler, o seu grande rival da Teka, a 2 m. e 8 s. de Zoetemelk e 9 s. de Eddy) e subiu na geral, assim como Mendes, que ficou antes de Martins, e também melhorou a sua classificação. Apenas Martins desceu dois lugares, pois quedou-se, no «crono», na 38.ª posição. O ultimo foi o francês Mintkiewick, em 90.º lugar.

A etapa de sábado, que não buliu com a geral, quer individual quer colectiva, sem grandes relevância, foi ganha pelo «neófito» Guilfen. Uma curiosidade: Van Lnden, foi um dos três desistentes pelo que as classificações por pontos e das metas-volantes mudaram de dono. Van Impe aumentou o seu avanço na montanha. Wellens, por seu turno, venceu o 1.º troço da etapa de ontem, entre Thonons-les-Bains e Morzine.

Classificação do «crono»: 1.º, Zoetemelk (Hol.- Mercier), 33 m. 04 s. (média 25,395 km/h.); 2.º, Van Impe (Belg-Lejeune), 33,49; 3.º, Thevenet (Fr.-Peugeot), 34,05; 4.º, Laurent (Fr.-Peugeot), 34,11; 5.º, Knetemann (Hol-Raleigh), 34.12; 6.º, Galdos (Esp.-Kas), 34.25; 7.º, Martin (Fr.-Mercier), 34,38; 8.º, Kuiper (Hol-Raleigh), 34, 9.º Pronk (Hol-Rabrigh) 34.55; Merckx (Belg-Fiat) 35,05; 11.º Deslisle (Fr.-Mercier) 35,11; 12.º Aja (Esp.-Teka) m.t.; 13.º Agostinho (ort.-Teka), 35,12; 14.º, Cima (Esp.-Kas), 35,14; 15.º, Thurau (RFA-Raleigh), 35,42; 32.º, Mendes (port-Teka), 37,28; 38.º, Martins (port-Kas), 37.45; 90.º e ultimo Mintkiewicz (Fr.-Gitane), 45,15.

GERAL INDIVIDUAL: 1.º, Thevenet (Fr.-Peugeot), 88 h. 04 m. 58 s.; 2.º, Thurau (RFA-Raleigh), a 11 s.; 3.º, Merckx (Belg-Fiat), a 25 s.; 4.º, Van Impe (Belg-Lejeune), a 33 s.; 5.º, Kuiper (Hol-Raleigh); a 49 s.; 6.º, Zoetemelk; (Hol-Mercier), a 1 m. 13 s.; 7.º, Laurent (Fr.-Peugeot), a 1 m. 32 s.; 8.º, Galdos (Esp.-Kas), a 1 m. 56 s.; 9.º, Delisle (Fr.-Mercier), a 3 m. 40 s.; 10.º, Villemiane (Fr.-Gitane), a 3 m. 49 s.; 16.º, Martins (Port-Kas), a 15 m. 18 s.; 21.º, Agostinho (Port.-Teka), a 21 m. 29 s.; 34.º, Mendes (Port-Teka), a 31 m 29 s; 90.º e ultimo Int. Ven (Belg-Bianchi), a 1 h. 33 m. 59 s.

GERAL POR EQUIPAS: 1.º, Raleigh, 264 h. 41 m. 03 s.; 2.º Mercier, 264 h 47 01 s; 3.º Kas, 264 h 50 m 34 s; 8.ª, Teka, 265 h. 22 m. 34 s.; 9.ª, Frisol, 266 h. 04 m. 33 s.; 10.ª Bianchi, 266 h. 45 m. 40

Peru: mais um para o "Mundial"

Com dois golos de Teófilo Cubillas (os primeiros), aos 31 e 44 minutos, o Peru abriria as portas para a sua presença na fase final do Campeonato do Mundo que no próximo ano se disputa na Argentina. A actuação do ex-jogador do FC do Porto, fulgurante durante todo o tempo, além de ser coroada com os dois primeiros golos, possibilitou aos peruanos a obtenção de mais três tentos.

Após o intervalo, com efeito, a equipa peruana, em grande estilo (recorde-se que apenas perdeu um dos dois encontros, contra o Brasil, apurado antes, por (1-0) alcançaria mais três golos, por intermédio de Velasquez, aos 65 e 90 minutos, e Rojas, aos 75. Cinco tentos, cinco, num resultado rotundo. A Bolívia, com treze golos sofridos e nenhum marcado, ainda tem uma possibilidade de viajar até ao país do «carrasco» e ditador Videla se, no jogo de repescagem com a Hungria, derrotar este representante europeu.

BRAGANÇA

O Desportivo de Bragança assenhoreou-se da Taça FPF, em futebol, relativa à III Divisão, ao derrotar, na final de ontem, a equipa de «O Elvas», por 1-0.

COSTA PEREIRA

O ex-internacional Costa Pereira, uma das glórias do nosso futebol como guarda-redes, revelado no Benfica e, em tempos técnico de várias equipas, entre elas a CUF (na I Divisão), pode ocupar as mesmas funções (de treinador) no Torreense. Com efeito, recebeu nesse sentido um convite da equipa de Torres Vedras, que neste momento estuda para dar uma resposta decisiva. Teremos o «europeu» no Torreense? Fica a interrogação, pois Costa Pereira, hoje, tem a sua vida profissional organizada (dirige a «Freineve», loja do Areeiro), e de Alverca (ou Lisboa) a Torres Vedras vai a sua distância.

JOÃO ROCHA

Parece estar nas congeminações do «boss» de Alvalade (e da «Comundo») ir ao Brasil, para contratar dois Paulos: o Emílio, técnico (será verdade?) e o César, defesa central do Campo Grande.

«LIBERTADORES»

O Boca Juniores, da Argentina, derrotou (1-0), o Libertad, campeão do Paraguai, no primeiro encontro da meia-final do Grupo Um, a contar para a XVIII edição da Taça «Libertadores da América», em futebol

NÉLSON REIS

Está praticamente certo no Barreirense o estorilista Nélson Reis, enquanto parece não se confirmar a «viagem» de Manuel Fernandes, também do Estoril para Portimão.

SPORTING

É natural que Damas retorne a Alvalade se Botelho não aceitar o convite que nesse sentido lhe terá sido dirigido. Entretanto, consta lá para aqueles lados que a vinda de Jordão se vai acelerando (amanhã tudo poderá ficar resolvido), e que um técnico inglês, mas não «Doc», será questão tratada quinta-feira. Um quarto-defesa brasileiro também está na agenda «leonina».

LÁ FORA

ANTÓNIO ADÃO

Antônio Adão venceu ontem, no Monte de Goisern, a terceira etapa (um contra-relógio de 2,5 kms) sa «Volta à Alta-Áustria», com o tempo de 6m e 53,59s, na qual participa a equipa portuguesa que naquele país alinhou no Campeonato do Mundo de Ciclismo junior. Diamentino Vaz foi o 3.º na mesma etapa, Antônio Mendes o 20.º Floretino Mendes o 35.º, José Fernandes o 39.º e José Maia o 46.º Na geral Antônio Mendes ocupa a 22.ª posição, que é comandada por dois polacos, Skrowronek e Krawczyck. José Fernandes é o 35.º e Florentino Mendes o 38.º Na montanha António Adão é o 5.º

BISSAU

Dois técnicos chineses da Associação Nacional de Desportos da República Popular da China, encontram-se em Bissau, para ministrar um curso de treinadores de basquetebol e voleibol. Esta nova iniciativa inscreve-se no âmbito do intercâmbio desportivo entre a República Popular da Guiné e a República Popular da China.

AO EMIGRANTE

Se sabe ler e escrever e necessita da carta de condução, pois o seu exame será antecipado!

Dirija-se à

ESCOLA DE CONDUÇÃO MONUMENTAL

Av. Manuel Maia, 11-r/c

— L i s b o a —

Telefs. 572353 - 539712

CURSOS

DE FÉRIAS

Estão abertas as matrículas até 21/7 para cursos de Perfuração Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início nos cursos 22/7. Estágio grátis após os cursos.

Informações e Matrículas no:

EXTERNATO CONTINENTAL

Tel. 325652—R. do Arsenal, 108,1.º

PUB

NOTÍCIAS DE ÚLTIMA HORA

Na Rua Gomes Freire, 9-B, no centro da cidade, continuam abertos ao público, das 10 às 20 horas, os salões de electrodomésticos e mobiliário, onde poderá adquirir esquentadores, 6 litros, desde 1499$90; 10 litros, 2799$90; auto-rádios c/ altifalante, 1199$90; maples, tecido ou napa, 1599$90; grande sortido de fogões, máquinas de lavar roupa e loiça, frigoríficos, congeladores, televisores, gravadores, gira-discos, rádios, sofás-cama, mobiliário, alcatifas, etc. RÁDIO PRIMAVERA — Telefones 549406 e 574042. Só boas marcas, com as melhores garantias.

Em vigor novos preços do leite

Por portaria conjunta dos Ministérios das Finanças, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, foram fixados os novos preços de venda de leite ao público. Passam a ser no Continente, por litro, de 6$00 para o leite comum, 7$00 para o pasteurizado e 13$50 para o especial pasteurizado.

O esterilizado será vendido a 12$80 (gordo), 12$30 (meio gordo) e 11$90 (magro).

O leite embalado em pó será vendido a 84$00, 81$00 e 80$00, conforme se trate de leite gordo, meio gordo ou magro. O leite condensado será vendido ao preço único de 70$00 por quilo.

Eduardo Pereira no Porto

Há planos para construir quase 1500 fogos

PORTO, 18 — O ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, eng.º Eduardo Pereira, disse aos jornalistas, depois da reunião havida na Câmara sobre problemas da habitação na região do Porto, que decorre um plano para a construção de 875 fogos, a que se seguirão mais 200 a partir de Outubro, e ainda mais 300 no final deste ano.

Até ao final de 1977 deverão estar concluídas mais de 500 habitações nesta área — acrescentou. Por outro lado, 90 casas prefabricadas vão ser montadas para albergar provisoriamente as famílias que tiverem de ser desalojadas e até lhes ser dada solução habitacional definitiva. Recorde-se que existem na área do Porto, sobretudo dentro da própria cidade, vários casos pendentes, com ameaça de despejo, contra famílias pobres que ocuparam casas vazias ou de famílias carecidas de habitação por se encontrarem em casas profundamente degradadas.

Durante a reunião na Câmara foi também tratada a recuperação em curso da zona Ribeira-Barredo e a conservação de áreas da cidade de reconhecido interesse histórico.

Falando do processo SAAL, o ministro disse que estão em construção 291 fogos (número bastante inferior ao que o MUP tem referido, disse Eduardo Pereira) e que seria dado todo o apoio necessário à continuação do processo.

MUP REFUTA

PORTO, 18 — «Clara manifestação de fuga às responsabilidades técnicas e políticas que recaem sobre quem tem a seu cargo a condução da acção governamental no sector do alojamento» é como o MUP classifica as recentes declarações do ministro da Habitação, eng. Eduardo Pereira, proferidas no Porto, a propósito do processo o SAAL.

Em nota tornada pública, o MUP refuta as afirmações do ministro de que aquele movimento afirmara estarem em construção milhares de casas, quando afinal seriam apenas 291. Assim, aquele movimento afirmara estarem em construção milhares de casas, quando afinal seriam apenas 291. Assim aquele movimento afirma que se limitara a relacionar as potencialidades de execução imediata das operações SAAL/Norte o que é diferente das afirmações proferidas pelo ministro.

A nota acrescenta:

«O MUP pretende é tornar claro a todos o conjunto de razoes que tornaram possivel uma tal situação e propor medidas realistas que tentem salvar o que pode ser salvo em benefício de 61 por cento das famílias residentes na cidade e carecidas de habitação digna e decente». E mais adiante: «O MUP nada pretende esconder e tudo exige ver revelado a fim de serem apuradas sem demagogia as responsabilidades de quem tudo fez para paralisar a construção de milhares de fogos que poderiam estar em obra ao longo do corrente ano nesta cidade do Porto». O problema, diz ainda a nota, será clarificado na sessão da Assembleia Municipal do Porto do próximo dia 25.

MUP do Porto defende autonomia das autarquias

PORTO, 18 — A descentralização administrativa através da concessão de ampla autonomia e vastos poderes às autarquias locais deve ser entendida como uma «divisão dos centros de decisão e o consequente afastamento desses centros em relação ao poder central» a fim de «diluir o controlo do Governo sobre eles», afirmou-se ontem durante o encontro sobre autarquias locais promovido pelo MUP na Escola de Belas-Artes do Porto.

Este encontro que reuniu os representantes distritais eleitos por aquele movimento e foi aberto à participação de outras organizações populares e antifascistas, que igualmente se fizeram representar, constitui um trabalho de preparação do encontro nacional a efectuar em Lisboa em 23 e 24 do corrente.

Revolução de Outubro comemorada em Portugal

Voltará a ser comemorado em Portugal este ano o aniversário da Revolução Russa, por iniciativa duma comissão que integra «progressistas de todas as tendências», filiados e não filiados na Associação de Amizade Portugal-URSS.

Divulgado ontem durante uma conferência de Imprensa, o programa das comemorações inclui a realização de sessões públicas em Lisboa, Porto e Coimbra e, provavelmente em Beja e Évora, e ainda exposições de livros, selos e discos, de edições portuguesas de autores soviéticos, de artes plásticas, fotografia, artesanato e desenho infantil.

Realizar-se-á ainda um festival de cinema no Palácio Foz e será apresentada a peça «Dez Dias que abalaram o Mundo», interpretada e montada por uma companhia portuguesa.

Ainda promovida pela comissão nacional será publicada uma obra sobre os reflexos da Revolução de Outubro na Imprensa portuguesa e duas antologias — uma de autores soviéticos e outra de autores portugueses que escreveram sobre a URSS.

Explicando os motivos que levaram a alargar as comemorações a não filiados nas Associações de Amizade João de Freitas Branco defende que a Revolução de Outubro é património de toda a humanidade, não devendo por isso ser vinculada estritamente aquelas instituições.

Daí que a comissão nacional seja constituída de 150 personalidades, «representativas de muitos sectores de pensamento e convicção.» De entre outros salientam-se, Maria Lamas, Rui Luís Gomes, Aquilino Ribeiro Machado, Avelãs Nunes, Aboim Inglês, Duarte Vidal, Eduardo Sousa Ferreira, Fernando Piteira Santos, João Abel Manta, Ary dos Santos, José Gomes Ferreira, Luís de Sttau Monteiro e muitos outros.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES BARBEIROS, CABELEIREIROS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO SUL

MOÇÃO

Considerando que o Projecto de Lei Barreto, é um atentado aos direitos Constitucionais, e tem como principal objectivo a destruição da Reforma Agrária:

Considerando que este inconstitucional Projecto de Lei visa a restauração do Latifundio, lançando no desemprego milhares de trabalhadores:

Considerando que as leis da Reforma Agrária devem ser feitas por aqueles que trabalham a terra:

A Direcção deste Sindicato, decide, por maioria, em 13-7-77, o seguinte:

1 — Manifestar o seu apoio aos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e através destes a todos os trabalhadores que trabalham a terra.

2 — Repudiar veementemente o referido Projecto de Lei, porque o mesmo é inconstitucional e atentatório das Liberdades Democráticas, consignadas na Constituição da República Portuguesa.

Lisboa, 14 de Julho de 1977

Pela Direcção
José Manuel S. Marangão

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado ou limpo. O vento era fraco a moderado de Noroeste e havia neblina ou nevoeiro em alguns locais de Norte e Centro.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS
Máxima 34º

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 10º

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	16º
PENHAS DOURADAS	20º
COIMBRA	15º
PORTALEGRE	19º
LISBOA	20º
SAGRES	17º
FARO	27º
PONTA DELGADA	21º
FUNCHAL	20º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
4.20	3,8 m	9.42	1,0 m
16.33	4,0 m	22.08	1,0 m
DIA 19			
4.53	3,8 m	10.18	1,0 m
17.07	4,0 m	22.45	1,0 m
DIA 20			
5.28	3,8 m	10.57	1,1 m
17.41	3,9 m	23.25	1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; vento fraco soprando em regime de nortada durante a tarde no Litoral Oeste; neblina ou nevoeiro durante a madrugada e manhã em alguns locais de Norte e Centro.

AMANHÃ

NASCER AS 6.27
OCASO AS 20.58

DIA 23 DIA 30 DIA 6 DIA 14

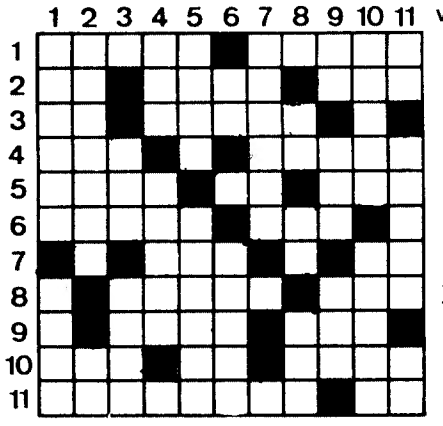
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11792

HORIZONTAIS:

1 Gorjeia. Freira.
2 Nesse lugar. Espécie de capacete com viseira. Aqui está.
3 Reis. Compra.
4 Ferro temperado. Dá massagens a.
5 Ramada. Bromo (s.q.). Maior.
6 Perfume. Nome de mulher.
7 Governanta. Deus dos pastores.
8 Ave trepadora. Utensílios domésticos.
9 Casta. Cabelos brancos.
10 Camareira. Segundo. Numeral cardinal.
11 Mãe pouco carinhosa. Alteza Serissima.



VERTICAIS:

1 Marcara o peso da tara em. Transpiram.
2 Traçara. Seguia.
3 Espádua. Cidade da Roménia.
4 Também não. Estimara.
5 Acolá. Abranda.
6 Abreviatura da palavra inglesa mister. Lavrais.
7 Tomara moça.
8 Amónio (s.q). Nosso Senhor. Filtra.
9 Preposição. Gosta muito de. Progenitor.
10 Traço. Amálgama.
11 Pertences. Cidade de França. Osmio (s.q).

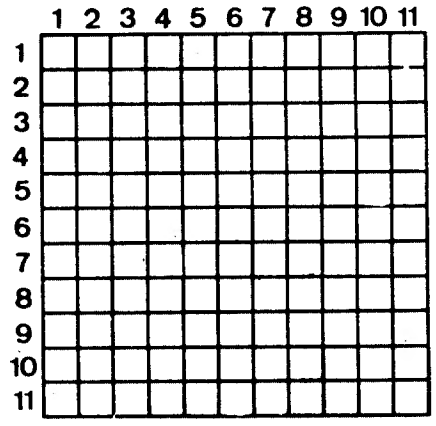
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7853

HORIZONTAIS:

1 Oásis do Sara, ao S. de Gadamès, na Líbia. Pequena porção.
2 Ilha do Pequeno Belt. Esvaziar.
3 Quarto. Oceano. Cova.
4 Entontece. Justapor.
5 Desvairadas.
6 Lavrar. Isolados.
7 Vazia. Além.
8 Ave semelhante à pomba. Grande cão de fila.
9 Arriscariam.
10 Troça. Disfarçar. Ósmio (s.q).
11 Afiou. Pega.



VERTICAIS:

1 Ave de penas variegadas. Enrubescer.
2 Tempo do verbo haver. Reprodução gráfica.
3 Atmosfera. Zomba. Para barlavento.
4 Conquistara. Nojo.
5 Medida de superfície. Bigorna de ourives.
6 Domicílio. Nome de mês.
7 Actínio (s.q). Um dos estados do Brasil. Título honorífico na Índia.
8 Grandes pedaços de pão ou de qualquer coisa. Tombar.
9 Sulcar a terra. Planta do pé.
10 Pegamos.
11 Desejar. Saudável. Apelido da mãe de Luís de Camões.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11791

HORIZONTAIS

1 QUEM. Alagas.
2 Urraca. Será.
3 Erada. HERDA.
4 Rei. Bala.
5 Ósseo. Sorri.
6 MLV. Aer.
7 Mar. Ai. Mi.
8 As. Riu. Aa.
9 NÃO. Piara.
10 Arbela. Toca.
11 Soas. Suas.

VERTICAIS

1 Quero. Manas.
2 Urres. Asaro.
3 Erais. Oba.
4 Mad. Em. Es.
5 Ca. Olá. Pi.
6 Aa. Virias.
7 Has. Ia.
8 Aselo. FURTA.
9 Gerara. Aos.
10 Dra. Rema.
11 Saa. Iriaras.

PROVÉRBIO: Quem herda, não furta.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7852

HORIZONTAIS:

1 Elara. Atroa.
2 Saia. Aire.
3 Tília. Rimar.
4 Aa. Ar. Apare.
5 Idos. Ar.
6 Caos. Fa.
7 Cãs. Sr. MIV.
8 At. Ois. Ni.
9 Lascas. Asas.
10 Ara. Abadé.
11 Rosas. Casou.

VERTICAIS:

1 Estar. Calar.
2 Laia. Cata.
3 Lia. Ias. Sãs.
4 Raiado. Acra.
5 Aros. Aas.
6 Sós.
7 Ra. Uri. Ac.
8 Taipa. Saba.
9 Rimaram. Sãs.
10 Orar. Finado.
11 Aérea. Viseu.

farmácias de serviço

LISBOA

Até às 22 horas

ALENTEJO — Av. da Igreja, 28-B. Telef. 892682.
ALGARVE — Av. de Roma, 7-B. Telef. 801478.
AMERICANA — Calçada Santana, 3. Telef. 863984.
ASCENSO — P.ª Norte, 11-A (B.º Encamação). Telefs. 311216-310172.
AZEVEDO, IRMÃO E VEIGA — R. Misericórdia, 24. Telef. 323540.
AVIS — Av. de Roma, 56-B-C. Telef. 895370.
BENFICA — Est. de Benfica, 678-E. Telef. 702532.
CAMPO PEQUENO — Av. Júlio Dinis, 10. Telef. 771661.
CENTRAL DE CAMPOLIDE — Rua General Taborda, 17. Telef. 680304.
CENTRAL DO LUMIAR — B. do Lumiar, 77. Telef. 790480.
CONFIANÇA — Av. Almirante Reis, 46-B. Telef. 821653.
CORREIA DE AZEVEDO — R. Luis de Camões, 42-B. Telef. 638625.
CRUZ NUNES — P.ª Duque de Saldanha, 14. Telef. 41845.
DÁVI — R. Conde de Redondo, 68-72. Telef. 54342.
D. JOÃO V — Rua D. João V, 16-C. Telef. 682772.
FERNANDES BORGES — Rua C. Benguela, lote 300. Telef. 311091.
GRILO — Rua do Grilo, 25. Telef. 385264.
LARANJEIRAS (DAS) — Rua Filipe da Mata, 160. Telef. 761035.
LOBEL — Rua Infantaria 16, 98-B. Telef. 688807.
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395.
NOVA LISBOA — R. Guilhermina Suggia, 12. Telef. 727729.
PAIVA DA COSTA, LDA — Rua da Lapa 105. Telef. 664414.
REMÍSIO — Rua Jerónimos 14-C. Telef. 631699.
RENASCENÇA — R. Damasceno Monteiro, 104-A. Telef. 831504.
ROSA E VIEGAS — R. S. Vicente, 31. Telef. 864351.
S. JORGE — Largo do Leão, 3-A-B. Telef. 534027.
SIRIUS — Rua Fialho Almeida, 38-A. Telef. 44000.

Permanente

BENFICA — Estrada de Benfica, 678-E. Telef. 702532.
CAMPO PEQUENO — Av. Júlio Dinis, 10. Telef. 771661.
CORREIA DE AZEVEDO — R. Luís Camões, 42-B. Telef. 638625.
GRIJÓ — Rua do Grilo, 25. Telef. 385264.
AZEVEDO, IRMÃO E VEIGA — Rua Misericórdia, 24. Telef. 323540.
PAIVA DA COSTA, LDA — Rua Lapa, 105. Telef. 664414.
RENASCENÇA — Rua Damasceno Monteiro, 104-A. Telef. 831504.
S. JORGE — Largo do Leão, 3-A-B. Telef. 534027.
D. JOÃO V — Rua D. João V, 16-A. Telef. 682772.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29 (Tel. 2112081)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085)
OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058) Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho-B.º das Caixas de Previdência (Tel. 2472948) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro, Mendes, Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 262313/267314) Até às 24 e das 0 às 9 horas
CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (Tel. 280078) Até às 21 horas; **Nova,** Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044) Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Carmele, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303) Permanente; **Helénica,** R. Elias, 2 (Tel. 933613) Até às 22 horas; **S. Jorge,** R. Pedro del negro, 5 Reboleira (Tel. 938703) Até às 22 horas
DAMAIA
D. João V, Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461)
QUELUZ
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 28 (Tel. 950117)
CACÉM
Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, 1-B (Tel. 2940781)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Paço de Mem Martins, 173-B
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres 8 (Tel. 2960194)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Tel. 980456)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Paço de Mem Martins, 173-B (Tel. 2910012)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)
ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (Tel. 2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira, B.º Moçambique, 94-B (Tel. 204096)
BARREIRO
Santa Marta, R. dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (Tel. 2072141)
COVA DA PIEDADE
Garcia Reis, R. dr. Alberto Araújo, 19-A
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (Tel. 2310032)
SESIMBRA
Iopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P. do Bocage, 98 (Tel. 22494) Até às 22 horas; **Nova,** R. General Gomes Freire, 125 (Tel. 22052) Permanente
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580)
COSTA DA CAPARICA
Carlos, Av. do Mar, 34-A (Quinta de St.º António

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

CORREIA DE ARAÚJO — Rua de Santa Catarina, 259 — Tel. 25644; **NOVA AVENIDA** — Av. Fernão Magalhães, 692 — Tel. 52250; **PINHEIRO MANSO** — Rua São João de Brito, 25 — Tel. 60692; **SANTA TERESA** — Praça Guilherme G. Fernandes, 100 — Tel. 315713; **SILVA PEREIRA** — Rua Costa Cabral, 293 — Tel. 480761; **BOA HORA** — Rua da Boa Hora, 80 — Tel. 28783; **TERREIRO** — Rua da Reboleira, 21 — Tel. 23576.
(De dia e toda a noite)
GONDARÉM — Rua de Gondarém, 360 — Foz; **ALVES** — Praça do Exército Libertador, 62 — Tel. 60002; **BARROS** — Rua do Loureiro, 104 — Tel. 315075; **CAMEIRA** — Rua do Heroísmo, 90 — Tel. 52583.

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

VILAÇA — Rua Ferreira Borges, 132 — Tel. 22043.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

BARRACA
21.15 (13 anos)
«Barraca Conta Tira-dentes»

LISBOA/Cinemas

MONUMENTAL
21.30 (13 anos)
«O Incorrigível»

CINEARTE
21.30 (18 anos)
«O Último Amanhecer»

LUMIAR
21.30 (18 anos)
«O Esquadrão Indomável»

JARDIM
21.15 (13 anos)
«Os Guerrilheiros»

OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Coxas Quentes»

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Os Dias Impuros de um Marinheiro»

VOX
21.15 (13 anos)
«3 Horas Decisivas»

RESTELO
21.30 (18 anos)
«Tentáculos»

CALEIDOSCOPIO
21.30 (18 anos)
«Ensina-me a Viver»

EUROPA
21.30 (18 anos)
«Ives, o Temerário»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Na Ponta do Sexo»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Êxtase Sexual de Macumba»

CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Como Roubar um Milhão»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Os Sete Golpes do Dragão»

PALACIO FOZ
21.15 (13 anos)
«O Salário do Medo»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIO
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«O Pirata Escarlate»

CASCAIS
Oxford
21.30 (18 anos)
«Os Mistérios do Organismo»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«O Pirata Escarlate»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Siddhartha»

PORTO/Cinemas

CHARLOT
21.30 (18 anos)
«O Homem da Maratona»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«China Girl»

DEON
21.30 (14 anos)
«À Espera de Sarilho»

TRINDADE
21.15 (13 anos)
«A Pantera Volta a Atacar»

RIVOLI
21.30 (13 anos)
«Juramento de Amor»

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Nunca é tarde para Amar»

PASSOS MANUEL
21.30 (6 anos)
«Batatas e Barraqueiros»

SALA BEBE
21.10 (13 anos)
«Escândalo na TV»

CHAPLIN
21.30 (18 anos)
«Afeição»

TERÇO
21.15 (18 anos)
«Calibre 9»

CARLOS ALBERTO
21.30 (13 anos)
«Golpe de Ancas»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Salão Elisabeth»

ESTUDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Barry Lyndon»

OLÍMPIA
21.30 (13 anos)
«O Mestiço»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«A Sombra de Bruce Lee»

ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Os 4 Sargentos Boinas Verdes»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (6 anos)
«Os Dois Missionários»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«Chantagem em Londres»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«A 5.ª Ofensiva»

JÚLIO DINIS
21.15 (10 anos)
«As Aventuras de Rabi Jacob»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Até os Bichinhos Gostam»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Prostituição Clandestina»

cinemas

ALVALADE

T. 897480 — 15.30, 18.30 e 21.30

Nada resistia ao seu golpe mortal!

A ESPADA DE SAMURAI

um filme de Teiji Matsuda

APOLO 70

Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

BARRY LYNDON
21.ª Semana
Um filme de Stanley Kubrick
Hoje às 00.30 h;
Não acons. a men. de 18 anos

O TUMULO DO TERROR

AVIS

Tel. 47163 — 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Mentir. Pecar. Amar. Viver.
SOFRIMENTO DE AMOR
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Dustin Hoffman, Laurence Olivier, Roy Scheider
um filme de John Schlesinger
O HOMEM DA MARATONA
15.ª Semana
Não acons. a men. de 18 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

A partir de hoje sessões às 14,00, 16,30, 19,00, 21.30
Ruth Gordon/ Bud Cort
ENSINA-ME A VIVER
um filme de Hall Ashby
Não acons. a men. de 13 anos

CASTIL

Tel. 530194 — 15, 17, 19, 21.30

Não acons. a men 18 anos
RAPARIGAS PRECOCES
Um filme de Ernest Hofbauer

rádio

1.º Programa

16.00: Noticiário. «Musivária»; **17.00**: Música Popular; **17.30**: Orquestras; **18.00**: «Música Portuguesa»; **19.00**: «Prespectiva». Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Instrumentistas; **21.00**: 2.º Episódio do folhetim «A verdade por um fio», de René Floriot, numa adaptação de Jorge de Sousa Costa; **21.20**: «Contraponto»; **24.00**: Último jornal; **00.30**: Canções da Europa; **01.00**: Música na noite.

2.º Programa:

16.00: Intercâmbio musical. Temporada de 1976/77 da Radiodifusão Austríaca — gravações cedidas por aquele organismo. Parte de um concerto pela Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Austríaca — Obras de Benjamim Britten e Mozart; **16.53**: Música para vozes e instrumentos: — «Miserere», de Josquin Des Près. Madrigais e canconetas a 2 e 3 vozes, de Claudio Monteverdi; **17.40**: Efeméride Musical. Nasce o compositor Giovani Battista Bononcini; **18.10**: Música de câmara. Quinteto em Lá Maior Op. 22, de Johann Cristian Bach. Quinteto em Ré Menor com Piano, de César Franck; **19.00**: «Colloques» n.º 4 para piano, orgão e percusão, de Jean Guillou, **19.24**: Efeméride. Nasce Sequeira Costa; **20.00**: Concerto em Ré Menor p/ violino e oboé; de Bach. Sinfonia n.º 40 em sol menor K. 550, de Mozart. Poema sinfónico «Les Djins», de César Franck; **21.00**: «O canto e os seus intérpretes», por Maria Helena de Freitas; **22.00**: Concerto em Ré Menor Op. 47 p/violino e orquestra, de Sibelius; **22.31**: Humoreske em Si Bemol maior Op. 20, de Schumann; **23.00**: Intercâmbio musical — música do século XX: gravações cedidas pela Rádio do Sarre. «In Motu Proprio», Cânone a 7 para instrumentos idênticos, de Dieter Schnebel. Peças para piano n.º 5 «Tombeau», de Wolfgang Rihm. «Pneuma» para instrumentos de sopro, percussão, orgão e aparelhos de rádio, de Heinz Holliger; **23.45**: Música de Cena: «Sonho de uma noite de verão», de Mendelssohn. «O dançarino mágico», de Heinz Holliger; **01.00**: Fecho.

3.º Programa — Nacional e Regional (290 m)

16.00: «Variante» (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Retrospectiva; **16.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; **17.10**: Prevenção e saúde, pelo Dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00**: «Contacto»; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes; **21.30**: «Quando o telefone toca»; **23.30**: «Nocturno»; **23.06**: «Hora Luterana»; **24.00**: «Nocturno» (continuação); **00.15**: «Dia a dia com o passado»; **02.00**: Fecho.

3.º Programa — Local (187,5 m)

16.00: Sinal horário — Noticiário. «Variante»; **18.00**: «Compasso»: **18.15**: Sal e pimenta (repetição). Noticiário; **19.45**: Ronda desportiva; **20.10**: Tempo especial; **20.40**: Serviço de agenda; **21.00**: Fecho.

4.º Programa — Emissão total em estereofonia

16.00: «Gong». Realização de João David Nunes; **19.00**: «Em órbita»; **20.00**: «Forum» — Realização de Jorge Lopes; **22.00**: «Auditório». Música de Jazz — Programa de Paulo Gil e Rui Neves; **00.00**: «Prisma» — Realização de Fernando Quinas; **02.00**: Fecho.

CONDES

Tel. 322523 — 14, 16.30, 19, 21.30

Para todos
SERENATA À CHUVA
c/Gene Kelly-Debbie Reynolds
DONALD ÓCONNOR, CHID CHARISSE
2.ª Semana

EDEN

Tel. 320768 — 14, 16.30, 19 e 21.30

PIRATA NEGRO
um filme de Vincent Thomas
Não acons. a men. de 13 anos
c/ Terence Hill, Bud Spencer

ESTÚDIO

Tel. 535134 — 15.30, 18.30 e 21.30

Não acons. m/ 18 anos
Melhor actor: Jack Nicholson
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 — 15, 17, 19 e 21.30h

Não acons. m/ 13 anos
DANIEL E MARIA
com Peter Firth, Junnie Vetusto

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 — 15.00, 18.15, 21.30

Mestres do cinema contemporâneo
Para todos
3.ª Semana
MÚSICA NO CORAÇÃO
C/Julie Andrews e Christopher Plummer
O grande êxito de sempre!
O filme dos 5 Oscars

LONDRES

Tel. 801313 — 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Para todos
A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS
c/ Liza Minneli
A melhor comédia dos últimos 50 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 — 15.15, 18.30 e 21.30

Não acons. men. 18 anos
Lando Buzzanca c/Stella Carnacina
BELO COMO UM ANJO

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — Às 21.15

Não acons. men. 13 anos
AAINA

NIMAS

Tel. 574362

14.30, 16.45, 19.00 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
SEMENTES DE VIOLÊNCIA
c/ Glen Ford, Anne Francis, Vic Morrow
Um filme de Richard Broock

ODEON

Tel. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos
Colorido
RAINHA DO AMOR
c/ Sara Montiel

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos
Da Suécia, um novo e ousado filme
A LINGUAGEM DO AMOR N.º 2

POLITEAMA

Tel. 326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30

EMMANUELLE BRANCA
EMMANUELLE NEGRA
(Amores violentos ainda não contados

RESTELO

Tel. 610375 — Às 21.15

Interdito a menores de 18 anos
TENTÁCULOS
em 4.ª Semana
c/ Sydne Rome e António Selines

ROMA

Tel. 887778 — 15,00, 18.15, 21.15

Não acons. a men. 13 anos
OS MARIDOS DE ELIZABETE
Atenção: o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

ROXY

Tel. 48560 — 14.15, 17.45, 21.30

Da Índia uma bela história de amor e aventura!
PASSADO INESQUECÍVEL
Um filme de Nasir Hosain
17.ª semana
Não acons. men. 13 anos

S. JORGE

Tel 579144 — 15.15, 18.15 e 21.30

Não acons. a men. 13 anos
em 3.ª semana
Um festival Charles Bronson!
3 HORAS DECISIVAS
A acção! A alegria! A aventura!

STADIUM (Algés)

Tel 212012 — 21 e 23.30

Não acons. men 18 anos
SURVIVE
Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI

Tel 570595 — 15.15, 18.30 e 21.30

Não acons. a men. de 18 anos
NUNCA É TARDE PARA AMAR
Colorido
um filme de Faryl Duke
5.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402 — 15, 19 e 23h.

Não acons. a men. 13 anos
Lola Montes
um filme de Max Ophuls
Às 17 e 21 h.
A MULHER CASADA
um filme de Jean Luc Godard

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.°, 2.°
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320771/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Cooperação Lisboa-Zagreb já dispõe de protocolo

ZAGREB, 18 — (ANOP) — Uma delegação da cidade de Lisboa e representantes da Assembleia de Zagreb assinaram aqui um protocolo de cooperação mútua.

Este protocolo é o resultado de conversações bilaterais efectuadas nos últimos dias entre as delegações, no decurso das quais foi constatada a existência de boas possibilidades de desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre as duas cidades.

Como salienta um comunicado conjunto emitido anteontem será de futuro estimulada a troca de experiências entre as instituições das duas cidades, mormente no domínio das actividades municipais, Educação, Saúde e Cultura e das organizações económicas e turísticas.

A delegação de Lisboa, que é chefiada pelo presidente do Município, eng. Aquilino Ribeiro Machado, encontra-se em Zagreb desde 11 do corrente.

FRETILIN AFIRMA

Entre Janeiro e Maio 1796 indonésios mortos

SYDNEY, 18 — (ANOP) — Forças da Fretilin na área costeira noroeste de Timor-Leste mataram 1.769 soldados indonésios entre Janeiro e Maio — afirmou num serviço noticioso australiano um porta-voz da Campanha para um Timor-Leste Independente (CIET).

O porta-voz, Brian Manning, precisou que a informação foi dada por Alarico Fernandes, secretário da Informação e Segurança Nacional da Fretilin, numa mensagem via rádio captada em Darwin pela CIET.

Fernandes acrescentou que a Fretilin (Frente Revolucionária para um Timor-Leste Independente) sofreu 55 baixas, além de 37 feridos, nos combates, muitos dos quais se travaram em Likika e Barzatete, próximo de Dilil em Fevereiro ultimo.

Manning frisou ainda que o sr. Fernandes disse também que entre 20 de Março e o fim de Maio ultimo morreram 117 indonésios no combate pela posse da aldeia de Raiiaco, a sudoeste de Dili, antes de os indonésios se verem obrigados a retirar. A Fretilin capturou muito material de guerra e teve dois mortos na luta».

IGREJA

DJAKARTA, 18 — (FP) — O Vaticano acaba de se encarregar da administração da Igreja Católica de Timor-Leste em substituição de Portugal, segundo declarou o general Djoko Mulyono, director dos Assuntos Católicos no Ministério Indonésio da Relegião.

Trata-se de uma medida provisória enquanto não é nomeado o novo bispo de Díli, capital de Timor-Leste — acrescentou o general.

TRIGO DE ABREU SOBRE O PLANO

O que está em causa é "a viabilidade política"

PORTO 18 — Falando-se do (plano), o que está mais em causa não são tanto os números, os cálculos feitos e os seus objectivos mas sobretudo «a sua viabilidade política» — disse o eng. Trigo de Abreu durante um debate efectuado no sábado à noite no Instituto de Contabilidade do Porto. Trigo de Abreu considerou que as grandes opções do «plano» são efectivamente a concretização de objectivos constitucionais e que ele introduz «uma certa ruptura» em relação aos antigos sistemas de conciliação de todos os grupos e interesses que transformavam tais documentos em coisas estáticas. Tal ruptura, acrescentou, é importante sob pena «de se continuar a dar expaço às tentativas de reconstituição dos esquemas económicos do fascismo». Todavia, perguntando como é que o «plano» vai ser depois levado à prática, Trigo de Abreu pos a questão da participação dos trabalhadores, da concretização dos objectivos gerais enunciados, da descentralização (saber se as metas globais não poderão ser subertidas por alteração das prioridades a nível local), e ainda de os objectivos do «plano» poderem ser recuperados pelos grupos tradicionais em contradição com as suas metas globais.

No debate participaram ainda o arq. Nuno Portas, o economista Rui Vieira e a militante da Base- Fut Helena Policarpo Nuno Portas falaria depois num dos aspectos que o «plano» privilegia o da construção, pela sua capacidade de absorver desemprégo, implicar pouca importação de bens, mobilizar a iniciativa particular e satisfazer necessidades concretas de grande parte da população do país. Todavia, perguntou: «Quem vai fazer as casas?E para quem? e quem investe?». Nuno Portas considerou que quem pode pagar mais depressa as casas é quem tem aforro ou as classes com maiores vencimentos, além de que o MHU conta sobretudo com a iniciativa privada livre e isso não contempla os interesses das classes mais desfavorecidas que o «plano» visa sobretudo proteger. Por outro lado, acrescentou a iniciativa privada vai contruir em Lisboa e Porto e será aí que se irão criar mais empregos, estimulando de novo a concentração nas grandes zonas habitacionais e logo o novo agravamento do problema do alojamento. Assim, concluiu Nuno Portas, «vai haver um recrudescer da especulação imobiliária nestes próximos asnos e as câmaras vão ter dificuldade e serão sujeitas a pressões».

PLANEAMENTO TEM NOVO DIRECTOR-GERAL

«Na fase do processo de planeamento em que nos encontramos, é sobremaneira importante evitar cair em esquemas burocráticos, pesados e asfixiantes», afirmou esta manhã o Secrátia de Estado do Planeamento, dr. Manuela Silva, ao empossar no cargo de director-geral do Departamento Central do Planeamento o dr. Vítor Manuel Pessoa, que tem estado directamente ligado aos trabalhos preparatórios dos Planos anual, de médio e longo prazo.

A dr.ª Manuela Silva salientou a necessidade de manter a orgânica de planeamento dotada de grande flexibilidade «por forma a poder responder às exigências dohprocesso de planeamento sem fazer cristalizar, precocemente, estruturas que o avanço do próprio processo viria provavelmente tornar caducas».

Relativamente aos trabalhos preparatórios do Plano a Médio Prazo, o secretário de Estado informou que de acordo com o calendário fixado, terá lugar uma primeira versão do Plano 77/80, a concluir no final de Outubro. Será com base no Plano 77/80 que será elaborado o Plano para 1978. Entretanto, prosseguem os trabalhos preparatórios da fundamentação das grandes opções do Plano de Longo Prazo que abrangerão o horizonte de 1990 e deverão ser apresentadas à Assembleia da República até 15 de Outubro.

Na necessidade de prosseguir o esforço «empreendido para criar uma orgânica de planeamento adequada à realidade do País, e que dê satisfação ao projecto Constitucional o secretário de Estado destacou como tarefas mais importantes para o futuro próximo: «o lançamento dos departamentos de planeamento regional; a revisão da Lei Orgânica do próprio Departamento Central de Planeamento e o apoio, que se revelar necessário, no implantamento dos órgãos de participação no Plano, designadamente o Conselho Nacional do Plano».

Foi ainda salientada a necessidade de manter o Departamento Central de Planeamento em estreita ligação com o Instituto Nacional de Estatística, suscitando a melhoria de informação socioeconomica básica indispensável. De igual modo, foi referida a necessidade de criar um esquema de relações funcionais adequado entre o Departamento Central de Planeameno e todos os órgãos de planeamento, sectoriais e regionais. Para tal realização está prevista a criação de uma Comissão Técnica Interministerial.

tome lá

AS QUESTÕES QUENTES

Não se confirma, apesar das acaloradas discussões que o tema tem levantado nos meios políticos e nos órgãos de Comunicação Social, que a Assembleia da República, a pedido, vá abordar a questão da «Visita da Cornélia» ainda antes de discutir o Plano.

MAU TEMPO EM ESPANHA

O ministro espanhol da Agricultura, José Enriquez Martinez Genique, afirmou, numa conferência de Imprensa, que o Governo de Adolfo Suarez estava disposto a recorrer, contra os latifundiários absentistas, a «poderes de expropriação».

As interpretações divergem quanto a esta «insólita» ameaça. Contágio alentejano? Ou imperativo nacional espanhol?

GAMA

Foi estabelecido um acordo entre o CDS e a ADIM do qual resultará a constituição do GAMA (Gabinete dos Assuntos de Macau) que «promoverá junto da comunidade macaense e de origem chinesa residente em Lisboa a difusão dos pontos de vista do CDS e da ADIM.»

Por seu turno, em Macau, a ADIM «fomentará, em seu nome próprio e no do CDS, a aproximação e amizade entre os povos da República Popular da China e de Portugal».

O dr. Sá Carneiro tem as suas posições «ocidentais». O dr. Freitas do Amaral estabelece posições «orientais». Estamos na época de geopolítica e das estratégias planetárias.

Estes **políticos** são demasiado grandes para um pi**queno** país — com «i», que assim preferia o Garrett.

Sá Carneiro

Continuação da pág. 1

As relações no hemiciclo de S. Bento foram também abordadas por Sá Carneiro, que afirmou que o seu Partido tomará posições firmes e definidas, «de forma a que não haja lugar a equívocos ou insinuações de pactos».

COMISSÃO NACIONAL DO CDS

Também no Porto reuniu-se durante o fim-de-semana a Comissão Nacional do CDS.

No comunicado final da reunião o CDS acentua a necessidade de uma «convergência democrática» envolvendo o PSD, o CDS e o PS, para que o Governo obtenha a compreensão do CDS para a sua acção.

Ainda segundo o mesmo comunicado, «estarão destinadas ao malogro quaisquer tentativas, nomeadamente do Governo ou do PS, orientadas para o estabelecimento de dificuldades externas ao acordo de consulta estabelecido entre centristas e social-democratas».

Entretanto o nº 2 do CDS, em declarações prestadas ao «Jornal de Notícias» no intervalo da reunião, afirmou que o Governo poderá cair dentro de 8 a 15 dias. Ainda segundo Amaro da Costa, o Presidente da República pode mesmo intervir pessoalmente amanhã ou depois.

Freitas do Amaral, por seu lado, em declarações prestadas a outro matutino portuense, apontou três «cenários» possíveis para um futuro Governo. A aliança PS/PSD/CDS seria a preferível. Outro seria a dissolução da Assembleia da República pelo general Eanes e a antecipação de eleições gerais. Segundo Freitas do Amaral, seria ainda possível a formação de um Governo com base na maioria presidencial, admitindo a entrada de independentes.

Egipto e Arábia pedem posição comum em relação a Portugal

O Egipto e a Arábia Saudita pediram aos países membros da Liga Árabe que adoptem uma posição comum em relação a Portugal, na sequência do estabelecimento de relações diplomáticas a nível de embaixada entre Portugal e Israel.

Aquele pedido será debatido na reunião a nível de embaixadores dos países membros da Liga, que se realizará no Cairo a partir do dia 25 deste mês.

Major envolvido no caso da viúva morta?

PORTO, 18 — Continua envolto em mistério o caso da senhora Maria Emília da Costa Guedes Rego, de 43 anos, do Porto, que há tempos foi encontrada morta na ria de Ovar, conforme já noticiámos. Viúva há cerca de dois anos do conhecido fotógrafo do Porto, Horácio Rego, a vítima, segundo investigações, era amante do major Mário Rodrigues, do Batalhão de Infantaria de Chaves, onde fora colocado nos primeiros dias de Março do corrente ano, tendo antes prestado serviço no Comando da PSP do Porto.

O major Mário Rodrigues, que há mais de um mês se encontra no Quartel-General da Região Militar do Norte na situação de aposentado, foi punido pelo comandante da região, com cinco dias de prisão disciplinar. Entre os motivos desta punição consta o facto de o mesmo oficial se ter feito acompanhar, em cerimónias militares em Chaves, da viúva encontrada morta em Ovar, apresentando-a como sua mulher e permanecendo com ela dentro das instalações da unidade.

Luís Cabral na Arábia Saudita

RIYAD, 18 — (ANOP) — O presidente Luís Cabral, da Guiné-Bissau, chegou ontem à estância de férias de Taif, na costa ocidental da Arábia Saudita, para uma visita oficial de três dias ao país e conversações com o rei Khalil — anunciou a Rádio de Riyad.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM MAIO: 46 450

Hoje 20 páginas

Auto-Rádios PHILIPS

Para além da excelente sonoridade e captação, oferecem-lhe GRÁTIS

1 — Lavagem completa do seu automóvel
1 — Lavagem completa dos estofos

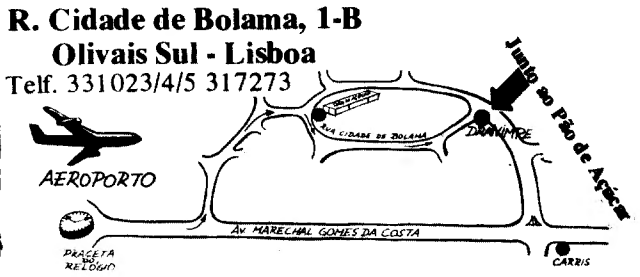
Na compra de qualquer modelo PHILIPS incluindo a gama de leitores de cassettes em estéreo.

Compre na

draivimpe

Uma oficina especializada.

R. Cidade de Bolama, 1-B
Olivais Sul - Lisboa
Telf. 331023/4/5 317273



Philips faz parte da sua vida

URSS

MOSCOVO, LENINEGRADO
VILNUS, KIEV

Partidas:
22 a 29 de Julho
12 de Agosto
02 de Setembro

Pensão completa, excursões, visitas teatrais e guia português.

Consulte-nos:

Europeia
a experiência ao serviço do turismo
Av. da Liberdade 233 | Telef. 536121 | Lisboa 2